

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LITERATURAS ROMÂNICAS



**DIMENSÃO LITERÁRIA NAS CRÔNICAS DE JOÃO  
ALBASINI**

**DEIZE DE SOUZA DEPALLENS**

**MESTRADO EM ESTUDOS ROMÂNICOS**

**Estudos Brasileiros e Africanos**

2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LITERATURAS ROMÂNICAS



**DIMENSÃO LITERÁRIA NAS CRÔNICAS DE JOÃO  
ALBASINI**

**DEIZE DE SOUZA DEPALLENS**

DISSERTAÇÃO ORIENTADA POR:

Prof. Doutora Ana Mafalda Leite

**MESTRADO EM ESTUDOS ROMÂNICOS**

**Estudos Brasileiros e Africanos**

2012

**Pena**

Zangado

Acreditas no insulto

E chamas-me negro

Mas não me chames negro.

Assim não te odeio.

Porque se me chamas negro  
encolho meu elásticos ombros

e com pena de ti sorrio.

José Craveirinha.



## Dedicatória

À

*Miguel, pelo amor de sempre e pelo futuro próximo. A você, minha gratidão, pelo apoio e dedicação durante essa caminhada. Pelas palavras, alegrias e melodias, por tudo que você me deu.*

*Aos meus pais, Izabel e Dorival, pela compreensão e amor de todos os dias.  
Obrigada, por torcerem pelo meu futuro e felicidade.*

*A Deimson e Alexandro, meu irmão e tio, pelo carinho sincero e por cuidarem da nossa mainha.*

## **Agradecimentos**

A professora Ana Mafalda Leite, pela sugestão da pesquisa, pela paciência e pelo incentivo na realização deste trabalho. Obrigada, pelo acolhimento em sua casa, pela orientação e sorriso, e por fazer-me descobrir a literatura moçambicana – minha paixão do agora.

A minha sogra Anne-Lise pelo carinho e encorajamento, quando mais precisei.

A Jacques pelo acompanhamento e revisão dos meus textos. Obrigada, pela torcida e dedicação!

A minha família que vive no Brasil.

A querida Ildenes, pela amizade verdadeira e pelo carinho de sempre. Pelas caminhadas à faculdade, pelas matrículas, cópias de livros e requerimentos, devido minha ausência no país, e pelos belos momentos juntas.

A Gil, pelos puxões de orelha, pelo acolho em sua casa e pela alegria contagiante.

A Kamilla e Marisa pela leitura e revisão dos meus textos, e às colegas de curso.

Aos amigos do Brasil, em especial, a Thais, minha irmã do coração, pela amizade eterna e pelo apoio na reta final deste trabalho.

A Jacques e Stéphane, pela força no Abstract, desde a Índia.

Um agradecimento especial ao professor Valdemir Donizette Zamparoni que forneceu, gentilmente, as cópias dos jornais, artigos e textos. Obrigada pela sua simpatia e pelos pequenos encontros, que tornaram-se importantes para a realização deste trabalho.

A professora Vânia Chaves pelas aulas e pelo acolhimento no mestrado.

Aos grandes professores que tive durante minha vida acadêmica.

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objeto de estudo as narrativas publicadas no jornal *O Africano* (1908-1919), período em que decorre parte da colonização portuguesa em Moçambique. O objetivo do trabalho é verificar a dimensão literária nas crônicas escritas por João Albasini, partindo da leitura das fotografias eletrônicas dos originais dos jornais *O Africano* e *O Brado Africano*, cedidas por Valdemir Zamparoni. O nosso estudo concentrou-se na busca de elementos narrativos e no tratamento dado à questão linguística por Albasini nos seus textos, nomeadamente na caracterização das várias estratégias narrativas e no estudo da heteronímia.

Nosso *corpus* baseou-se na recolha das crônicas recolhidas na *Antologia de textos do Jornal O Africano (1908-1919)*, feita por Paulo Soares e Valdemir Zamparoni (1992), e nas narrativas utilizadas por Juvenal Bucuane na sua dissertação de licenciatura em linguística, na Universidade Eduardo Mondlane, intitulada *A retórica de João Albasini* (2001).

Os resultados obtidos com o trabalho possibilitaram concluir a presença de vários aspectos estruturadores e significativos para a caracterização da dimensão literária da escrita de João Albasini, como: criação de personagens; descrição e representação narrativa do tempo e espaço; dramatização do sujeito colonial através da criação de heterônimos e pseudônimos; inscrição literária e tratamento dos empréstimos lexicais de origem bantu, recorrentes no português de Moçambique. No quadro do registo histórico das temáticas coloniais, observámos diferentes temas críticos, o uso do vinho colonial, como o imposto de palhota, os tipos de trabalhos, os códigos de educação.

**Palavras-chave:** João Albasini; *O Africano*; narrativa; heterônimos; colonização em Moçambique.



## ABSTRACT

The aim of this study was to report on the narratives published in the journal *O Africano* from 1908 to 1919, during part of the Portuguese colonization in Mozambique. The objectives of this work was to confirm the literary dimension of João Albasini's written chronicles, starting from the facsimiles of the newspapers *O Africano* and *O Brado Africano* kindly provided by Valdemir Zamparoni. The study concentrated then on the search of narrative elements and on the treatment given to the linguistic subject by Albasini in his texts, focalizing on the numerous narrative strategies and the study of heteronomy.

We gathered our data from the chronicles collected by Paulo Soares and Valdemir Zamparoni (1992) in *Antologia de textos do Jornal O Africano (1908-1919)*, as well as from the narratives studied by Juvenal Bucuane in his degree dissertation in linguistics at Eduardo Mondlane University, entitled *A retórica de João Albasini* (2001).

The results allowed to reveal the presence of several significant structuring aspects for the characterization of the literary dimension in the writing of João Albasini as listed below: characters'creation; description and narrative representation of time and space; dramatization of the colonial subject through the creation of pen names and pseudonyms; literary inscription and the treatment of Bantu origin's lexical loans in the use of the Portuguese language from Mozambique. Under the historical registration of the colonial thematic, we observed numerous critical themes such as the use of colonial wine, the *palhota* tax, the different work types, the education's codes.

**Key-words:** João Albasini; *O Africano*; narrative; pen names; colonization in Mozambique.

## Índice

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>I CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b>	5
1. A POLÍTICA DO COLONIALISMO EM MOÇAMBIQUE	5
1.1 JOÃO ALBASINI: DADOS BIOGRÁFICOS E HISTÓRICOS	18
1.2 O JORNALISMO POLÍTICO DE JOÃO ALBASINI	23
<b>II A DIMENSÃO NARRATIVA E LITERÁRIA DAS CRÔNICAS DE JOÃO ALBASINI</b>	34
1. A LITERATURA MOÇAMBICANA E AS CRÔNICAS DE JOÃO ALBASINI	34
1.1 AS PERSONAGENS	38
1.2 TRATAMENTO DO TEMPO E DO ESPAÇO	69
1.3 OS TÍTULOS DAS CRÔNICAS	100
2. A QUESTÃO DOS HETERÔNIMOS	113
2.1 PSEUDÔNIMOS E HETERÔNIMOS	124
2.2 A HETERONÍMIA COMO DRAMATIZAÇÃO DO SUJEITO COLONIAL	134
<b>III A CRÔNICA NARRATIVA COMO REGISTRO HISTÓRICO</b>	141
1. TEMAS	142
1.1 O DOMÍNIO DO TRABALHO NEGRO	144
1.2 O VINHO BRANCO PARA NEGROS	152
1.3 IMPOSTO DE PALHOTA	156
1.4 OS CÓDIGOS DA EDUCAÇÃO COLONIAL	158

2. TRATAMENTO DAS LÍNGUAS NAS CRÔNICAS: O RONGA E O PORTUGUÊS	162
<b>CONCLUSÃO</b>	174
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	177
<b>ÍNDICE DOS ANEXOS</b>	183
<b>ANEXOS</b>	I

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo constatar a dimensão literária nas crônicas escritas por João Albasini, publicadas no jornal *O Africano*, 1908-1919, e nessa perspectiva considerar também os elementos lexicais utilizados por João Albasini na construção das suas crônicas, como ponto de partida do seu protesto contra a dominação portuguesa em Moçambique.

O jornal *O Africano* foi fundado em 1908 pelo *Grémio Africano* de Lourenço Marques, com o objetivo de defender o interesse da população negra de Moçambique, serviu como meio de denúncia e ataque à política colonial e às injustiças e discriminação social praticadas na atual cidade de Maputo.

*Os Assimilados*, associação nativista representada pelos filhos da terra, como eram conhecidos, lutaram ao lado do líder Albasini, porta-voz e principal colunista do periódico, reivindicando os direitos da população negra. O grupo de intelectuais mestiços utilizava o jornal como meio de denúncia e afirmação da raça, articulando entre a língua portuguesa e o ronga – língua local – ideias em torno do direito à cidadania da população moçambicana. O jornal *O Africano* tornou-se o principal meio de denúncia das práticas coloniais, na época.

Após a conquista colonial, os portugueses impuseram a sua língua e cultura aos nativos, que foram rotulados, humilhados e excluídos da sociedade. Foram obrigados a aprender a língua do colonizador e a viver em ambientes restritos, adquirindo novos padrões de vida, suprimindo assim sua cultura. Durante este período, o racismo, o domínio do outro, os maus tratos e as transformações do meio sócio-cultural ocorreram

de forma radical, principalmente através da imposição do uso da língua e imposição do comportamento ocidental ao povo moçambicano. A partir de então, João Albasini, grande intelectual da época, com a ajuda de seu irmão José Albasini e de Estácio Dias, lutaram pelo ensino da língua portuguesa e pelo respeito pelo cidadão, nas suas práticas jornalísticas, e movimento associativista.

Nesta tarefa, João Albasini desenvolveu, para além dos textos jornalísticos, crônicas com dimensão literária, assinadas em seu nome e por seus heterônimos e pseudônimos, representantes de tipos sociais. Suas publicações demonstram grande propriedade literária e histórica, e são perpassadas por um tom irônico, moralizante e satírico.

No presente estudo, delimitamos o *corpus* a ser estudado a partir da leitura dos microfilmes dos originais jornais *O Africano* e *O Brado Africano*, gentilmente cedidos por Valdemir Zamparoni. Utilizamos, ainda, a *Antologia de textos do Jornal 'O Africano' (1908-1919)*, feita por Paulo Soares e Valdemir Zamparoni (1992), e as narrativas utilizadas por Juvenal Bucuane na sua dissertação de licenciatura em linguística, intitulada *A retórica de João Albasini* (2001). Importa ressaltar que o nosso trabalho não inclui a recolha dos textos de João Albasini, pois já estavam recolhidos nos trabalhos atrás mencionados. Utilizamos, ainda, alguns recortes de crônicas publicadas por Albasini nos jornais e utilizadas por Zamparoni na sua tese de doutoramento *Entre Narros & Mulungos* (1998). O nosso corpus de análise centrou-se na leitura e análise do jornal *O Africano*, no entanto, a leitura do *Brado Africano* tornou-se importante como fonte referencial na compreensão da vida, dos jornais e do movimento dos *Assimilados*.

Para a análise das crônicas de João Albasini e de seus heterônimos, recorreremos

à leitura de vários textos teóricos sobre narratologia, como os de Gérard Genette (1976), Aguiar e Silva (2009) e sobre heteronímia, como os de Perrone-Moisés (1982). Para o quadro teórico, utilizamos diversas obras sobre o estudo do colonialismo em Moçambique, como a de Aurélio Rocha (2002) e da literatura colonial, como foi o caso de de Francisco Noa (2002) e, Frantz Fanon (1975), além dos textos e livros históricos que tratam do colonialismo em Moçambique, como os de José Capela (1981), entre outros. Para o estudo da lexicologia, utilizamos o livro de Ana Mafalda Leite *Oralidades e Escritas nas Literaturas Africanas* (1998) e *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais* (2003), e ainda, um Dicionário de Shironga e Português, organizado por Ernesto Torre do Valle (1906), entre outros textos e livros.

No primeiro capítulo, *Contextualização histórica*, fazemos uma breve descrição sobre a política colonial implantada em Moçambique, passando pela vida e obra de João Albasini, dimensionando o território que iremos explorar. Este capítulo serve como ponto de partida para a melhor compreensão da análise, fundamentada na leitura de estudos e pesquisas históricas.

O segundo capítulo, intitulado *A literatura moçambicana e as crônicas de João Albasini*, trata dos aspectos da narrativa, teorias e fundamentação teórica, ancorados em leituras e na análise dos personagens, do tempo e espaço, e das questões heteronímicas. Neste capítulo, encontramos o coração do trabalho, pois se interliga com todas as outras partes, estabelecendo conexões, dimensionando os sentidos da escrita nas suas funções literárias.

O terceiro capítulo, intitulado *A crônica narrativa como registro histórico*, foca algumas das temáticas tratadas na construção das narrativas, finalizando com uma breve descrição do uso do ronga no enriquecimento lexical do português, reconhecido

nas falas populares e registrado nas crônicas. O capítulo busca capturar o enquadramento da política colonial, tal como é descrita por Albasini.

Na *Conclusão*, tratamos os resultados obtidos durante a leitura e elaboração da análise das narrativas, revelando as últimas considerações sobre a obra de João Albasini, indicando pistas para a realização de novos trabalhos e pesquisas. Encerramos com a *Bibliografia* e *Lista de crônicas utilizadas como corpus* e imagens do Jornal *O Africano* e de João Albasini.

## I CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Neste capítulo trataremos dos aspectos históricos e políticos do colonialismo em Moçambique, num breve diálogo sobre as concepções ideológicas e as temáticas do projeto colonial e das condições gerais das barreiras coloniais, bem como das especificidades dos trabalhos destinados aos negros. Trataremos, a nível informativo, dos dados biográficos de João Albasini e do movimento do *Grémio Africano*, do qual Albasini participou, e sobre sua atividade como escritor nos jornais *O Africano* e *O Brado Africano*, em defesa dos nativos da colónia.

### 1. A POLÍTICA DO COLONIALISMO EM MOÇAMBIQUE

O atual espaço de Moçambique foi criado nos meados do século XIX, após a sua separação de Goa. Até então, segundo Mondlane (1875:17), Moçambique era uma área sem limites nem fronteiras. O contato entre Portugal e Moçambique começou nos finais do século XV, quando Vasco da Gama chegou à ilha de Moçambique, nos princípios de março de 1498, com a tentativa de abrir mais uma rota para a Índia em busca de especiarias. Até então, a região mantinha atividade econômica com os povos do Índico, através de negociações e trocas de mercadorias com os comerciantes árabes e suailis em portos indianos. Essas relações econômicas intensificaram-se, séculos depois, com outros parceiros e outras matérias primas, nomeadamente com o tráfico de escravos para o Brasil e Cuba desde o século XVIII, o que ocasionou muita destruição e anarquia social no país.



De acordo com Zamparoni (2007:29), o tráfico de escravos constituiu a maior atividade comercial entre África e as Américas entre os anos de 1770 e 1850, levando à expansão da administração colonial portuguesa. A atividade diminuiu com a proibição do comércio negreiro pelas leis brasileiras, em 1851, desviando-se para os EUA e Cuba. Somente em 1879 o tráfico foi abolido legalmente, continuando, no entanto, um prolongamento da escravatura através do uso da força de trabalho “indígena”.

O interesse de Portugal pelas terras moçambicanas advinha da ambição de explorar as riquezas naturais e instituir uma economia de base capitalista. Para tanto, aquele país utilizou a força militar para controlar a terra, recorrendo ao trabalho compelido, ou *chibalo*, na geração de renda. As imposições coloniais garantiram trabalho barato, lucro e produção mercantil, assegurando mercados, produção industrial e capital financeiro.

Após a conferência de Berlim (1884-1885), foram delimitadas novas fronteiras e formas de relacionamento entre as potências europeias e os seus territórios colonizados. Para Moçambique, a mudança trouxe fixação de fronteiras, conquista militar e exploração colonial. Conforme afirma Rocha (2002: 37), nos anos de 1870 e 1891, as fronteiras foram divididas entre Portugal, Inglaterra e a República do Transvaal. A fim de diminuir os custos, Portugal optou por ceder as áreas do Niassa e da Zambézia, criadas em 1891 e 1892, a companhias concessionárias inglesas e francesas. A Companhia de Moçambique foi fundada em 1888, recebendo um estatuto de Companhia Majestática em 1892, conforme Zamparoni, (2007:42). Os distritos de Manica e Sofala passaram a ser governados pela Companhia. As áreas de Tete foram enquadradas por uma administração conjunta entre o estado português e as companhias

dos antigos prazos. Os territórios de Nampula, sul do Rio Save, Maputo, Gaza e Inhambane ficaram sob administração direta do governo português.

Os portugueses têm uma história de contato com Moçambique de mais 450 anos, dominando o comércio do ouro, marfim e pedras preciosas. Tentaram monopolizar a exploração e comércio do ouro das minas do Monomotapa, também conhecidas como as minas do Rei Salomão, que constituíam as áreas da Zâmbia e Antiga Rodésia do Sul. O controle das riquezas naturais e comerciais permitiu aos portugueses implantar a repressão política e o domínio colonial sobre o território e o povo moçambicano. Estes viveram anos de exploração, discriminação e assimilação impostos pelo sistema colonial.

Segundo Mondlane (1875:21), para capturar os territórios, os portugueses apresentavam-se como homens de negócios, ofereciam a fé cristã e mostravam interesse em trocas de mercadorias por terras para o cultivo. Após algum tempo, lutavam pelo direito à terra enviando militares, dominando o território e destruindo as forças locais. Os colonos expulsavam a população das áreas mais férteis, acelerando a expansão de outros territórios e estimulando a força de trabalho para outros mercados, como foi o caso da construção de caminho de ferro do Transvaal. O estado considerava as terras como passivas e livres para apropriação colonial. O interesse pelas terras advinha não somente dos grandes colonos, mas também de pequenos funcionários recém- chegados ao país com sonhos de ocupação senhorial, mesmo que dispusessem de poucos recursos financeiros ou conhecimentos básicos para o desenvolvimento da atividade agrícola, abandonando as terras, posteriormente. Muitas terras, neste quadro de acontecimentos, também foram entregues a companhias estrangeiras, que também tinham o direito de controlar os nativos.

Com o colonialismo, a administração e política em Moçambique centralizou-se nas normas e controle vindos de Lisboa. Somente em 1890 foram elaboradas tentativas de descentralização a fim de desenvolver reformas e erradicar a monarquia, conforme Mondlane (1875:22). Os colonos controlavam as terras, determinavam as leis, cobravam impostos em espécie, coagiam os africanos ao trabalho, exportavam mão-de-obra para as minas e obras públicas. Após estabelecer e controlar o poder político e administrativo, o governo português entregou à igreja o dever de catequizar os nativos através da imposição da língua portuguesa e dos costumes sociais europeus.

Na administração colonial existiam diversos setores e ofícios. Havia secretarias de recrutamento de trabalhadores, migração, sistema judicial, cobrança de impostos e negócios indígenas. A administração civil dividia o país em cinco distritos: Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique, havendo um distrito militar da Gaza. Em 1907, a colónia passou a ser administrada por um governador-geral, vinculado a um conselho do governo, chefes de serviço militar e representantes das câmaras de comércio. Eram responsáveis pela educação, obras públicas, pesca, turismo e agricultura. A maioria dos funcionários vinha das forças armadas lisboetas para assumir cargos governamentais.

O fracasso da monarquia, em 1910, incentivou os colonos portugueses a reformularem o governo, que se encontrava fragmentado nos setores econômico e administrativo. Com a proclamação da república em 1910, a confiança e esperança renovaram-se, gerando nos governantes aspiração à autonomia e descentralização em relação à metrópole portuguesa. Na altura, a colonização do império africano em terras moçambicanas proporcionava a Portugal e ao mercado estrangeiro lucros através da exportação de açúcar, café, cacau, óleos vegetais e borracha. Além da criação e

financiamento de bens, foram criadas empresas de navegação, foram abertos os caminhos-de-ferro e também portos marítimos.

Segundo Zamparoni (2007:67), a fim de expandir a economia e a exploração colonial, o governo fixou a cobrança de impostos através do domínio militar em todo território. A cobrança do imposto de palhota, chamado de *mussoco* na Zambézia, forçava a população a ganhar dinheiro através do trabalho forçado nas plantações, minas de ouro e obras ferro-portuárias na África do Sul. A obrigatoriedade do pagamento do imposto de palhota foi estabelecida em 9 de julho de 1892. No início da prática, o pagamento poderia ser feito com produtos agrícolas. Em 1894, a exigência do pagamento passou a ser em dinheiro, unicamente.

O imposto de palhota tornou-se a segunda fonte de riqueza e progresso colonial em Moçambique. Além de forçar os “indígenas” ao trabalho nas obras públicas, a exportação de mão-de-obra movimentava a economia através dos tributos pagos pelos trabalhadores. O imposto cobrado era utilizado nas despesas do governo e compras de produtos para as indústrias portuguesas. A falta de pagamento do imposto pelo homem, por estar no *Chibalo* ou por ter sido preso, ocasionava a transferência da cobrança para mulheres, que recebiam ameaças sexuais e chegavam a ser presas, sendo obrigadas a trabalhar no lugar dos seus parentes até que o imposto fosse pago. Frequentemente, as mulheres que estavam grávidas e eram presas acabavam por sofrer abortos espontâneos, devido aos esforços das grandes jornadas de trabalho, conforme afirma Zamparoni (2007:140). Além do abuso de obrigar as mulheres a um trabalho masculino, colonos e militares exerciam violência física e sexual contra elas. Segundo Zamparoni (1992: 112), mulheres e até jovens meninas eram vítimas da violência sexual que, em casos particulares, tinham as partes íntimas cortadas pelos colonos para

a realização do ato sexual. A violência e humilhação eram silenciadas com a oferta de uma garrafa de vinho, uma moeda de prata, rompimento de casamentos, como forma de “indenização” ou um pagamento aos parentes, que não reagiam com medo da repressão colonial.

Todas essas condições e arbitrariedades compunham o quadro escravocrata instaurado com a colonização em Moçambique. O sistema administrativo era movido pela segregação e humilhação racial, que buscava riqueza e domínio sobre a terra.

Tendo como base o capitalismo, o colonialismo aproveitou a força de trabalho africana para o desenvolvimento da economia do Estado, concentrando na escravização dos africanos a principal fonte de riqueza. Com a “abolição da escravatura”, todos os nativos estavam sujeitos à obrigação de obter trabalho e meios de sustento que assegurassem sua subsistência. Caso contrário, eram reduzidos à condição de mão-de-obra barata ou de trabalho forçado, movimentando, assim, a economia de mercado e a atividade agrícola.

O trabalho forçado configurava-se como um castigo, devido às péssimas condições a que os negros eram subordinados. Além de passarem muito tempo longe de casa e da família, por um período que poderia chegar até doze meses, os trabalhadores eram sujeitos a muitas horas de trabalho em instalações impróprias e com uma alimentação precária. Os nativos não tinham direito de escolha; além de perderem as suas terras, língua e costumes, viviam perseguidos, sem poder decidir o destino das suas próprias vidas. Deixavam o lar e a família para exercer um trabalho mal remunerado, entregando ao governo todo o lucro obtido nas minas. A exportação de mão-de-obra para a indústria mineira do Transvaal representava uma grande fonte de lucro colonial, sendo o sul de Moçambique o maior fornecedor de força de trabalho.

Quando fugiam das *rusgas*<sup>1</sup> os trabalhadores eram levados para as senzalas, onde trabalhavam gratuitamente.

Em 26 de Novembro de 1899 foi criada uma regulamentação do trabalho indígena, alterada depois em 1914, que descrevia a obrigação de todo o indígena das colônias portuguesas prover seu sustento e melhoria da sua condição social. Caso essa obrigação não fosse cumprida, caberia às autoridades empregar os cuidados necessários para forçá-lo ao trabalho, ou puni-lo com trabalho correcional. O *chibalo* foi desenvolvido para conter os africanos que fugiam para a África do Sul em busca de salários mais altos e para obter mão-de-obra barata dentro das colônias.

Em 1930, um regulamento publicado em Moçambique definia as obrigações e situações em que o trabalho indígena era obrigatório. De entre os tipos de trabalho configurava-se o recrutamento de mão-de-obra na ausência de trabalhadores para obras públicas, com salários iguais aos dos voluntários; em caso de calamidades naturais, recebiam como pagamento comida e abrigo e um pouco de dinheiro no final do trabalho; sempre que o estado precisasse de trabalhadores para construções de estradas, poços, e limpeza das aldeias, não havia lugar ao pagamento de salários. Caso a lei não fosse cumprida, o Estado podia impor o trabalho correcional ou o serviço às companhias privadas.

Outro fator inerente à política colonial era a discriminação, que ditava barreiras raciais, controle e exploração sobre a população. De entre essas barreiras raciais, uma delas consistia numa segregação entre a população, que impedia os negros de circular

---

<sup>1</sup> “Controle” efetuado pelos militares, à noite, quando invadiam casas e prendiam homens, muitas vezes sob a alegação de vadiagem. Estes eram aprisionados em calabouços e libertados após comprovarem exercício de atividade. Os outros eram enviados para os trabalhos públicos.

nos mesmos territórios que os brancos. Havia segregação nos transportes e nos passeios públicos, bem como proibição de frequentar piscinas, restaurantes, fabricar bebidas alcoólicas ou embriagar-se com elas. Além da segregação e opressão de que eram vítimas, os negros que infringissem tais leis ou fossem apreendidos pelas rusgas sofriam violência corporal, passando por castigos que incluíam a palmatória. De acordo com Zamparoni, (2007:130), as punições e agressões eram atribuídas aos “indígenas” julgados embriagados, por alegação de vadiagem, por estarem na rua ou por alegação de pequenos furtos de objetos e alimentos, etc. Como punição, o homem negro deveria trabalhar gratuitamente, em regime prisional, podendo sofrer violência física. Os “indígenas” poderiam ser presos pelos seus patrões, obrigados a usar algemas e grilhetas, e muitas vezes, eram espancados e privados de alimento. Somente em 1916 as punições foram alteradas em favor do trabalho correcional, que variava por períodos entre três dias a um ano. O “infrator” deveria prestar serviços em troca de alimentação e vestuário, trabalhando acorrentado, conforme Zamparoni, (2007:118): “ Há tempos os presos eram acorrentados pela cintura; mais tarde um outro administrador, que era também médico, mudou a corrente para o pescoço [...] e do pescoço a corrente desceu até o pulso esquerdo”.

Conforme Zamparoni, (2007: 121), em 1916, a legislação determinou que o trabalho prisional fosse pago, contudo, os negros continuaram a ser presos e entregues a empresários para trabalho gratuito, que deveria ser remunerado. O salário, quando pago, era efetuado no final do trabalho e metade era utilizado para cobrir os custos da cadeia. A prática só foi abolida em 1962, após o término do estatuto do indigenato.

O trabalho prisional não concedia prosperidade ao capitalismo colonial, o que levou o *Chibalo* a ser instituído como necessidade para o desenvolvimento do mercado.

O recrutamento era feito pelo Estado, e os negros serviam de carregadores de mercadorias e pessoas, chegando a andar até 30 km por dia com a carga aos ombros, trabalhando na agricultura e nas obras públicas. O abuso da prática do recrutamento da força de trabalho é descrita nas páginas do jornal *O Africano* da seguinte forma:

*No seu doentio ódio à raça negra e sagrado respeito que tem pelos quadrúpedes— a ponto de não querer bichos para o trabalho— o Sr. Cardoso, como Governador do Districto [de Inhambane] permitia-se ao luxo feudal de se fazer transportar em “riquichó” puxado por pretos, à sua propriedade, 10 ou 12 kilometros de areia solta, que eram vencidos á força de berros atoados e golpes de cavalo marinho. (O Africano, 19/07/1911) in : Zamparoni, 2007: 123).*

O recrutamento de força para o trabalho forçado funcionou até 1926, quando o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, de 26 de Outubro de 1926, proibiu a atividade, deixando margem para a prestação de serviços indígenas no caso de existir interesse comum. O trabalho forçado só foi proibido em 1929, quando a nova legislação do *Código do Trabalho Indígena nas Colónias Portuguesas de África* entrou em vigor. Ainda assim, os trabalhadores indígenas eram mal pagos e mal alimentados, sobrevivendo sob a lei das palmatórias e chicotes.

A língua aparece como ponto fundamental na difusão da alienação e opressão coloniais. Nesse processo de conquista, as línguas locais foram excluídas e a língua portuguesa foi imposta como língua oficial. O português não era a única língua falada, já que o inglês circulava pelo território devido à presença vizinha das colônias britânicas e migração dos moçambicanos para as minas do Rand.

O colonialismo português suprimiu as línguas locais, impôs o discurso da assimilação, sem estimulação ou promoção do ensino da língua do colonizador. A única iniciativa empregue foi o desenvolvimento de missões civilizatórias, com o objetivo de



instruir os nativos para práticas linguísticas que os habilitassem a compreender as ordens e executar as tarefas. Os nativos não tinham direito à escolarização e não havia meios nem investimento para essa atividade. Não havia espaços para instrução linguística ou literária. O ensino da língua dava-se num plano superficial, devido à premissa da incapacidade de aprendizagem por parte do “indígena”. Por sua vez, os colonos não buscavam aprender as línguas locais, sendo necessária a presença de intérpretes para cobrança de impostos e resolução de questões administrativas. O uso das línguas locais ocorria sobretudo no interior, dada a necessidade de comunicação com os produtores africanos.

A instituição educacional implantada pelo regime anulava os saberes africanos e tinha como objetivo formar indivíduos preparados para o serviço colonial. As escolas incutiam a cristandade a ponto de sufocar os costumes, erradicando os hábitos dos nativos. Durante muito tempo, a escola categorizava os alunos em grupos determinados pela comunidade de origem, separando-os por etnia. Normalmente, os filhos de portugueses eram enviados para estudar em Lisboa ou em Goa. Não havia instituições de ensino relevantes, nem seminários de padres, em Moçambique, sendo todos os padres recrutados do exterior.

Além da ineficácia educacional que se registrava, o Estado colonial buscou redefinir a identidade dos africanos através da assimilação. Esse processo deu-se pela distinção feita através da categorização de civilizado e não civilizado. Afro-portugueses, asiáticos e todos os que dispusessem do domínio da língua portuguesa ou estivessem ao serviço do governo não entravam na classificação. Eram considerados indígenas ou não civilizados todos os nascidos em terras moçambicanas, de pai e mãe indígena e adeptos dos costumes da raça. Todos os outros, africanos ou mestiços,

adeptos dos costumes e valores europeus- eram vistos como civilizados, também chamados de assimilados.

Em 1909 a descrição foi alterada, definindo como indígena o indivíduo de cor, natural do local e com comportamento comum à raça. Em 1914, era classificado como indígena todo aquele que tivesse pais pertencentes à raça nativa da África e que tivesse características físicas africanas. Todos aqueles que fossem registrados por pais europeus e que tivessem recebido educação europeia eram isentos da classificação. Em 1917, era tratado como indígena todo o indivíduo pertencente à população negra ou dela descendente.

Para isentar-se das limitações do estatuto de indígena e passar a usufruir dos direitos civis e políticos, era necessário passar por um procedimento de obtenção de cidadania através da assimilação<sup>2</sup>. Nesse processo, o indivíduo de origem negra deveria provar o abandono dos seus costumes, comprovar fluência na língua portuguesa, aos níveis da fala, escrita e leitura, adotar a monogamia, exercer profissão, arte ou ofício, compatíveis com a civilização europeia, e comprovar que possuía meios de sustento suficientes para si e para a sua família. Além de se enquadrar nos requisitos, deveria escrever à mão às autoridades indicando moradia fixa. As condições eram difíceis de se obter, já que nem os colonos portugueses preenchiavam tais critérios, sendo na sua maioria analfabetos. O objetivo era limitar as condições de vida e educação dos negros para manter o controle da terra. Além de dominar a língua portuguesa e viver ao modo e cultura europeias, os assimilados deveriam ter bom comportamento, caso contrário poderiam ser punidos ou perder o título. Vale ressaltar que a categoria de assimilado

---

<sup>2</sup> A assimilação foi formulada em termos legais em 1917 pela portaria de n. 317 de 13.01. 1917, pelo Governador Geral de Moçambique. Ver: ROCHA, Aurélio (2002:206).

não era passada de pai para filho, e este último deveria esperar os dezoito anos de idade para requerer o seu pedido.

Com a política da assimilação, a população via-se dividida e somente uma minoria possuía identidade de assimilado. A assimilação era extremamente excludente e racista, uma vez que os não assimilados não tinham direito à cidadania, eram portadores da identidade de indígena, eram obrigados ao trabalho forçado e estavam proibidos de frequentar determinados espaços e áreas da cidade. As barreiras impostas não davam espaço à maioria dos africanos, que acabavam por viver sem direitos e possuíam uma situação financeira inferior a todos os outros, brancos e assimilados. A falta de oportunidades e limitações nos setores de trabalho eram comuns na vida dos não assimilados. Aqueles que não passassem pelo processo civilizatório da assimilação eram marginalizados, obrigados a viver à margem da sociedade, sem direito ou acesso a educação e trabalho.

A lei era humilhante e ofensiva. A assimilação do outro e distinção colocava-os, de qualquer modo, à parte dos brancos, além de que não eram totalmente integrados na sociedade. No início, a assimilação era vista pelos negros como uma humilhação, um recuo, uma ofensa. Algum tempo mais tarde, com o aumento das dificuldades, a assimilação passou a ser vista por eles como uma promoção, um avanço. Para alguns, a assimilação oferecia muitos benefícios, sobretudo materiais. Durante a república, em Lourenço Marques, os nativos procuravam a assimilação em troca de oportunidades, na ilusão do cumprimento das obrigações civilizatórias do colonizador.

A assimilação esteve presente na colonização desde a metade do século XIX com as conquistas e ocupação colonial. A proposta assimilacionista tinha por objetivo transpor os seus costumes e cultura aos africanos, numa tentativa de re-civilização da

raça. Esse projeto era baseado numa ideologia de benefício econômico a partir da dominação do território, das suas riquezas naturais e da força de trabalho local. A assimilação constituiu um processo de alienação cultural e linguístico para os africanos que, além de passarem pela divisão baseada na raça, conforme as diretrizes coloniais, entre indígenas e não indígenas, viram-se obrigados a romper com a sua cultura para ascender socialmente. Como resultado final, a divisão e separação de classes foram irremediáveis, passando a haver o colono europeu, o negro assimilado, civilizado, e o negro não civilizado, indígena.

Esse quadro de injustiças e opressão racial incutiu consciência e revolta numa classe de intelectuais “filhos da terra”, que começou a reagir às tendências marginais impostas pela administração colonial de acordo com Rocha, (2002:185-187). O grupo de intelectuais era formado por negros e mulatos, também chamados de *Os Assimilados*, e que tinham como líder o socialista João dos Santos Albasini. Com apoio dos seus companheiros, Albasini criou o *Grémio Africano de Lourenço Marques* (1908-1938), uma associação que lutava pela defesa dos interesses dos africanos, elaborando estatutos, campanhas, atividades socioculturais e educativas entre a comunidade. Como associação nativista, o *Grémio Africano* investiu no manifesto contra os ideais do colonialismo e republicanismo impostos pelo Estado português em Moçambique. O movimento e a luta pela igualdade social da colônia foram liderados pelos irmãos Albasini e acompanhado por Estácio Bernado Dias.

Além do *Grémio Africano*, Albasini criou jornais que funcionaram como armas de denúncia e crítica à administração colonial. A campanha nativista e sindicalista promovida por Albasini e pelo grupo representava uma ameaça às imposições coloniais. Além da denúncia, os jornais lançavam campanhas de mobilização contra a

aplicação de leis devido à humilhação e imposição de uma política discriminatória. O objetivo do grupo era lutar em defesa dos direitos e dignidade do povo.

Durante esse período de reivindicações e criação de associações de movimento negro em oposição ao colonialismo, o *Grémio Africano* lutou em favor da melhoria do sistema colonial, reclamou contra as barreiras raciais em torno da educação e os abusos do trabalho forçado, reivindicou a valorização do trabalho indígena. O grupo apresentava uma filosofia anticolonialista, tendo como alvo o fim da exploração e racismo africano.

### 1.1 JOÃO ALBASINI: DADOS BIOGRÁFICOS E HISTÓRICOS

João dos Santos Albasini nasceu em 02 de Novembro de 1876, em Maguede. A sua ascendência e enquadramento na colônia vem da parte do seu avô João Albasini, chefe tribal e alto funcionário do governo da república bôer, nascido em 26 de Maio, e que viria a falecer em 1888. Segundo Martins, (1957:14) o avô João Albasini era filho de um nobre italiano que emigrou para Portugal e se casou com uma senhora portuguesa, Maria da Purificação, conforme Penvenne, (1996, p. 428). Segundo Martins, (1957:14), este João Albasini acompanhou seu pai até Moçambique nos anos de 1831 ao serviço da Companhia Comercial de Lourenço Marques e Inhambane. Quando seus pais voltaram a Portugal, ele ficou no sul da África para o resto da sua vida. Este João Albasini era conhecido como Juwawa, criou um serviço de correio entre Zoutpansberg e Lourenço Marques, foi vice-cônsul de Portugal no Transvaal e fundador da colônia de Moçambique. Casou-se com uma mulher negra da Cossa

Magude. Segundo Martins, (1957:16) o casal teve dois filhos: António e Francisco, que estudaram e foram criados numa escola de missão católica, em Lourenço Marques. Segundo Penvenne, (1996:431), António morreu em 1874, deixando uma filha. Francisco casou com uma mulher pertencente ao clã Maxaquene, Joaquina Correa de Oliveira, um dos grupos falantes da língua “Ronga” em Lourenço Marques. Através do seu casamento, Francisco Albasini recebeu boas terras, o que lhe proveu a posição de proprietário e comerciante bem relacionado entre os Portugueses e os Rongas. O casal teve quatro filhos: João dos Santos Albasini, o jornalista, José Francisco Albasini, também jornalista, Maria Isabel e António Paulino, ainda de acordo com a informação de Penvenne, (1996:431).

João dos Santos Albasini, o jornalista, e seus irmãos viveram boa parte da juventude na casa de uma senhora chamada Agueda Manoel da Silva, em Nsatimune. Esta era uma senhora de 56 anos, dona de casa, católica e sem formação escolar, que vivia com José Aniceto da Silva, um indiano oriundo de Goa. Não se sabe se os irmãos Albasini foram adotados ou se eles apenas se mudaram para viver com José Aniceto e Agueda Manoel da Silva, segundo Penvenne, (1996:432). Na ausência dos seus pais de sangue, Albasini e os seus irmãos viveram com o casal como uma verdadeira família.

Ainda segundo Penvenne, (1996:432) José Aniceto da Silva era responsável pelo serviço civil e diretor dos correios de Moçambique, e foi através dele que João Albasini conseguiu o seu primeiro emprego como ajudante e despachante oficial, prosseguindo a sua carreira como responsável dos serviços indígenas, a pedido do Governador Freire de Andrade, e mais tarde nos caminhos de ferro de Moçambique. Anos depois, corta relações com o então governador para apoiar o *republicanismo*. A

sua carreira jornalística começa com as publicações nos jornais portugueses *Vida Nova*, *Diário de Notícias* e *Combate*, conforme afirma Rocha (2002:446).

É também Penvenne, (1996:433), que nos informa que, por volta do ano 1897, João dos Santos Albasini casou com Bertha Carolina Heitor Mwatilo (Bondade) e fundou a sua própria família. O casal teve uma filha, Beatrice, que nasceu no fim dos anos 1890, e um filho, Carlos Eduardo, que nasceu em 1900; o casal separou-se após dezenove anos de casamento. Albasini foi criado como filho de um homem que não era o seu pai, e chegou a fazer o mesmo por quatro meninas, filhas de um amigo próximo. A história pessoal de João Albasini demonstra que para ele a família configurava uma construção social, humana. Talvez por isso, quando Albasini se referia ao *Grémio Africano*, nomeava-os de “família africana” ou da “nossa família”, incluindo os parentes, amigos, clientes de vários gêneros e origens.

João dos Santos Albasini era um jornalista à frente da sua época. Intelectual e crítico sagaz, descrevia nos seus jornais a realidade e a política discriminatória da administração colonial portuguesa em Moçambique. O intelectual revolucionário possuía influência no círculo da articulação local e metropolitana dos republicanos, tendo a oportunidade de ir mais além que os outros membros do Grémio Africano, graças à sua herança e influência familiar, e, sobretudo, por ter estudado as leis e os costumes moçambicanos. Albasini cursou escolas católicas de Lourenço Marques, tendo como professores Simões e Domingos Caetano de Sousa. Segundo Penvenne, (1996:439) a sua vida profissional começou nos correios de Lourenço Marques, seguindo como despachante de um escritório. Após receber um convite do Governador Freire de Andrade, João Albasini atuou como encarregado dos serviços de pessoal dos

CFLM<sup>3</sup>, de 1911 a 1914. Em 1906, criou *O Grémio Africano* de Lourenço Marques, associação que desempenhou um papel importante na implantação de uma consciência nacionalista. Com o grupo, defendeu os interesses dos nativos, combatendo as ideias e atitudes discriminatórias.

Além de líder nativista e militante político, mostrou-se um grande jornalista ao criar os jornais *O Africano*, em 1908, e *O Brado Africano*, em 1918. Os seus artigos revolucionários apoiavam a “Causa Africana” e as suas publicações eram repletas de críticas, ironia e paixão. Entre as suas criações, soma-se a sua participação na fundação da *Liga Africana*, organização nativista criada em Lisboa, em 1921.

Uma vez mais de acordo com Penvenne, (1996:441) João Albasini constitui uma das primeiras “vozes de protesto” em Moçambique. Os seus textos apontavam para os direitos dos cidadãos indígenas. As suas publicações identificavam a estratégia do governo colonial para suprimir o direito à cidadania da raça africana, bem como a geração de oportunidades de trabalho e educação. Essa opressão era exercida através de definições de cidadania, cobrança de impostos elevados, estabelecimento de direitos e obrigações, baseadas na política do indigenato. A ideologia de João Albasini baseava-se na dignidade e igualdade humanas.

Outra publicação do escritor, antecedente à criação literária nos jornais, intitula-se *O livro da dor*, de 1925, um folheto em formato de cartas privadas. Essas cartas narram alguns aspectos da vida de João Albasini e mostram que este prezava a sua integridade pessoal, e mesmo tentado pelas suas paixões, controlava-se pela sua

---

<sup>3</sup> Empresa responsável pelos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques.



determinação em ser um “bom exemplo” para a sua família, geração e comunidade, conforme aponta Penvenne (1996:455).

O jornalismo era a vocação e paixão de João Albasini. Possuidor de um estilo crítico, utilizava ideias atrativas, carregadas de ironia e habilidade linguística. Os seus editoriais comprovam o potencial de um grande escritor. Revelou-se um sindicalista e anarquista pelas suas ideias. A qualidade e quantidade dos seus ensaios mudavam com as crises pessoais e doenças que consumiam a sua energia. Entre os anos de 1917 e 1918, ficou claro que ele estava muito doente e havia contraído tuberculose. Em 19 de agosto de 1922 foi publicada a nota do seu falecimento e cerca de 5.000 pessoas compareceram ao seu funeral. As publicações sobre a morte seguem até o mês de setembro, tendo sido publicado um artigo intitulado “João Albasini”, descrevendo a sua biografia e relatando todas as homenagens a ele feitas. De entre elas, a mais importante foi o registro da escola mantida pelo *Grémio Africano* com o nome do seu patrono, João Albasini, conforme Penvenne, (1996:455). Este foi o primeiro jornalista de Moçambique, autor de uma obra literária importante para a época, um militante revolucionário, que lutava contra as audácias e opressão colonial, defensor dos indígenas e dos direitos humanos, como afirmam em artigo, Hohlfeldt e Grabauska (2010:208).

## 1.2 O JORNALISMO POLÍTICO DE JOÃO ALBASINI

Segundo Ana Mafalda Leite (2008:60), a imprensa moçambicana surge em 1854, com a publicação do *Boletim do Governo da Província de Moçambique*. A partir de então, desenvolve-se a imprensa pública e anos mais tarde surge uma revista

literária, organizada por Campos de Oliveira, *A Revista Africana*. Em 1869, surge o primeiro periódico moçambicano, *O Progresso*, seguido pelos jornais *O Africano* em 1877, *O Vigilante* em 1882 e *Clamor Africano* em 1892. É a partir desse momento que os jornais começam a ser publicados e, com eles, uma produção literária mais regular, conforme artigo de Hohlfeldt e Grabauska (2010:197).

No período colonial, na imprensa, em Lourenço Marques, circulavam somente três ou quatro jornais regulares, cuja maioria era semanal. Cada jornal tinha a sua própria natureza e público. Entre eles, havia o *Lourenço Marques Guardian*, voltado para comunidade sul-africana e escrito em língua inglesa. *O Emancipador*, destinado aos militares portugueses e trabalhadores da via férrea e *O Africano*, conhecido como o jornal de maior circulação entre todos os jornais locais, destinado à população negra moçambicana, vendido entre os mineiros na África do Sul, no interior e nos centros urbanos, conforme Zamparoni (1992:133). O grande interesse dos editores levou ao desenvolvendo de uma rede de correspondência do jornal para os leitores africanos nas minas do Transvaal, que empregava muitos indígenas moçambicanos, e nas maiores cidades do centro e do sul de Moçambique.

*O Africano* possuía qualidades especiais que os outros jornais locais não tinham, visto que denunciava as formas como eram tratados os africanos; atacava a igreja, a política colonial, o racismo dos colonos, a precariedade da educação, a cobrança de impostos, o abuso e a exploração nas formas de trabalho. Lançado em 25 de dezembro de 1908, e de publicação semanal, denunciava as práticas abusivas da época colonial. A mistura do português com o léxico da língua nacional, *landim*<sup>4</sup> (forma como

---

<sup>4</sup> Idioma originário de Maputo, pertencente ao ramo linguístico Tswa-Ronga das língua banto. Apresenta cerca de 650 mil falantes em Moçambique e 90 mil na África do Sul (Quintão, José Luis, in: Wikipédia).

era designada a língua ronga), era uma forma de dialogar com a população, uma vez que era a língua usada nas ruas de Lourenço Marques. Na escrita de João Albasini pode-se encontrar, ainda, pseudônimos e também heterônimos criados por ele, Chico das Pregas e João das Regras, indivíduos que retratavam personalidades e classes distintas. Estes heterônimos ilustravam “tipos” da sociedade colonial que, através das suas pequenas narrativas, informavam sobre as mazelas vividas pelos negros, satirizando o domínio português, conforme Zamparoni (2009:47).

O domínio e recriação da língua na construção dessas pequenas narrativas nos seus jornais, aliados por Albasini às personas literárias, fazem dele o primeiro escritor e o precursor da prosa narrativa moçambicana. Através da prática jornalística, denuncia o colonialismo a partir da narração de histórias criadas à semelhança daquelas vividas no dia-a-dia da colônia, sendo assim pequenos textos literários. O jornal apresenta-se como uma referência importante para a literatura e a história moçambicana, devido ao seu potencial conteúdo literário e também por denunciar o sistema colonial. Com este jornal, nasce um dos prenunciamentos da literatura moçambicana, além de se registrar o desenvolvimento da luta anti-colonialista.

O jornal pertencia ao *Grémio Africano*, como se lê no seu cabeçalho, associação destinada à população nativa, formada pela elite mulata da região. Segundo Rocha (2002:186), o grupo buscava a promoção da educação e cultura da raça negra. O registro da formação e plano ideológico do grupo foi publicado, em forma de um protesto, intitulado “*Ano Novo– Era Nova*”<sup>5</sup>, na abertura do jornal *O Africano*, em 1908, no “Número de Propaganda a Favor da Instrução”:

---

<sup>5</sup> O Africano, no único, 25/12/1908. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

*Torna-se necessária uma explicação para que o terror não invada as criaturas, moralmente são assustando-as, e muito principalmente para que as almas billiosas, carregadas quasi sempre de auctoritarismos, aos homens do poder não se agarre a negra ideia das represálias e despotismos que é remédio muito recommendado cá pelas terras d'África – manancial fecundo onde medram as nullidades (...); este papel este jornalzinho, não vem irritar vaidades e muito menos demolir o existente! Pretende (se nos permitem o termo), somente, com muita urbanidade, – e algum receio do fiasco – lembrar as negras gentes deste vasto território africano, que somos chegados ao fim do anno da graça de 1908 e que precisamos de seguir outro rumo (O Africano, 24/12/1908)<sup>6</sup>.*

Assim foi o manifesto do *Grémio Africano* que, em forma de protesto, incitava à urgência de mudança. A apresentação do artigo é apelativa e a linguagem metafórica. Recheada de ironia, reivindica os direitos humanos e aspira a uma nova fase para os mais desfavorecidos. Centrando a crítica sobre a administração colonial, o editorial segue descrevendo a situação em que vivia a população negra:

*N'este fim de ano em que se afundam fortunas tidas até aqui como sólidas; em que a propriedade desceu tão baixo – que quasi se agradece ao Branco, o empenho “doloroso” de executar e arrematar por “dez reis de mel coado”, o que constituia a riqueza d'um triste diabo; este fim de anno que mais parece o fim do mundo, – que lição cruel a desmedida ambição de muitos que, sem escrúpulos, e calcando aos pés a consciência, extorquiram terrenos a pretos embasbacados de tanta villania, empalmaram com subtileza e engenho, áreas pavorosas, bocados de terrenos, uma nesga improdutiva de terra, escorraçando para lá, o negro vil que emporcalhava a nossa civilização (O Africano, 24/12/1908).*

Segundo Rocha (2002:186), o artigo não está assinado, mas demonstra um caráter irônico, cintilando nele um estilo humanista e crítico, pertencente à figura e estilo de João Albasini. Os artigos publicados no jornal demonstram uma ideia nativista

---

<sup>6</sup> O Africano, 24/12/1908. In: Rocha (2002:187).

e um tom quase nacionalista. Cito, abaixo, pequenos trechos de artigos publicados no Jornal *O Africano*, que transportam as mesmas características e articulações:

*- “Varios séculos atrás, nós aceitamos o jugo dos que julgavamos como os civilizadores; e além de algumas brigas, não nos livramos do jugo sem uma boa razão. Nós respondemos resistindo aos abusos, nem mais. É verdade que às vezes nossa resposta era um pouco violenta, mas escutamos sempre a razão.*

*- O mundo inteiro é testemunha do feito que agora é completamente razoável para nós, de ousar falar na cara desta onda de corrupção: BASTA!*

*- Que tínhamos de mostrar para esta submissão de estrangeiros tão admirados? Nada!*

*- Sem estrada, sem fonte d’água, sem oficina, sem escola!*

*- Os sujeitos da Sua Majestade o Rei de Portugal não falavam Português! E ele reinou nesta região desde 400 anos! ”*  
*In: (PENVENNE, 1996:422).*

Diante de tanta audácia e denúncia, o jornal veio a ser suspenso entre os meses de outubro e novembro de 1909, em agosto de 1910 e em junho de 1911, o que revelou um sinal de medo por parte da administração colonial. Com os anos, o jornal assumiu, muitas vezes, vicissitudes políticas no período do movimento republicano e nas eleições. As denúncias se intensificaram, germinando a luta política e sindical. É a partir daqui, que nascem, mais tarde, a luta sindical, o movimento socialista e as cooperativas operárias. O socialismo passa a navegar nos artigos dos periódicos, aparecendo nas ideias de distribuição de terras, bens materiais e propostas para a criação de uma agricultura comunitária.

Nessa época, a produção jornalística esteve voltada para as causas sindicais, dando maior relevância e apoio aos trabalhadores e às suas causas. O jornal reivindicava os direitos laborais, reconhecia a importância das greves e publicava as reivindicações dos trabalhadores nas suas páginas. Contudo, a postura adotada era

proibida, já que apresentava a formação de um partido político, devendo o jornal assumir uma posição e conteúdo apartidários.

Diante das disparidades sociais enfrentadas pelo negro em relação ao branco, em 1917, *O Grémio Africano* vê a necessidade de se assumir como força política em prol dos direitos dos nativos. A discriminação e as injustiças no âmbito social, agrícola e laboral afloram nas reivindicações e críticas em torno da exploração e dos regulamentos do trabalho indígena, bem como o recrutamento de mão-de-obra para trabalho forçado.

Em dezembro de 1918, *O Africano* foi vendido por João Albasini que, após alguns meses, reuniu-se com os seus colegas e inaugurou um jornal sucessor, *O Brado Africano*. Na edição inaugural, imprimia a expressão da sua revolta e da luta pela liberdade nacional:

*Todo aquele que não luta pelo seu Direito condemna-se voluntariamente a ser capacho dos outros. Parar é morrer. Aos povos subjugados, então, mais do que aos outros, esse dever é religião. Antes o altar do dever prostremo-nos pois e façamos por nos fazer ouvir nossas queixas, nos nossos braços, nas nossas suplicas! Programa (...). Para quê a explanação aqui de um programa, se todos sabem o que vimos e o que queremos? Vamos seguir a mesmíssima senda que encetamos ao fundar O Africano em 1908 (...). A Lei igual para todos, um princípio que não queremos ver traído... Avante que o Brado Africano penetre por todas as trinças dos poderosos a gritar pela Santa causa da Justiça; que nas mansardas dos pobres e palhotas desmanteladas dos contribuintes do Estado dê suas, lhes diga que a quem pela Justiça se deixa matar – porque não se deixar pizar é dever de todo o homem que tem a noção da sua dignidade... É assim mesmo e assim esperamos que será sempre, custe o que custar! (O Brado Africano 24/12/1918)<sup>7</sup>.*

---

<sup>7</sup> O Brado Africano 24/12/1918. In: Fotocópias cedidas por Zamparoni.

O editorial inaugural provocou grande repercussão, levando a recolha do número seguinte. Durante o percurso do *Grémio Africano*, foram realizadas assembleias, manifestos e reivindicações. O grupo lutava pela aprovação de novos estatutos indígenas, criação de associações e de leis laborais, bem como pelo acesso à instrução e pela assimilação. A lei foi formulada em janeiro de 1917, vindo depois a sofrer alterações em janeiro de 1919, mas mantendo a humilhação e exclusão social lançadas pela primeira portaria. Como resposta, o grupo publicou no *Brado Africano* um artigo intitulado de “Memorial”, endereçado ao governador-geral, que atacava a lei de exceção e reivindicava o direito à cidadania, questionando a concorrência entre trabalhadores negros e brancos:

*V. Exa. pode, querendo, solucionar esta horrenda questão determinando simplesmente o que o código exige e a lei do recenseamento preceitua. É cidadão português aquele que for eleitor elegível. Quem se achar nas condições requererá a sua inscrição ao caderno eleitoral. – Isto, que é lei geral, não irritará ninguém. Porque o lado melindroso desta abominável portaria está justamente no facto, indecoroso e aviltante, de se distinguir uns determinados cidadãos para serem marcados, para andarem munidos de um papel, o tal alvará. Porquê? (...). Não é preciso andar-se com alvarás. Quem for eleitor é um cidadão. (...) Não é preciso... andar com alvarás, tirar alvarás aviltantes para mostrar a padeiros analfabetos que são brancos, mas que brancos como são, por culpa sua ou dos pais ou do Estado, não leem o papel e seguem adiante tocando o burro! É agradecer pouco, é uma flagrante injustiça, Ex<sup>o</sup>. Snr., retribuir ao gigantesco esforço que a meia dúzia de nativos fez e faz para sair da chata rotina, o maçar-se-lhe com uma ignomínia a vontade, a dedicação e a coragem de aprenderem à sua custa, língua estranha escrever e ilustrar-se pelo seu único esforço (O Brado Africano 28/02/1919)<sup>8</sup>.*

---

<sup>8</sup> O Brado Africano 28/02/1919. In:Idem.

Além de reclamar diretamente junto das autoridades a humilhação gerada pelo alvará, o grupo protesta contra a vigência da lei para os indígenas, ressaltando a necessidade de mudança ou revolta da população:

*Para onde são então precipitados os milhares de indígenas que não reúnem as condições exigidas no 2º artigo e outros da portaria? Precipitados ao vazio e vazio da Era Inicial, protoplasmas que depois se aderirão a agregação e formarão o protoplasto da nova humanidade que irrompe do tumulto belicoso empunhando os estandartes de libertação, caminhando triunfante e seguro sob a cadência estridente da Internacional? (O Brado Africano 28/02/1919)<sup>9</sup>.*

É a partir de então que o *Grémio Africano* assume o seu caráter político através dos manifestos e redações publicadas no jornal, sobretudo em 1919, quando correntes bolchevistas e socialistas ganham força com a revolução na Rússia. As ideias e euforia revolucionárias vividas em Lourenço Marques são impressas nos editoriais com mais ousadia e pressão. João Albasini chega a editar um artigo intitulado “A onda”, onde descreve a tendência e reivindicações da época:

*É assim a onda, cumprindo um Fado eterno, e com ela queremos demonstrar a lenta mas potente e invencível marcha da evolução social; tardia, trôpega por vezes, mas caminha para o triunfo certo, a despeito de todas as barreiras despóticas vindas da tirania alarmada, tonta e gafa de tanta infâmia e de tanta podridão (O Brado Africano 08/05/1919)<sup>10</sup>.*

De acordo com Rocha (2002:302), é diante dessa euforia que a *Liga Africana* de Lisboa indica o nome de João Albasini para deputado de Moçambique, levantando grandes propostas e um programa eleitoral em favor da colônia e da comunidade de

---

<sup>9</sup>O *Brado Africano* 28/02/1919. In: Idem.

<sup>10</sup>O *Brado Africano* 08/05/1919. In: Idem.



Lourenço Marques, isto em 1920 (*O Brado Africano*, 26/02/1920). Mesmo opondo-se à participação em eleições, devido às fraudes ocorridas, o Grémio indica o nome de Albasini para as eleições com o apoio do partido socialista de Lisboa. Como principais propostas, defendia: a eliminação das leis de exceção; desenvolvimento da agricultura; criação de escolas; construção de vias de comunicação com o interior; concessões para novos terrenos; poderes governamentais voltados para os interesses locais.

Segundo artigo de Hohlfeldt e Grabauska (2010:199), a formalização da candidatura do João Albasini foi publicada no jornais de 18 de setembro de 1920, onde a situação colonial e os candidatos também são analisados da seguinte forma:

*É chegado o dia de o povo de Moçambique mostrar sob escrutínio qual a sua aspiração(...) Critica-se ordinariamente o esquecimento a que somos votados pelos nossos governos, a falta de iniciativa da Administração pública, o anacronismo que se nota em todos os seus processos, a ignorância por parte dos homens que nos governam do Terreiro do Paço, das necessidades coloniais, quando afinal é do povo que moureja nas colónias que depende o remover todos esses obstáculos para o avanço(...)*

*Dr. Jaime Ribeiro, médico conhecido, hoje filiado no partido Alvarista, [sic] Fontoura da Costa, oficial da armada, que dizem do partido democrático, e que não tendo feito carreira por esta província, não pode conhecer suas necessidades, praticamente; João Albasini, nosso diretor e patrício, que, vista a sua acção de jornalista e defensor acérrimo do progresso da província, sob o manto diáfano da sinceridade, não há, incontestavelmente, quem não lhe faça a justiça de ver nele o homem que só pela província e para a província trabalhe.*

*Todas as classes commerciaes, industriaes, de profissões leberaes, as classes trabalhadoras e todos os organismos operários, para quem em conjunto dêem o seu voto em João Albasini, para deputado independente que se apresentasem outro fim que não seja o progresso desta colónia, da terra que ele tanto ama e pela qual tem pugnado em toda a sua vida de jornalista, apesar de todos os*

*dissabores que a sua atitude lhe tem rendido. À urna, pois, por: **João dos Santos Albasini!**—Jornalista (O Brado Africano, 18/09/1920)<sup>11</sup>*

João Albasini ficou em segundo lugar com 157 votos, perdendo para um candidato republicano com 405 votos, conforme Rocha (2002:337). Entretanto, as eleições foram anuladas, devido a considerações de irregularidades, sendo submetidas a um novo turno. *O Brado Africano* viu-se impossibilitado de responder à situação devido ao estado de saúde em que se encontrava João Albasini, levando o novo candidato ao segundo lugar nas urnas. A morte do líder africano é anunciada pouco tempo depois. O jornal passou a ser dirigido por Estácio Dias, que seguiu com a luta a favor da população de Lourenço Marques.

Com o golpe militar de 1926, Portugal buscou reformular os seus fundamentos coloniais, centralizando as bases na implantação de um nacionalismo português. Contudo, a crise econômica vivida entre os anos de 1929-1934 ocasionou problemas no sistema colonial português e na produção econômica de Moçambique. A crise da I Guerra Mundial precipitou a queda do sistema financeiro, ocasionando muito desemprego, diminuição da produção e encerramento de fábricas e de obras. Entre os anos de 1930-1937, o estado passou a introduzir meios de injeção de capital no sistema colonial português, recorrendo à diminuição do recrutamento pessoal, investindo em mão-de-obra barata e na industrialização e exportação de produtos de plantações, como no caso do chá.

A década de 1930 foi marcada por mudanças e por uma crise na administração. A educação dirigida à população negra passou a ser filtrada no sentido de habilitar o “indígena” para o trabalho barato, diferente daquela que era destinada aos brancos, que

---

<sup>11</sup> *O Brado Africano*, 18/09/1920 In: HOHLFELDT; GRABAUSSKA, (2010:200).

obtinham uma formação mais completa e melhores postos de trabalho. O objetivo era civilizar os indígenas para torná-los úteis à sociedade portuguesa. A vida econômica e rural também foi afetada com o aumento da cobrança de impostos, diminuição de dinheiro e emprego, salvando-se pela expansão do cultivo ao algodão e caju em algumas regiões.

Devido à crise socioeconômica, o país sofreu efeitos dos conflitos e resistência à administração colonial entre colonos, residentes e comerciantes de Moçambique. Com a redução dos salários, cobrança de impostos elevados e recrutamento forçado de trabalhadores, a população, em combate, organizou greves e manifestações populares. A imprensa, que defendia os direitos dos trabalhadores, caminhava ao lado dos grevistas, reconhecia e apoiava a greve, publicando as reivindicações nos seus editoriais:

*Bom seria irem pensando muito bem no que sucederá amanhã, quando o preto estiver mais unido, instruído e conhecendo os seus direitos e os seus deveres. Nessa altura o fechar das portas será o pior serviço que se poderá fazer aos que, cheios de razões e com a barriga vazia, se encontrem frente a frente com os patrões da ponte-cais, agaloados, bem comidos e cheios de dinheiro (O Brado Africano 09/09/1933)<sup>12</sup>.*

Diante da crise, até mesmo a imprensa sofreu consequências. Face à censura imposta em 1934, o jornal viu-se sufocado pela crítica, que tentava dividir o movimento associativo dos *Assimilados*, e reduzir o poder do grupo e do jornal. Ainda assim, o jornal não parou a sua caminhada em favor dos negros e humanização do colonialismo. O grupo sofreu uma divisão entre os anos de 1931-1932, o que motivou o governo a aproveitar-se da situação numa tentativa de acalmar as reivindicações e enfraquecer o

---

<sup>12</sup> In: *O Brado Africano*. (Microfilmagens cedidas por Zamparoni).

movimento. Os *Assimilados* saíram do grupo e formaram o *Instituto Negrófilo*, em 1932, que não teve o mesmo papel e densidade revolucionária que *O Grémio Africano*, que além de lutar pelos interesses dos negros, promovia atividades sócio culturais e literárias para os seus associados de acordo com Rocha (2002:202).

Mesmo vivendo momentos críticos de censura e repressão política, o jornal continuou com as suas publicações. *O Brado Africano* chegou a ser chamado pelo nome de *Clamor Africano* pelos dirigentes do *Grémio Africano* de Lourenço Marques em 1932. Seu retorno deu-se em Março de 1933, com o nome original. Com a saída do diretor Karel Pott<sup>13</sup>, e as mortes de João Albasini e Estácio Dias, o jornal perdeu as suas forças, sendo reorganizado, em 1937, por dirigentes da direita do governo Salazarista, conforme Rocha (2002:378).

## II A DIMENSÃO NARRATIVA E LITERÁRIA DAS CRÔNICAS DE JOÃO ALBASINI

Este capítulo centra-se sobre a escrita das crônicas de João Albasini e da sua contribuição literária no início da formação da literatura moçambicana. Trataremos os elementos da estrutura da narrativa, como a descrição das personagens, o tratamento do tempo e espaço, dos títulos das crônicas e ainda o significativo uso da heteronímia.

---

<sup>13</sup> Jovem advogado formado em Lisboa, mestiço, integrante dos *assimilados*. Filho do antigo cônsul de Orange e da República do Transvaal e da Holanda, Gerard Pott, e de uma mestiça, Carlota Especiosa. Assume a direção do jornal devido à exigência da nova lei que determinava uma presença de um diretor com nível universitário. Karel Pott leva o jornal a uma questão judicial, sendo substituído pelo nome de: O Clamor Africano.

Mediante a riqueza escrita e das especificidades narratológicas que apresentam as crónicas, procuraremos evidenciar as marcas narrativas e a dimensão literária nos textos de Albasini.

## 1. A LITERATURA MOÇAMBICANA E AS CRÔNICAS DE JOÃO ALBASINI

A literatura moçambicana inicia-se com o colonialismo através da introdução da imprensa e da produção de documentos oficiais, como o boletim oficial no século XIX, e desenvolve-se através do jornalismo. Neste processo de iniciação literária, a imprensa torna-se o meio de divulgação mais importante destes primeiros textos, sobretudo no século XX, quando a literatura começa a se estabelecer com o aparecimento da produção poética de Rui de Noronha em *O Brado Africano*, por exemplo. Como afirma Ana Mafalda Leite (2008:64) é através da imprensa e do jornalismo que jovens intelectuais moçambicanos, como João Albasini, quebram o silêncio imposto pelo colonialismo, e iniciam uma cronística de pendor literário.

As redações de João Albasini destacam-se como pioneiras, nesta tarefa. Os artigos publicados nos jornais configuravam uma arma poderosa no combate contra a política colonial. Além de divulgar os efeitos da opressão colonial, os artigos possuem traços literários, que acrescentam à sua condição de textos jornalísticos um fôlego literário.

Neste contexto, pode-se afirmar que a literatura moçambicana também nasce com o jornalismo através das narrativas, poemas e crónicas impressas nos jornais e revistas da época. A produção literária de Moçambique acentua-se com as lutas

anticoloniais e com o processo de afirmação cultural promovida pelo movimento nativista.

Durante esse período de formação da literatura, é publicado por João Albasini, em 1925, *O livro da dor*. Para muitos, a publicação seria a pioneira no segmento da ficção conforme Noa (2008:37). No entanto a nós, parece-nos que é na sua atividade cronística que mais demonstra esta tendência ficcional. A aparição de outros textos literários segue com a colaboração de jornalistas e poetas nos principais meios de comunicação impressos, em especial, em *O Brado Africano*. Anos mais tarde, no final da década de 40 e durante a década de 50 vários outros autores irão colaborar em *O Brado Africano*, como por exemplo, Noêmia de Souza, Marcelino dos Santos, José Craveirinha, Rui Nogar entre outros. Conforme Ana Mafalda Leite (2008:70) este primeiro período de iniciação literária, na década de trinta, início da quarenta, é identificado pela característica romântica das produções, como se pode constatar em alguns poemas de Rui de Noronha que saem na década de 30, em *O Brado Africano*.

Haverá uma publicação póstuma do livro de Rui de Noronha, *Sonetos* em 1946. A literatura em prosa surge, mais tarde, quando são publicados os primeiros contos de João Dias. Entre os anos de 1945 e 1963 a literatura moçambicana ganha força e consciência nacional, destacando-se as publicações de alguns dos autores atrás mencionados.

Na década de cinquenta, a publicação de textos poéticos e antologias começa a aparecer. Em 1951, é publicada por Luís Polanah a antologia *Poesia de Moçambique*, seguindo com a publicação do que seria o grande marco na fase literária do país. Segundo Noa (2008:39), *Godido e outros contos*, de João Dias, é considerada a primeira obra de ficção, embora publicada em Coimbra, em 1952, cidade onde estudava

o autor. Publicado em 1964, *Nós Matamos o Cão Tinhoso*, de Luís Bernardo Honwana, é vista como uma das obras mais representativas da literatura moçambicana, segundo Noa (2008:40). Estamos no início da luta de libertação, o ano da publicação é o mesmo do início da luta de libertação levada a cabo pela FRELIMO; neste mesmo ano sai o livro *Chigubo*, de José Craveirinha. Conforme Noa (2008:43), em 1966, é publicada a obra de Orlando Mendes, *Portagem*, o primeiro romance moçambicano.

Sairá mais tarde em 1974, a recolha de poemas *Karingana ua Karingana* de José Craveirinha, em véspera de independência.

Com a independência, a literatura ganha espaço, despertando o interesse e motivação nos intelectuais para a afirmação da moçambicanidade e dos temas locais. Mais do que nunca, as questões sobre a afirmação da identidade nacional passam a ser tratadas. Conforme Noa (2008:43), essa etapa de consolidação literária, logo após a libertação, evidencia nomes de escritores que lutaram pela unidade e valorização da literatura nacional de que se destacam: Ungulani Ba Ka Khosa, Nelson Saúte, Paulina Chiziane, Armando Arthur, Pedro Chissano, Juvenal Bucuane e Eduardo White e Mia Couto.

Assim, a formação da literatura moçambicana passa por vários períodos, em momentos históricos, desde os finais do Séc. XIX até ao período anti-colonialista vivido pelas lutas de libertação do Séc. XX, chegando finalmente ao momento da independência nacional.

A nossa contribuição para o estudo da fase de formação da literatura moçambicana centra-se na leitura e análise das pequenas narrativas/crônicas publicadas no jornal *O Africano*, entre os anos de 1908-1919.

Ao publicar pequenas narrativas nos periódicos, João Albasini traz ao público leitor a novidade de uma escrita literária. Nesse processo de instauração literária, os editoriais de *O Africano* publicam pequenas crônicas, retratando as impunidades, ineficiência educacional e colonial.

A fim de contribuir com este estudo para o conhecimento da literatura em Moçambique, analisaremos a seguir os traços narrativos encontrados nas crônicas deste autor. O estudo será orientado para questões que fazem parte da narratologia, como personagens, tempo e espaço; a dimensão literária das crônicas será observada, ainda, na construção heteronímica e no tratamento das línguas.

As crônicas apresentam características retóricas e argumentativas, abordam temas referentes à política e práticas coloniais através da descrição de fatos do cotidiano mesclados com a criação literária e a criatividade do autor. Utilizando a língua local e linguagem oral nos seus textos, o autor evidencia a diglossia que a população enfrentava diante à imposição e falta de conhecimento da língua colonial. O autor acrescenta às sentenças vocábulos do léxico ronga, alimentando, assim, a língua vernácula da localidade, conferindo também a dignidade da língua par do português. Em tom argumentativo, escreve abertamente e publica as suas cartas enviadas às autoridades. As crônicas exprimem a ideologia liberal e progressista do autor, confirmando o espírito e intenção que há por detrás dos seus textos: a reforma política, a denúncia das ilegalidades, a corrupção, num estilo satírico, dotado de humor e cheio de lições de moralidade. Segundo Zamparoni (1992:136), João Albasini assina com o seu nome e cria alguns pseudônimos, além de dois heterônimos, que representam máscaras de tipos sociais, ligados ao colonialismo, ajudando-o nessa tarefa crítica da sua intervenção jornalístico-literária.



As crônicas narradas contam fatos da vida real dos seus personagens, num processo de reflexão sobre a realidade histórica do país e do seu povo. O uso da ironia, da sátira e do humor na construção dos textos confere uma estratégia de sentido ambivalente, promovendo o ataque e a zombaria, criticando a humilhação, comentários e narrativas ao serviço de posições políticas.

### 1.1 AS PERSONAGENS

Ao confeccionar pequenas narrativas, João Albasini serve-se do tempo colonial para contar-nos histórias, publicar cartas oficiais e narrar intrigas referentes à realidade moçambicana. O autor parte da apresentação de uma crônica, uma narrativa informal sobre o cotidiano e as finaliza com comentários irônicos, denunciando e/ou reivindicando críticas à política colonial. As narrativas retratam as experiências de muitas personagens, incluindo as do narrador, que se comporta, muitas vezes, como uma personagem, um mero observador, ou ambos.

De entre as personagens, destacamos a presença do narrador-personagem, que aparece, muitas vezes, na voz do jornalista ou dos seus heterônimos. Há uma predisposição para a representação das personagens de acordo com a coletividade, ou função que representam. Assim, a classificação e descrição são feitas, muitas vezes, em tom pejorativo. Destacamos:

*“Matumes, Chomanes, Monhés, Chinas, Assimilados, Negros tristes, famintos, desempregados, subordinados, Mancebo, Scellerado de côr, sonhadores, indígenas e bêbados, indígenas, mulher portuguesa, filhos de portugueses, branco”, (ZAMPARONI, Valdemir e SOARES, Paulo, 1992).*

As personagens aparecem como figurantes, e algumas vezes, como agentes da ação, referenciados pelas tarefas que assumem, ou pelas suas qualidades, referentes ao trabalho que assumem ou ainda pela etnia, raça ou classe social:

*“vilões, guetas, matadores de landins, justiceiros, engajadores e iludidores de pretos, auxiliar, regulos, jornalista, gumana, indígenas agricultores, cidadão de angola, filhos de S. Tomé, e Sr. Diretor da Estação Experimental, Ex.mo Sr., V. Exm<sup>a</sup>, Intendente da Emigração, senador, médicos africanos, cavaleiro andante, guerreiro sem nome”* ZAMPARONI, Valdemir e SOARES, Paulo, 1992).

Quanto à determinação de nomes próprios, notamos o emprego indicativo de nomes de pessoas públicas ou de cidadãos comuns, como por exemplo, o dos nomes dos governadores, ministros, diretores dos setores públicos: *“Sr. Dom Fuas, Álvaro de Castro, Sr. Sidónio Pais, Alfredo Augusto Freire de Andrade, Massano de Amorim”* entre os nomes dos negros e negras da comunidade local: *“Eugene Herzog, Sr. Pedro de Macedo, D. Carlota, Custódio, Mathusalém, Chomane, Pepeto, Cucumesana, Macumule, Mariamo”* ZAMPARONI, Valdemir e SOARES, Paulo, 1992. Notamos, ainda, a personificação de seres inanimados como personagens individuais ou coletivas, numa atitude de representação simbólica, quebrando com as fronteiras dos sentidos, como por exemplo: *“O Governo, O Estado, Luzithania, Esses Diabos”*.

É diante desse contraste social e histórico que as personagens são descritas, através das crônicas recheadas de inovação linguística e literária. Estes figurantes tornam-se personagens, enquanto categorias sociais, que representam grupos e coletividades e a sua importância, não tem a ver com uma individualidade de personagem subjetivo. São raras as personagens que tem o nome próprio. Universo de misérias e reclusão que descobriremos adiante.

Na crônica intitulada “*O vinho colonial*”<sup>14</sup>, Albasini relata um diálogo entre o próprio jornalista, autor-narrador, e um amigo estrangeiro, que discutem sobre a situação de algumas mulheres vistas a trabalhar nas ruas da cidade, sob vigilância de auxiliares. A crônica transcorre numa fluência quase teatral, dividida em dois atos. Na primeira parte, o desencadeamento do discurso aborda uma situação apresentada como um roteiro: há uma velocidade na sequência dos fatos, do tempo, da movimentação das personagens, e no desfecho. Na segunda parte do texto, o autor prossegue com a mesma temática, desta vez, num tom jornalístico, numa nota de “*faits divers*”. Desta vez, o narrador-autor apresenta as minúcias da ação, assumindo uma segunda voz.

Albasini inicia seus artigos, normalmente, com uma apresentação de um fato real, numa cena corriqueira, seguindo com a publicação de cartas ou intervenções jornalísticas. A narrativa apresenta marcas retóricas, próprias do estilo do escritor, que constrói suas sentenças a partir do uso da sátira e argumentação, recorrendo à eloquência e à persuasão para criticar os problemas coloniais.

A narrativa revela através do discurso indireto um dos abusos que os nativos de Lourenço Marques viveram na época da colonização com a venda da bebida aos habitantes locais. A voz, que narra na primeira pessoa, capta as cenas através do “olho-câmera”, que observa a história. Temos, ainda, a presença de duas vozes que narram: a da personagem principal, no primeiro ato, que vive a ação e conta sua experiência para o leitor, e a do segundo personagem, o narrador-jornalista Albasini, que observa e descreve os fatos, conferindo um tom literário ao seu texto jornalístico. Este se

---

<sup>14</sup> O Africano, n.º 4, 24/04/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

comunica com o narratário, migrando do fictício ao real, questionando o sentido dos acontecimentos.

A pergunta que abre o diálogo do texto aborda a temática da venda do vinho colonial aos negros como meio indutor de “*delitos*”, que ocasionava o recrutamento destes negros para o trabalho forçado e público:

*Um estrangeiro meu amigo, que por aqui passou em dezembro último, perguntou-me a bordo do vapor «Feldmarschall» que qualidade de delicto tinham commettido umas negras que elle vira n’aquelle dia, um domingo, trabalhando em capinagem de ruas, sob o olhar vigilante dos auxiliares?”*

*Eu, um tanto vexado – mas com muita dignidade, respondi: São umas vadias, umas perdidas apanhadas nas cantinas da cidade ébrias de vinho que Portugal exporta com fatura... Umas bebedas! (O Africano, nº 4, 24/04/1904)<sup>15</sup>.*

O narrador-personagem é o sujeito ativo da enunciação, o porta-voz, que conta a história de dentro do texto e descreve a fala do outro, resumindo a sua fala e sintetizando os pontos de vista do interlocutor, subordinando a voz do amigo estrangeiro: “*O meu amigo edificado calcou uma insolência por delicadeza para comigo e lamentou que se permittisse a venda de vinho a pretos, como pretexto para arranjar quem, de graça, limpasse as ruas...*”<sup>16</sup> A voz preponderante é a do narrador, que tece o enredo da história e descreve a opinião do amigo. Escrito em primeira pessoa, a sua fala é marcada pela pontuação e uso dos pronomes: “*eu, comigo, meu*”<sup>17</sup>.

A personagem é ironicamente caracterizada como um cidadão que acredita na colonização, que é fiel à administração e ao governo, indignado com a intolerância do amigo para com a organização local:

---

<sup>15</sup>Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Idem.

*“[...] eu ia, verboso e argumentador, a fulminar o homem temerario que ousava chasquear da nossa administração, do nosso systema colonial... Mas, nisto o vapor apitou pela 3 vez e eu em logar das palavras de justa indignação que me enchiam o peito, não tive remédio: dei o abraço de despedida áquelle bandido” (O Africano, nº 4, 24/04/1904)<sup>18</sup>.*

João Albasini dissimula seu discurso a fim de chamar a atenção para a manipulação que governo exerce sobre a população na venda do “vinho para pretos”. A repetição da afirmativa sobre a venda do vinho colonial, como forma de induzir situações que culminam com o trabalho forçado, é delineada em três momentos da narração. Numa primeira instância, a ideia soa à personagem como uma suposição indelicada do seu amigo. No entanto, a ocorrência da embriaguez dos negros e negras, seguida da exploração e trabalho forçado, transforma a opinião do narrador-personagem, que lamenta concordar com a afirmativa do “*tal amigo*”.

Vemos, ainda a caracterização das mulheres que são descritas em termos depreciativos, associados a uma má conduta “*São umas vadias, umas perdidas apanhadas nas cantinas da cidade ébrias de vinho que Portugal exporta com fatura... Umas bebedas!*”<sup>19</sup> A descrição capta uma imagem vulgar, pois põe em causa a integridade da mulher e das mulheres, enquanto colectivo, salientando apenas o seu comportamento negativo.

Quanto à sequência da narrativa, temos uma mudança no desfecho, uma evolução do ponto de vista da personagem, que conta a história. Para tanto, o autor insere, em seguida, a mesma informação sobre a venda do vinho colonial, evocando os

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Idem.

pormenores temporais, nomeando espaços e ironizando as impressões, numa atividade jornalístico-literária:

*Em plena cidade baixa, avenida Paiva Manso e bares Cabral, predio Andrade e outros, todos os dias das 6 da manhã as 9 da noite, gosa, o habitante de Lourenço Marques, este espetáculo gratuito e divertido:*

*Bandos de mulheres são apanhadas de noite ou de dia, nas cantinas, e presas, condenadas a trabalhos publicos porque tendo bebido o nectar delicioso do Poço do Bispo, - vulgo vinho colonial - e sentindo os salutareos effeitos da mixordia, sahem dos tascos quasi nuas, desafiando os transeuntes, insultando quem não acóde á chamada, vomitando palavrões n'uma promiscuidade repugnante com pretos nojentos, chaguentos e idiotas da bebedeira e moleques vadios que frequentam aquelles antros fazendo côro, gritando coisas torpes a que passa, de dentro ou for a da cantina, sob o olhar grato do cantineiro, brano, monhé ou china, que contempla o crescer da desmoralização atravez do fumo do cigarrinho, contando placos, em cima do balcão ensebado e negro como a sua própria alma!*

*São presas por vadias. Muito bem (O Africano, nº 4, 24/04/1904)<sup>20</sup>.*

No trecho acima, encontramos a denúncia dos horrores e dos processos de desvalorização aos quais as mulheres eram expostas. O discurso é pejorativo, apresenta os clichês, que funcionam como elementos explicativos da situação, revelando a intencionalidade da narrativa. As negras e negros são vistos como “*repugnantes, nojentos, moleques vadios, vadias*”. Com a caracterização depreciativa das personagens, o autor dissimula a fala para representar os juízos e as opiniões do colonizador. Elaborando e caracterizando o indivíduo colonizado, descrevendo-os como: “*Pretos, pretas à garra do auxiliar*”<sup>21</sup>.

A depreciação feminina é marcante no trecho, no sentido em que a personagem é referida através de descrições preconceituosas, destruindo sua integridade e anulando

---

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

sua imagem, somente por não se encaixarem nos moldes estéticos e sociais da sociedade, ou por serem fantoches dos mecanismos instalados pelo universo colonial dominante, como a venda do vinho colonial para negros. Assim, a problemática inverte-se, gerando a referência a julgamento pré-estabelecidos e depreciativos da mulher africana, baseados em elementos sexuais, raciais e culturais, como nas descrições do trecho acima:

*Bandos de mulheres são apanhadas de noite ou de dia, nas cantinas [...] sahem dos tascos quasi nuas, desafiando os transeunentes, insultando quem não acóde á chamada, vomitando palavrões n'uma promiscuidade repugnante com pretos nojentos (O Africano, nº 4, 24/04/1904)<sup>22</sup>.*

O artigo que segue a narrativa discorre sobre o trajeto das famílias perante o disfarce da venda do vinho colonial. O narrador discorre sobre as personagens, sobre as mulheres que ocupam o centro da história, tenta oferecer uma explicação para os fatos, questiona, remetendo para uma outra leitura, baseada no desenrolar dos acontecimentos. Homens e mulheres que gastam o mísero vintém na compra do vinho nas cantinas, voltando para casa sem ter o que comer, restando à mulher o dever de cumprir a exigência do marido, dominado pelo vício e conformado com a situação de obrigá-la a trazer o alimento para ele e para os filhos, resultante da sua prostituição com o *cantineiro*:

*Depois, pretos e pretas, tendo bebido até exortarem o ultimo vintem vão, os que escapam á garra do auxiliar, cambaleando cantando obscenidades, a caminho de casa onde dormem a descansar o corpinho para novas delicias do dia seguinte. E dormem. Dormem sem jantar na maioria dos casos, porque a negra tendo perdido o dia e o dinheiro na cantina, não tem o que dar de comer ao marido nem aos filhos[...] A negra faz então este grande, este abominavel*

---

<sup>22</sup> Idem.

*sacrifício: ou leva a pé firme uma bôa meia duzia de cacetadas do esposo irado e faminto, ou vae prostituir o corpo, para arranjar uns vinténs para o pão, sardinhas e... o litrito do vinho colonial (O Africano, nº 4, 24/04/1904).<sup>23</sup>*

Vemos no trecho acima a introdução da concepção do erro e do seu resultado. O narrador esclarece os meios e enquadramento das regras impostas com o intuito de assegurar as vantagens e efeitos da transgressão dessas personagens. Como podemos ver, temos o dano moral e físico das personagens, através do trabalho forçado e castigo para os homens e da prostituição para as mulheres.

A denúncia agrava-se no desenlace da narrativa, que retrata os acontecimentos finais, e desvenda a verdadeira intenção e estratégia do governo em vender o vinho colonial e criar as cantinas, pela interpelação e fusão das vozes dos dois narradores, marcada pela escrita e pela impressões pessoais registradas através dos diálogos e das observações críticas, das interpelações e interjeições, dos pronomes pessoais, pontuação e linguagem conotativa:

[...] corpo dos *auxiliares*, para o principal e moralizador fim de prender os pretos e pretas que se embebedarem com o vinho vendido pelos cantineiros;  
*Que bandalheira!*;  
 – coitados! *Honestos obreiros da civilização; É um remédio um pouco chinês, mas para pretos serve...;*  
*Sómente nos ocorre dizer que nem sempre esses auxiliares obram com criterio e justiça;*  
*Um povo moralizador, digno e decente, não começaria a prender as vadias e prostitutas que alli fossem encontradas;*  
*Lérias, cantigas...*  
*Uma gente tão rispida, tão moralisadora como nós que fazemos trabalhar aos domingos as pobres negras que cometeram o delito de se deixarem envenenar pelo nosso Vinho Colonial, devia ser*

---

<sup>23</sup> Idem.



*muito escrupulosa tão bem em castigar o que por ahi se faz. Esta é a verdade! (O Africano, nº 4, 24/04/1904).<sup>24</sup>*

Após a apresentação dos fatos e descrição das personagens, Albasini apresenta os argumentos que desencadearam a ação e situação percorrida por estas. O narrador busca a resposta para a equação inicial, inserindo argumentos na apreciação do fio condutor dos fatos, apresenta um discurso retórico, na tentativa de convencer e induzir a sociedade administrativa da necessidade do fechamento das cantinas e da proibição do vinho em África, bem como o término do abuso das autoridades e estimulação à prostituição e abuso da mulher:

*O auxiliar macua odeia os landins e outras raças. Revestido d'autoridade espanca, sempre que pode, com razão ou sem ella[...]; Quando se trata de mulheres, então, são raras as vezes em que não exorbitam!*

*Amores mal correspondidos, excitam a vaidade do auxiliar a ponto de, esquecendo que é autoridade, abusar d'ella, prendendo como vadias, varias craturas, creadas, lavadeiras etc. Sob o pretexto de as ter encontrado na cantina. É necessário pôr cobro a estes abusos dos auxiliares, quanto antes;*

*[...] Um governo decente, composto de sujeitos que não importassem com os votos da proxima legislatura, prohibiria terminantemente, aqui em africa, o uso do vinho, e outra mixordias.*

*[...] Os cantineiros usando da indiferença do governo a que nós chamamos de crime vão prosperando, vão ganhando terreno; e já querem um prostibulo na Malanga; Amanhã farão novas exigências! (O Africano, nº 4, 24/04/1904)<sup>25</sup>*

A venda do vinho colonial, além de configurar um eficiente meio lucrativo para os cantineiros, funcionava como um ataque direto à mulher, pois desencadeava a bebedeira e prostituição ao servirem os civis. A mulher negra aparece, portanto, como

---

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.

produto mercantil, atuando como objeto sexual para o homem, a quem serve, e executando as ordens e condicionamentos estabelecidos pelo homem branco.

Em “*Amor em Vinho (Idílio Pagão)*”<sup>26</sup>, narrativa assinada pelo heterônimo João das Regras, velho colono moralista, ironiza as práticas e cotidiano colonial. Como no primeiro texto, o autor aborda a temática da venda do vinho colonial nas cantinas, a partir de uma crônica trespassada de bilinguismo. O narrador descreve os acontecimentos buscando dar tons de realidade, com um olhar testemunhal.

Partindo da mesma força temática, as personagens são desenhadas de maneira minuciosa, descritas por muitos adjetivos, qualificando-as, como “*monhês, magaiça, desolados, desgraçados bebedores, pretas de Inhambane, penteadas à moda, mulungo, dedo porco, sua negra, felicíssimo*”<sup>27</sup>. O narrador-câmera descreve o ambiente e a paisagem, recupera as falas, dando sequência e sucessão ao movimento da história, também através do discurso indireto:

*Era na malanga, ao cair duma tarde de sol e moscas do mês de Abril.  
Às portas, monhês espreitando o almejado “magaiça” agora  
ausente coçavam-se desolados [...]  
Folgavam os desgraçados bebedores...*

*[...] É o “mulungo”, é a “alma gentil” da colonização... Nisto, três  
pretas de Inhambane, penteadas à moda e de garridas capulanas  
encarnadas de “pera”, inrrompem pelo tasco, e pedem, com aceno,  
o confortante “colonial”.  
O “mulungo”, em chinelos d’ourela, puxa um escarro, cospe, dá um  
jeito às calsas, arrasta-se até elas e pergunta: “Wenes djulam  
incata?”<sup>28</sup> (esposo, macho). As negras recuaram de pudicícia e logo,  
com as mãos no ar aos berros, uma gritou, ao convite, exteriorizando  
ausentes indignações...*

<sup>26</sup> O Africano, n.º 118, 11/06/1913. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> “Vocês querem macho?” IN : ZAMPARONI, Valdemir. *Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX*. IN: GALVES, Charlotte (2009:52).

*O “mulungo”, porém sorriu astuto e não se intimidou; sacou da prateleira uma garrafa de Porto. Com o dedo porco apontou para o letreiro: “langusa wene aqui, sua negra: “Incata”. “Incata” é a marca deste vinho, que é “maningue muxle”.*

*E riu-se muito felicíssimo pela laracha. As negras, ávidas de provar coisa nova, pagaram logo a quinhenta: Tula para ku sele, arre!... (O Africano, n.<sup>o</sup> 118, 11/06/1913)<sup>29</sup>.*

O trecho descreve a rotina das cantinas, tendo como personagens principais, negros e negras no uso do vinho colonial. A crítica é estabelecida através do desencadeamento da história, que gira em torno da venda do vinho colonial. A descrição física das mulheres dá contorno à inquietude delas ao esperarem “*o confortante colonial*”. A cena retrata a manipulação e interesse do cantineiro em direção dos grupos sociais presentes na cena, descritos como *monhés*, civis, e *o mulungo*, negros, e as negras.

A mulher aparece mais uma vez retratada como objeto, através do discurso pejorativo, conotando a atividade e desejo sexual, cintilada pela manipulação da bebida alcoólica:

*O “mulungo”, em chinelos d’ourela, puxa um escarro, cospe, dá um jeito às calças, arrasta-se até elas e pergunta: “Wenes djulam incata?”[...] E riu-se muito felicíssimo pela laracha. As negras, ávidas de provar coisa nova, pagaram logo a quinhenta: Tula para ku sele, arre!...(O Africano, n.<sup>o</sup> 118, 11/06/1913)<sup>30</sup>.*

A caracterização das personagens é sumária, são personagens planas, pois não têm nome próprio, aparecem como representantes de uma coletividade, anônimas, sem evolução ou surpresa no seu destino, seguindo no anonimato. Além de não terem nome

---

<sup>29</sup> O Africano, n.<sup>o</sup> 118, 11/06/1913. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>30</sup> Idem.

próprio, nem psicologia, são designadas como coletivo anônimo, representando uma totalidade. Verificamos que o autor refere-se aos negros e negras locais, manipulados pela administração. No entanto, por vezes aparecem singularizadas como no trecho abaixo, sendo-nos apresentado o *Krilolu Mathusalém*, representante típico dos negros consumidores do vinho *Incata* e seus efeitos. Temos a imagem de um negro, que aparece com nome próprio e se torna “exemplo” tipificado, sendo apresentado, numa visão estereotipada:

*Então, no vão da porta, ouvimos alguém vomitar: era o Mathusalém—”, um Krilolu—”[...] Tinha na mão uma garrafa da mesma marca e vomitava sucumbindo...*

*Então ‘Mathusalém? –gritamos sacudindo-o.*

*Ele, abrindo os olhos turvos, arrancou, fazendo careta abominável, esta exclamação: “Caramba! Tem um cheiro exorbitantíssimo!”.*

*Não chegamos a tirar a limpo a que objeto se referia porque o cantineiro deu-lhe logo um pontapé e gritou: “Suca! Seu narro!” (O Africano, n.<sup>o</sup> 118, 11/06/1913)<sup>31</sup>.*

A narrativa finda com a crítica sobre a forma como os cantineiros abusavam e tratavam os seus fregueses e freguesas negras com violência e abuso de linguagem, evidenciando a diglossia entre as línguas ronga e portuguesa<sup>32</sup>. Tratando desse tema, o narrador procura demonstrar como a língua das personagens se mistura, evocando o bilinguismo existente nos meios populares, e como dela fazem uso os comerciantes para angariar a clientela. Essa ocorrência encontra-se expressa nos diálogos entre o cantineiro e os fregueses, através dos termos: “*magaíça; cipaio; malanga; compound; bago; mulungo; capulanas; wenes; djulam; incata; eniku; bofetiara; arre; krilolu;*

---

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette (2009:54).

*suca, shake-hands*”<sup>33</sup>, entre outros. O uso destes termos demonstra a quebra com a língua do narrador, como símbolo de resistência, indignação e marca linguística dos colonizados, bem como a ausência do domínio da língua colonial. O narrador escreve a língua das personagens, tentando traduzí-la através das suas atitudes e sensações, através da observação e do registro.

Ao finalizar a narrativa, o narrador cria um quadro crítico em torno dos abusos coloniais à dignidade das personagens. Para além da condição explorativa, o narrador evidencia, pelo uso da metonímia, o fracasso da obra civilizatória pela resistência dos traços linguísticos e dos atos das personagens, finalizando com a imagem da pátria através da imagem constante de uma «pátria» assente na miséria e porcaria:

*Demos-lhes um “Shake-hands” e saímos a respirar e fugir, porque então as pretas iam na segunda garrafa do “Incata” e realmente era “exorbitantíssimo” o cheiro, como muito bem dissera, vomitando, Mathusalém, que , agora, dormia, borrado no vômito, cheio de moscas, com a “Incata” apertada no peito” O patriota, esse ficou a contar pratas...*

*Mas adiante tremulava a bandeira nacional à branda aragem... (O Africano, n.º 118, 11/06/1913).<sup>34</sup>*

No texto “*Para servir o paiz eu vim de Fanhões*”<sup>35</sup>, Albasini informa a chegada do navio, o vapor *Freire d’Andrade*, que transportava homens negros do Chai-Chai, recrutados para o serviço militar de Lourenço Marques. A focalização do texto circula entre os eixos do trabalho forçado e a migração. Escrito na primeira pessoa, a narrativa

---

<sup>33</sup> O Africano, n.º 118, 11/06/1913. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> O Africano, n.º 7, 05/06/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

descreve a forma desumana como estes homens desembarcam na localidade: *“amarrados pelo pescoço a dois e dois... Quem eram esses diabos?”*<sup>36</sup>.

A narrativa prossegue através do olhar do narrador, que fotografa, através da descrição, investe em suposições e capta as sensações vividas pelas personagens principais. O narrador cria uma empatia com as personagens, que se encontram num espaço mínimo e são descritos através do discurso indireto livre, numa perspectiva realista. O narrador descreve a situação das personagens através da sua participação no evento: *“Uma tarde estava casualmente na ponte-caes quando atracou o vapor Freire d’Andrade da empresa Limpopo, vindo das terras de Gaza... Farejei o caso: era um contingente do Chai-Chai para o serviço militar”*<sup>37</sup>.

A partir daí, o enredo da narrativa desenrola-se com a descrição dos fatos e caracterização dos personagens. Um sargento e um cabo, que se ocupam dos negros recrutados, são apresentados a partir de suas atitudes cruéis, características físicas e descrição externas, numa narrativa quase polical:

*Na ponte, um sargento e um cabo ás coronhadas, blasphemando e praguejando obrigavam aquella canalha a formar militarmente, e a tomar aquella garbo marcial proprio de “Mavorte”... Então um dos soldados, baixote, enxovalhadote, sebadote, com testa curta fugindo espavorido para traz, um bronco das rugas de lá, muito satisfeito de vér o raio do negro a chorar, largou este dito que foi victoriado por uma gargalhada dos camaradas: num chores que tãobem baes!...(O Africano, nº 7, 05/06/1909)*<sup>38</sup>.

Estas personagens encarnam o papel de malfeitoras, como vilões da narrativa. Podemos perceber o instinto de crueldade e o prazer dos militares em desprezar, humilhar e espancar o negro. No texto, a violência verbal e desqualificação dos negros

---

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Idem.

são descritas e sublinham a sua condição de inferioridade “*vinte e tantos homens muito pretos e muito tristes, amarrados pelo pescoço a dois a dois; encurralados por um quadrado de bayonetas*”, e destacadas pelo uso dos adjetivos depreciativos como: “*esses diabos; tristes presos; aquela canalha; raio do negro; 3 negrinhos muito sujos; negra hedionda*”<sup>39</sup>.

A posição e imagem do militar não se coadunam com a sua posição, já que autoridades são apresentadas de maneira sarcástica, numa tentativa de mostrar os contrastes, e as verdades humanas das personagens-tipos: “*... um cabo às coronhadas, blasphemando, praguejando; Então um dos soldados, baixote, enxovalhadote, sebadote, com testa curta fugindo espavorido para traz, um bronco das rugas de lá*”<sup>40</sup>. A imagem dos militares que nos é veiculada, portanto, é a do homem rude, sem estudos, configurada pelas ações de subversão e depreciação do outro, numa supremacia autoritária.

Os negros, por sua vez, aparecem acorrentados, assumindo a posição de vítima, passivos no contexto e na narrativa. O jornalista e narrador-personagem procura ir além das descrições externas destas figuras. Atuando como testemunha da história, o narrador cria uma empatia com a personagem e tenta penetrar no seu olhar e na sua mente. O autor-narrador captura através da sua expressão facial, um sentimento maior, um pensamento, a dor vivida naquele instante, o sentimento de perda de uma vida deixada para trás, a possível família, a liberdade de um homem e aconchego do seu lar. Albasini busca no olhar e na cor daquele homem o resgate da sua história, de quem ele foi:

---

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Idem.

*Um dos tristes presos olhando para o céu inclemente e para a vastidão dos mares e lembrando-se talvez, da liberdade das selvas, da companhia amorosa das feras bem menos crueis, e quem sabe! Talvez d'uns 3 negrinhos muitos sujos que lá ficaram em Gaza, no regaço da negra hedionda, chorava silenciosamente, as lágrimas correndo em fio pelo carão da cór d'ebano!(O Africano, nº 7, 05/06/1909)<sup>41</sup>.*

A repetição intencional da cena projetada no texto a condição subordinada em que os personagens se encontram: são seres sem voz, “*encurralados por um quadrado de bayonetas luzindo ao sol de Deus justo*”<sup>42</sup>, humilhados perante a cidade e presos no quartel da polícia para o serviço militar. O recurso repetitivo é utilizado como forma de chocar, chamar a atenção do leitor.

Diante da triste situação, o narrador faz alusão ao sol, metaforicamente, enquanto deus da mitologia grega, Phebo– deus da luz, sol – que se esconde para não ver tremenda barbaridade: “*Eram 5 horas da tarde. «Phebo lá p’ras bandas da Matolla, envolto em um clarão rubro, estava prestes a mergulhar, ocultar-se para não vêr tanta coisa deste mundo grotesco!*”<sup>43</sup>. No texto, a imagem do pôr do sol como fuga do que se passará naquele instante evoca a noite, para se ausentar dos fatos obscuros e desumanos. A transição do dia para a noite traz para o texto a cena final dos dias daquelas personagens negras para um destino incerto:

*Depois os pretos sempre amarrados pelo pescoço a dois e dois, encurralados por um quadrado de bayonetas luzindo ao sol de Deus justo, atravessaram as ruas d’esta cidade, a caminho do Quartel da Polícia, – uma espécie de purgatório onde se preparavam as almas para a bem aventurança.*

---

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.



Após essa descrição, a voz do narrador muda. Agora, quem fala é o jornalista Albasini, que apresenta o seu ponto de vista em relação ao nó da história e ao recrutamento de forças para o serviço militar de Moçambique: “*A Patria precisa de soldados. [...]é preciso, ninguém duvida. Em princípio eu acho que 3 annos... a tal serviço é muito: que devia ser reduzido o tempo... servindo na própria terra, no seu districto*”<sup>44</sup>.

O desenvolvimento da história e a sucessão dos acontecimentos alteram-se no interior do tempo e da respectiva focalização, promovendo uma analepse, que será discutida mais adiante. A partir daí, o narrador-testemunha levanta a problemática que está por detrás da ação do texto. A função explicativa ocorre quando o narrador volta à história para esclarecer junto do leitor os elementos que estiveram por detrás dos acontecimentos, apresentando outras personagens e situações. A narrativa versa sobre o problema da migração, do medo e do descontentamento da população contratada à força, da fuga de povos para outras regiões, das motivações coloniais e da decadência econômica, ao “*terem sido forçados a venderem o gado por todo o preço*”<sup>45</sup>, e por não haver mais compradores em determinadas localidades.

Surgem, então, outras personagens, descritas como fugitivos. A fuga para a serra, o mato, decorre do medo de ser recrutado, de perder a família e a liberdade, que gerava a fuga daqueles que conheciam as condições de abandono e trabalho forçado: “*Do Sabié fugiram para as serras, para «Magobolana»: e ali acendem fogueiras, ali acamparam os subditos de S. M. Fidelissima*”<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Idem.

Numa linguagem satírica, Albasini apresenta as contradições e interesses dos administradores, com a tentativa do governo de controlar a instabilidade financeira instalada com a fuga dos negros para o mato, devido ao medo do recrutamento militar. São relatados os erros e desacordos da administração colonial. Num tom cada vez mais satírico, refere-se à confusão na tomada de decisão e rigor dos administradores:

*O administrador do Sabié, o sr. Capitão Marques da Silva antes de dar execução ás ordens, apresentou a s. Ex o sr Governador Geral varios motivos por que deviam, por este anno, serem dispensados do serviço militar os povos do Sabié.*

*Parece, que o sr. Governador, achando justo o pedido, deferiu.*

*Os administradores de outras circumscripções, sabedores do caso, representaram a s. Ex. ex contra medida. Com justissimas razões fizeram ver a s. Ex. que o indigena não comprehenderia a justiça da medida, concluiria por suppôr que era uma questão de bondade dos administradores... (O Africano, nº 7, 05/06/1909)<sup>47</sup>.*

Eis, pois, a definição das personagens superiores, responsáveis pelo governo e organização dos atos administrativos. Numa primeira instância, são apresentados pelos nomes próprios e cargos ocupados. Na descrição, a imagem descrita remete para a imagem do bondoso e legítimo colono, investido dos bons valores e sentidos de responsabilidade, justiça e nobreza.

Contudo, a moralidade e interesses das personagens são apresentados no desfecho da narrativa. Através do discurso indireto, o narrador apresenta-nos as falas e pensamentos das personagens, revelando as contradições no desenrolar das posições e dominações coloniais. Albasini vai atualizando a voz das personagens através de um exercício informativo e satírico, usando trocadilhos e criticando as posições das personagens centrais:

---

<sup>47</sup> Idem.

*S. ex, ao que consta, deu então, contra-ordem e o administrador do sabié «que arranjasse o contingente, 10 homens», salvo erro...*

*[...] o preto não conhece as contra ordens.*

*O administrador tendo já dito como verdade aquillo de, a sua circumscrição estar isenta do serviço militar, tendo convocado os regulos para lhes dar a boa nova, teve em virtude de ordens superiores de dizer onde digo que digo digo que não digo – um costume muito nacional!...(O Africano, nº 7, 05/06/1909<sup>48</sup>).*

Em “*Tal casa de seu sogro costuma estar o villão*”<sup>49</sup>, João Albasini denuncia com ironia a atuação de um fiscal para com os negros regressados de Johannesburgo. A narrativa apresenta uma forma de carta aberta, publicada no seu jornal, tendo como destinatário primário o intendente responsável pela Emigração de Lourenço Marques. A narrativa é conduzida pela via da adjetivação e caracterização dos personagens, num discurso de múltiplos sentidos e funções.

Partindo do discurso indireto livre, faz emergir uma voz dual entre o protagonista e o narrador. A história vem da realidade, descreve o abuso de poder do branco-europeu *subordinado* para com o negro, *bandido*. O narrador focaliza seu olho-câmera para descrever, ao máximo, a miséria física sofrida pela personagem como “penalização”.

A descrição da ação é apresentada do ponto de vista do narrador, que analisa e julga as atitudes da personagem através do recurso à adjetivação:

*Dizem as más línguas que um subordinado de V. Ex<sup>a</sup>., em Ressano Garcia está fazendo coisas do arco da velha, proesas dignas d’um senhor do século XVI, re edição sem originalidade alguma dos barbaros tempos da Inquisição.*

---

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> O Africano, n.º 9, 14/07/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

*[...] eu estampo no papel publico para que tão inclito varão veja os seus feitos glorificados pela imprensa e para que V.Ex<sup>a</sup>. – se tiver vagar para isso - dê a divida recompensa a tão prestimoso cidadão (O Africano, n.º 9, 14/07/1909)<sup>50</sup>.*

A qualificação e julgamento da personagem percorre toda narrativa. O narrador desqualifica e sentencia o fiscal, que abusa do seu cargo para caluniar e punir os empregados públicos, ao mesmo tempo em que eleva sua posição e atitude ao denunciá-lo, num tom irônico. Faz uso de adjetivos, da metonímia, de termos valorativos, registrados em tom irônico, para enfatizar as ações e características da personagem. Através de um discurso conotativo, a imagem do fiscal é apresentada nos seguintes termos: “*um subordinado, sinistro personagem, serventuario do Estado, inclito varão, Barbeiro de Sevilla, prestimoso cidadão, sr. fiscal, inquisitor*”, nomeado e denunciado: “*Almeida Sila*”<sup>51</sup>.

A voz do jornalista, aparece pela descrição do narrador, através do exercício jornalístico e denunciatório, escrevendo na primeira pessoa: “*Aqui é um fato presenciado por muita gente e que eu estampo no papel público para que tão inclito varão veja seus feitos glorificados pela imprensa[...] Destaco d’entre muitos, este caso que define o homem[...]*”<sup>52</sup>.

A segunda personagem, que sofre a ação de ter sido acusado, sem provas, de roubar outros presos, atua no papel de vítima, de nome *Matume* ou *Chomane* do regulado de *Tumundo*, «*induna*», *Pepeto*<sup>53</sup>. O nome da personagem faz referência à

---

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Idem.

região de Inhambane, evidenciado que aquele homem não pertence a região, este é mais um emigrante, contratado como mão-de-obra barata para o trabalho forçado.

A personagem *Matume* é desenhada num molde paradoxal. O narrador dissimula o seu discurso e oscila o seu ponto de vista, provocando no leitor uma reação de estranhamento. A vítima é descrita com termos pejorativos, avaliada como um réu: *um preto, o bruto roubador, animal, bandido, patife, malandro, canalha*<sup>54</sup>. Vemos, portanto, a representação do negro a partir da visão do europeu, que descreve o negro através de formas preconceituosas. A projeção do “outro” é registrada como indivíduos sem voz, sem cultura, sem rumo, vistos como animais indomesticáveis.

Nesse instante, o narrador, que comanda o discurso, penetra no pensamento da personagem e atualiza a sua fala, as suas opiniões, intercalando com a sua própria voz, num movimento de polifonia, dualidade de vozes e ponto de vista, subtraindo a carga negativa e acusatória atribuída à primeira personagem, ao utilizar os termos: “*victima, preso, acusado, misero*”<sup>55</sup>.

O narrador inverte os termos do jogo, atribuindo a um vilão o papel de protagonista da história, juntamente com a sua equipe, os auxiliares “*Manuel, João e Faz-Tudo*”<sup>56</sup>, personagens secundárias, coadjuvantes da história. A vítima da história preenche o papel do antagonista. Essa técnica é utilizada com o intuito de provocar o destinatário, de dar maior visibilidade ao fiscal, de denunciar e de criticar os mecanismos de punição estabelecida para os trabalhadores emigrantes. A crítica e denúncia estão marcadas nas entrelinhas do texto, desenhadas na opressão policial

---

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> Idem.

sobre os negros e na relação de desconfiança e submissão enfrentados pelas personagens. As cenas são descritas com peso significativo:

*O sr. Fiscal, Almeida e Sila, sentindo lá dentro do seu ser uns restos apagados de Torquemada, o inquisitor, ordenou, de cima da sua autoridade de chefe, que se algemassem o bruto roubador; e ele mesmo fiscal, rondando a vítima, e calculando como os antigos negreiros a quantidade de golpes de cavallo-marinho que aquelle animal aguentaria, ajudou a amarrar as mãos do bandido atrás das costas e a mettê-lo n'um quarto. Ahi, confiando o bigode, muito digno e muito serio, com voz pousada ordenou aos auxiliares Manoel, João e Faz-Tudo que tomassem conta d'aquelle faccinora e tivessem sempre os cavallos-marinhos promptos e lesto (O Africano, n.<sup>o</sup> 9, 14/07/1909).<sup>57</sup>*

O erro surge como a quebra de uma regra e consequente uma punição para aquele que não cumpre a ordem. Assim, vemos que o castigo oferecido é agressão física, que corresponde a uma humilhação do indivíduo, penalizando-o como culpado da ação, numa forma de reparação do malfeito, como forma de reprimir e mostrar aos outros a penitência para aqueles que desobedecessem às leis.

Assim, o fiscal segue com instintos de crueldade e violência:

*Torneou ainda em volta do estar toda a noite equilibrado n'um pé só, com as mãos atrás das costas – recommendando aos auxiliares que «todas as vezes que o malandro pousasse os dois pés no chão lhe d'essem para baixo um chuveiro de bordoadas». Os auxiliares, cuspindo nas mãos, affagaram os cabos dos chicotes, e o preso sentiu logo o pezo das pancadas mandadas applicar em nome da Lei! (O Africano, n.<sup>o</sup> 9, 14/07/1909).<sup>58</sup>*

Esta descrição representa o poder colonialista e seus abusos. Revela o movimento de hierarquização entre quem faz e quem manda, entre os brancos e os negros, em direção à depreciação do colonizado, metaforizada pelos símbolos e

---

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem.

instrumentos de repressão, como o chicote de cavalo-marinho, as algemas e pelos espaços dos brancos e dos negros, o quarto de castigos e a correção.

No último parágrafo temos a imagem da resistência do negro manifestada durante a noite, que configura a imagem representante do domínio e ressurreição negra, descrita pela imagem da dor, gerada pelo domínio do colono branco, durante a noite sarcasticamente, “*memorável*”. Importante ressaltar que o termo noite é utilizado três vezes, citando ainda a “*era de Christo*”:

*Toda noite o misero gemeu a cada golpe de chicote por que lhe era impossível equilibrar-se com um pé no ar, a escorrer sangue. S. Ex durante a noite, não confiando muito na fidelidade dos auxiliares, veio de casa, pé ante-pé, espreitar, vêr... E lá viu o bruto algemado, gemendo, ganindo, rolando pelo chão, cheio de sangue, debaixo de uma verdadeira chuva de cavallo-marinho, n’aquella noite memorável de 4 de junho, da era de Christo! (O Africano, n.º 9, 14/07/1909).<sup>59</sup>*

O uso e marcação da pontuação, bem como o estilo da escrita são utilizados como ferramentas de acentuação da força das falas da personagem, nas descrições das ações e sentidos da narrativa: «*Barbeiro de Sevilha*», «induna», [...] *e o preso sentiu logo o pezo das pancadas mandadas applicar em nome da Lei!, Pois o canalha não confessava! [...] veio de casa, pé ante-pé, espreitar, vêr...*”<sup>60</sup>.

A narrativa “*Um Senador!*”<sup>61</sup>, assinada por Chico das Pregas, comerciante de gado, observador dos costumes sociais, e heterônimo de João Albasini, denuncia, sob a forma de prosa satírica, a atividade de duas figuras da administração. O narrador descreve e identifica a personagem através da descrição e qualificação do indivíduo,

---

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> O Africano, n.º 217, 23/05/1914. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

com recurso à predicação metonímica, irônica e física da personagem, destacada pelo seu cabelo.

A voz que narra a história é questionadora e analisa a presença de uma “*formidável guedelha*” que passeia pelas ruas de Lourenço Marques, acompanhada pelo Sr. Dom Fuas, senhor ligado ao consulado de Portugal, fazendo uso de metonímias em torno da imagem e cabelo da personagem:

*[...] Era tenor? Era músico, o das melenas? Era apenas doutorado na ciência de Galeno a guedelhuda cabeça que assentava, por convicções e identificação em um corpo de Senador de Portugal? Ao que vinha o mágico capiloso? Injectar o soro novo o gasto organismo da Província? Insuflar vida nova, saúde, vigôr? [...] Ao que vinha a senatorial gaforina que passava meditando de braço dado com Dom Fuas?(O Africano, n.º 217, 23/05/1914)<sup>62</sup>.*

O narrador-câmera assume a posição de observador, descreve, em detalhes, aspectos físicos de forma burlesca, buscando a caracterização da personagem, num processo analógico e irônico, já que não há equivalência ou semelhança naquilo em que se confere. Levanta hipóteses conclusivas, fornece pistas, soma signos e elementos na busca da compreensão de quem poderia ser o protagonista da história, “*o ser misterioso*” que passeava pelas ruas da cidade: “*Sua Exa. passeava cogitando certamente em graves problemas da administração, apoio ao poderoso amigo...*”<sup>63</sup>

O uso da sátira aparece na caracterização do protagonista, ao ridicularizar o tema abordado “*a imigração*”, busca provocar algum tipo de mudança, uma intervenção política. De uma forma exagerada, ridiculariza o tema, chegando a ser cômico no início da história e trágico ao final dela. O elemento figurado, seria o cabelo, citado inúmeras vezes no texto: “*formidável guedelha, assaz casposa, o das melenas,*

---

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Idem.



*guedelhuda cabeça, capiloso, gaforina, senhor de uma cabeleira e moral sebatas!, gaforina casposa”<sup>64</sup>.*

A descoberta ou revelação da identidade do personagem é anunciada através do jogo de palavras, da imagem grotesca, pelo uso de vocábulos populares, diminutivos e enquadramento irônico, exclamações e reticências e uso do advérbio “*Ora*” como expressão de admiração e desprezo:

*Ora Sebo!*

*De gaforina casposa e ar de Catão o que o sujeito era final era um grande gajo – como se diz em calão– Com aqueles ares de génio incompreendido tratava-se apenas de iludidor de pretos e iludindo a fiscalização, levar, estabelecer a imigração para a ilha do Príncipe, contra a expressa determinação da Lei que proíbe a emigração para aquela Ilha onde grassa a doença do sono!*

*Ora o Senador!*

*Mas meu herói torna-se agora cada vez mais romântico...*

A denúncia social que contorna o recrutamento operário e consequente migração “*clandestina*” é validada no desfecho da história, com a informação da captura incessante de “*pretos que seguiam para o Príncipe!*”<sup>65</sup>. A conveniência da prática emigratória forçada pelas autoridades aos negros é criticada pelo narrador num nível ainda mais irônico, através do discurso suspensivo e subjetivo. O narrador finaliza a história figurando juízos e opiniões sobre a personagem, censurando seu comportamento pomposo, utilizando expressões populares, convidando o leitor para uma tomada de atitude:

*Depois da descoberta do feito que honra o país que tem tais senadores, o meu herói, com lágrimas nos olhos, apertou ao peito amigo o Fuas correligionário e ... quanto a esperar pelo beberete disse que não tomava nada... Preferiu a glória do renome que lhe*

---

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem.

*havia de render o joguinho descarado, o movimento silencioso e significativo de... “passar as palhetas” nos carris bem enebados do S.A.R!*

*Viva a pandega... e mais aquilo que sabemos... (O Africano, n.º 217, 23/05/1914)<sup>66</sup>.*

Em “A chapa moncadica”, Chico das Pegas relata a história que ouviu do protagonista do enredo. A narrativa opera como que uma crítica as autoridades e à Portaria da chapa, numa referência irônica, chamando-a de Chapa Moncádica, e estabelece uma alusão ao seu legislador Albano Seiça Moncada, “*autor da Lei*”, intendente dos Negócios Indígenas e de Emigração. A portaria exigia ao “indígena” a condição de utilizar a identificação, uma chapa metálica, presa no braço direito. De acordo com o regulamento, o controle foi introduzido com intuito de regulamentar a circulação e permanência dos negros na cidade.

O narrador apresenta-nos a história do protagonista através de uma prosa, marcada pela denúncia e revelação de um destino comum, o “trabalho forçado”. A narrativa inicia com a descrição de um conselho em torno do seguimento e do respeito à lei, direcionada para o “*Sr. Pedro, cidadão d’Angola, ex-defensor da Pátria, voluntário, apanhado a laço da rua de Luanda em 1895*”<sup>67</sup> e protagonista da história, em tom irônico como resposta à imposição colonial de aceitação como consolo: “*Por enquanto não há outra lei; vigora a mesma e como é da boa educação acatar as leis vigentes, nós recomendamos sempre, a tal respeito, que o remédio é aguentar e cara alegre...*”<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem.

A personagem é caracterizada como um “tipo comum”, representa o objeto da ação no recrutamento de homens para o serviço militar. O narrador conta a história da personagem, a partir da sua fuga:

*Contou-nos sr. Pedro, que uma noite, farto de implorar proteção e Justiça à estátua de Salvador Correia de Sá Benevides (a única coisa em Angola, diz ele, que mantém o mesmo equilíbrio e firmeza) contra as perseguições de que era vítima, se deitara num banco entregando-se nos braços de Morfeu.*

*Vai daí passou um... guita inoportuno que o sono perturbou... engatado ele como voluntário para ir a Lourenço Marques matar landins (O Africano, n.<sup>o</sup> 217, 23/05/1914).*

Temos a descrição dos martírios e passagens da vida da personagem até chegar a Moçambique; um tipo comum, ex-defensor de sua Pátria, cansado, vítima de perseguições, desiludido de seu restaurador, entrega-se ao deus dos sonhos, que em posição de fraqueza é capturado por um “*guita inoportuno*”<sup>69</sup> para o trabalho militar. A imposição da obrigação e prestação de serviços públicos à comunidade colonial resulta do estabelecimento das regras de conduta coordenadas pelos acordos coloniais. Através dessas imposições, os negros tornaram-se reféns dos compromissos civis, ocupando o lugar de devedor, exercendo tarefas involuntariamente impostas, como pagamento de algo que não deviam.

O narrador conta a história que ouviu da personagem e na primeira pessoa descreve os fatos e as sensações do Sr. Pedro, que ao consultar a história e impressões, descreve através das pausas e das antecipações a sua história. O narrador, apresenta-nos, ainda, personagens secundárias, que constituem a família da personagem principal:

*Esta mesma resposta demos à consulta do sr. Pedro;*

---

<sup>69</sup> Idem.

*Depois conto os martírios e as mágoas porque passou.*  
 [...] “Olá, Pedro amigo: anda de contos tristes— Já o bardo da “judia” dizia o propósito: Durmas: não vejas o martírio, as mágoas, que eu conto às águas e não digo a Deus...”  
 Isto claro, como V. percebe, Pedro foi para evitar à “judia”[...] Ele então contou:  
 Depois decidiu ficar. Arranjou mulher. A preta pariu logo um par de negrinhos d’uma vez. Passou a andar descalço.  
 Apele, ó Pedro, para o Conselho do Governo (O Africano, n.º 217, 23/05/1914)<sup>70</sup>.

Podemos verificar, no trecho abaixo a atualização da fala da personagem através da voz do narrador, que relata de maneira informativa o percurso dos seus dias em Moçambique, mediado pelo discurso indireto:

*Ele então contou:*  
 Servira como melhor soubera. Matara alguns landins com certeza— tanto tiro dera para o monte— e depois de muitos anos deram-lhe a baixa. Tinha anos de dados e feridas recebidas— Mas ainda podia andar; e o seu desejo foi voltar à terra. Mas negaram-lhe a passagem esse ano. Ainda lhe fizeram gastar assim um par de botas em consecutivas marchas e contramarchas a saber do ditoso dia em que a Justiça do Rei lhe daria passagem para ir acabar os seus dias a bebericar cachaça nas senzalas da sua terra. Gastou botas inutilmente...  
 Depois decidiu ficar. Arranjou mulher. A preta pariu logo um par de negrinhos d’uma vez. Passou a andar descalso (O Africano, n.º 217, 23/05/1914).<sup>71</sup>

O trecho acima mostra a frequência na sequência dos fatos, o destino da personagem principal. Servindo ao comando militar, mata landins, torna-se refém do governo e das fronteiras. Ao perder o contrato, a personagem perde o direito à chapa, e sem identificação, encontrava-se na ilegalidade, perdendo, inclusive, o direito à obtenção de uma passagem para o seu regresso a Angola. Com o avanço da história,

---

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Idem.

vemos a degradação da personagem, descrita: “ *O Pedro imediatamente declinava sua identidade: antigo servidor da Pátria – filho de boas famílias – senhor de todas as ruas, reumático, cristão, com mulher e filhos a sustentar, doente, velho, desesperado*”<sup>72</sup>.

Outra personagem é apresentada através de uma intriga na trama da narrativa: um gumana (polícia), que exerce o papel de opositor, um controlador de chapas que vai instaurar um diálogo com o angolano ao pedir-lhe a sua identificação. A prosa é centrada na fala da personagem principal, narrada através da reprodução indireta da história pela voz do narrador. A reprodução da linguagem é representativa, exprime elementos linguísticos regionalistas:

*O polícia averbou de memória o rosário – rapou dumas algemas sólidas: Pst... Buiça as mãos do wene.*

– “*O scamarada, dizia Pedro agonizante... tenho baixa, caderneta limpa*” *Tive uma medalha averbada no papel e a placa empenhada na cantina. Ai we! Scamarada, “Eu sou d’Angola, não sou daqui”... Pois sim mas anda lá – murmurou o Sherlock Holmes fechando com estalido os machos....(O Africano, n.º 217, 23/05/1914)*<sup>73</sup>.

Em seguida, temos a cena de um antigo soldado sendo algemado por um outro militar, denominado “scamarada”. A cena revela elementos explicativos para compreensão da narrativa e baseada em fatos reais. “*O antigo servidor da Pátria*”<sup>74</sup>, recrutado nas ruas de Angola, representa um “personagem-tipo”, pois sua situação e destino reflete a condição de outros emigrantes forçados, também enquadrados no serviço militar, que não podiam voltar para sua terra, emigrantes ilegais, sem chapa, sem identidade ou nação, presos por haver rompido o contrato ou por “vadiagem”<sup>75</sup>.

---

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:30). (Tese de doutoramento).

No desfecho da ação, a personagem ironiza a atitude e razão das autoridades em identificar e controlar os negros por uma chapa. O discurso e foco mudam, a personagem ganha voz, surpreendendo o narrador-personagem com sua indignação e cólera:

*Mas afinal, ó Pedro que é que queria o gumana?*

– *Queria a chapa.*

– *E porque não tirou vossa chapa?*

*Então Pedro, a quem julgávamos ver confundindo apelar para a razão suprema: a falta de pecúnia que torna tanta gente indígena, sorriu e lançou esta pergunta: Mas estou eu em Lourenço Marques por vontade minha?*

*?...*

– *Sim eu estou aqui porque não me deram passagem para minha terra.*

*Ora vejam lá o critério do Sr. Pedro!....(O Africano, n.º 217, 23/05/1914)<sup>76</sup>.*

O narrador aproveita a situação e fala do angolano para opinar e criticar a contradição da lei da Chapa Moncádica, bem como a intolerância do governo ao estabelecer o recrutamento de força de trabalho barata e mecanismos de superioridade do colono e dependência do colonizado:

*Verdade, verdade, o dilema é bem mais bicudo que o sr. Pedro de Macedo com sua defesa ao projecto de empréstimo aos alfandegários...*

*E com certeza ninguém vai se apiedar do antigo soldado que foi preso por não ter chapa. Apele, ó Pedro, para o Conselho do Governo. Salta um projeto de portaria a emprestar do cofre do estado ao desempregados para a compra de chapa... (O Africano, n.º 217, 23/05/1914)<sup>77</sup>.*

---

<sup>76</sup> O Africano, n.º 217, 23/05/1914. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>77</sup> Idem.

Nos trechos acima compreendemos como se deu a introdução do domínio em torno das condições de vida do negro e imposições sociais veiculadas por uma sociedade colonial racista. Vemos na descrição do texto, a ocorrência dos mecanismos de exploração colonial e inferiorização reservados aos negros indígenas.

Com a leitura e breve análise das personagens inscritas nas narrativas acima, podemos identificar um pouco da caracterização das personagens coloniais no discurso narrativo de João Albasini. A figuração dos indivíduos, “exemplos” de casos humanos, resultantes da sociedade colonial, ganha vida nas crônicas do João albasini e advém da ficcionalização através da recriação do autor. Notamos o predomínio da imitação de um discurso racista, de opressão, nas referências às personagens negras, indígenas, trabalhadoras e colonizadas. A descrição destes discursos na composição das personagens escolhidas pelo autor leva-nos à compreensão dos limites e contornos da mentalidade colonial e da sua visão do outro, colonizado, dentro do contexto histórico da época.

## 1.2 TRATAMENTO DO TEMPO E ESPAÇO

As narrativas de João Albasini retratam uma época social marcada pela ordem do colonialismo português, os textos expõem a realidade dos espaços urbanos e rurais, bem como as problemáticas vividas pela sociedade. No plano discursivo, encontramos o registro testemunhal nas críticas e nas denúncias publicadas pelo autor. Através das narrativas, Albasini trata as situações vividas pelas suas personagens, numa tarefa

social e política, manifestando sua indignação para com a realidade colonial em Moçambique.

No seu exercício jornalístico, João Albasini transforma o espaço urbano em literário, através da descrição dos espaços e ambientação ficcional. A narração é de base realista, muitos dos textos analisados neste trabalho são, em sua maioria, indireto recado de denúncias escritas de forma irônica, por que mascaradas, destinadas ao Governador Geral e ao Comissário Régio da Província de Moçambique <sup>78</sup>, que denunciam os abusos policiais, as más condições de vida e as convenções administrativas. Através da visão do narrador e das suas personagens, o tempo e o espaço são interligados com a realidade ideológica e da política colonial.

O fator tempo está estreitamente relacionado com a organização das narrativas de João Albasini, visto que a partir da ordem temporal das histórias é tecida toda estrutura interna do texto.

A representação do tempo nos acontecimentos do passado é feita através dos marcadores temporais, utilizados pelas personagens e atualizada pela representatividade e deslocamento espácio-temporal dentro do corpo narrativo. Através da sequência narrativa, a temporalidade manifesta-se a partir da relação entre tempo e história, através das disposições temporais, presentes no texto. Gérard Genette (1972:33) afirma que “ *o texto narrativo, como qualquer outro texto, não tem outra temporalidade senão aquela que toma metonimicamente de empréstimos à sua própria leitura*”. De tal modo, o texto narrativo e a temporalidade andam a par, proporcionando equilíbrio ao texto e dando seguimento aos outros gêneros intrínsecos da história.

---

<sup>78</sup> Alfredo Augusto Freire de Andrade e António Ennes.



Na narrativa, o tempo é representado pela sucessão dos acontecimentos relatados, numa cronologia fracionada pelo ritmo da ação e pela voz do narrador, transformando-se num tempo subjetivo. Segundo Aguiar e Silva, (1939:747), “ a *diegese comporta, todavia, outro tempo, um tempo mais fluido e mais complexo, o tempo subjetivo, o tempo vivencial das personagens, aquele tempo que Bergson designou por *durée* e Virgínia Woolf por *time of mind**”.

Esse tempo subjetivo comporta o tempo memorial, alheio à realidade objetiva. Nas crônicas de João Albasini, as experiências do real são transformadas em experiências “exemplares” nos enredos narrados. Por serem textos enquadrados no tempo colonial, persistem aspectos ímpares na sua obra, vinculados à composição do texto jornalístico na descrição das informações sobre os fatos e sobre o universo representado. Albasini insere enredos cotidianos da vida colonial, seguindo a disposição cronológica no desenvolvimento das ações e espaços narrados. Para Aguiar e Silva (1939:745) seria “ *inconcebível o “antes”, um “agora” e um “depois” fora do fluxo do tempo*”. Assim, as ações decorrem através da linearidade do começo para o fim, intercalando, muitas vezes, outras dimensões temporais, de acordo com o fluxo narrativo e a focalização utilizados pelo narrador.

Tratando-se de narrativas escritas em jornais da época colonial, o tempo cronológico é representado no interior das narrativas, bem como no final dos textos, e também impressos no cabeçalho<sup>79</sup> do jornal. A ordenação do tempo na história intercala-se com as experiências das personagens através da duração e frequência dos fatos narrados.

---

<sup>79</sup> LAGE, Nilson (1990:69).

Portanto, é no texto diegético que encontramos o tempo real da história, “*tempo matemático propriamente dito, sucessão cronológica de eventos susceptíveis de serem datados com maior ou menor rigor*” Reis, (1990:386). A partir da figuração do tempo da história no tempo do discurso, encontramos, no texto literário, a articulação dos elementos temporais de ordem, velocidade e frequência<sup>80</sup>. Podemos verificar, no trecho abaixo, a aparição desse tempo cronológico de maneira mais explícita:

*Eram dez horas da manhã do dia 15 de abril. O Lusitania repleto de passageiros, muito airoso, largou da ponte caes às 11 horas da manhã, a caminho de Lisboa, prompto a affrontar todos os perigos do mar incerto (O Africano, 10/05/1909)*<sup>81</sup>.

*Agora mesmo acabo de deixar entregue à guada fiscal um preto regressado de Johannesburg, preso em Ressano Garcia[...] (O Africano, 16/08/1909)*<sup>82</sup>.

*Eis aqui, meu senhor, o que diz o jornal de S. Tomé, Equatorial n.º 9 (22) de 10 de agosto (O Africano, 05/09/1909)*<sup>83</sup>.

*Os pretos ainda lá estão de cócoras à porta do “mulungo” da Estação Experimental, no Xai-Xai, à espera de ver cumprir, pela primeira vez, uma promessa sem meter “miliandos” (O Africano, 11/03/1916)*<sup>84</sup>.

Nos trechos acima, podemos identificar os marcadores de ordem lógica, linear à narrativa: “*eram dez horas da manha*” partindo “*às 11 horas da manhã*”; na descrição do jornal de “*10 de agosto*”; “*Agora mesmo acabo de deixar*”; “*Os pretos ainda lá estão; à espera; pela primeira vez*”, etc.

Dentro da representação temporal, encontramos elementos anacrônicos<sup>85</sup> decorrentes de indicações e sucessões de acontecimentos, indícios e posições temporais

<sup>80</sup> REIS, Carlos, LOPES, Ana Cristina M. (1990:39).

<sup>81</sup> O Africano, 10/05/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>82</sup> O Africano, 16/08/1909. In: Idem.

<sup>83</sup> O Africano, 05/09/1909. In: Idem.

<sup>84</sup> O Africano, 11/03/1916. In: Idem.

<sup>85</sup> Alteração da ordem do seventos da história, quando da sua representação pelo discurso. In: REIS, Carlos, LOPES, (1990:24).

interligadas ao texto, determinantes no desfecho das ações, subordinando as orações e a narrativa:

*O administrador do Sabié, o sr. capitão Marques da Silva, antes de dar execução às ordens, apresentou a s. ex. o sr. Governador Geral varios motivos por que deveriam, por esse anno, serem dispensados do serviço militar os povos do Sabié. Um desses motivos era o de terem sido forçados a venderem o gado por todo preço (O Africano, 04/06/1909)<sup>86</sup>.*

*Depois decidiu ficar. Arranjou mulher. A preta pariu logo um par de negrinhos d'uma vez. Passou a andar descalço (O Africano, 27/03/1915)<sup>87</sup>.*

*Cento e tantos moçambicanos contractados com a roça S. João dos Angolares, apresentaram-se ha dias na Curadoria a protestar contra o facto, só agora do seu conhecimento, de terem os seus contractos sido feito por 3 annos, quando o prazo que lhes tinha sido proposto e por eles aceite era de um (O Africano, 05/09/1909)<sup>88</sup>.*

*Continuarei, pois, no proximo número (O Africano, 10/05/1909)<sup>89</sup>.*

Nos trechos acima, notamos a enumeração dos segmentos na disposição do tempo, demarcado pelo uso de signos de posição, transição e declinação dos tempos verbais: “antes de dar execução às ordens”; “apresentou [...] varios motivos por que deveriam”; “ por esse anno”; “ Depois decidiu ficar”; “ arranjou”; “d’uma vez”; “passou”; “apresentaram-se”; “só agora”, etc.

Essas referências temporais abordam questões de ordem e unem as ações, provocando no texto a ideia de um movimento temporal retrospectivo, revelando o fluxo de memória da personagem. Sobre essas questões de ordem, Gérard Genette (1972:47) explica-nos que uma narrativa pode estar subordinada a uma narrativa primeira, “uma anacronia pode figurar como narrativa primeira em relação a outra

<sup>86</sup> O Africano, 04/06/1909. In: Idem.

<sup>87</sup> O Africano, 27/03/1915. In: Idem.

<sup>88</sup> O Africano, 05/09/1909. In: Idem.

<sup>89</sup> O Africano, 10/05/1909. In: Idem.

*que, por seu turno, suporta, e , mais geralmente, em relação a uma anacronia, o conjunto do contexto pode ser considerado como narrativa primeira<sup>90</sup>”.*

Selecionamos alguns trechos de cartas que podem ser classificados como narrativas subordinadas a partir dos fragmentos explicativos da narrativa primeira, que gera um movimento retroativo e/ou esclarecedor da situação desencadeadora:

*Nojento não é verdade, Excellencia ?*

*Mas o facto é absolutamente verdadeiro; esses moçambicanos passaram por aqui n’um vapor portuguez a caminho de S. Thomé. Esses pretos iriam conscientemente para S. Thomé pelo triplo do tempo que costumam ir para o Transval [...] (O Africano, 05/09/1909)<sup>91</sup>.*

*Esta longa quão inutil tirada Ex. vem a proposito d’uma carta do Chai-Chai que tenho em meu poder, cujos pontos principaes vou traduzir, para poupar a V. Ex. o trabalho de decifrar o emaranhado mistefórico, escripto em portugues barbaro aprendido nas nossas missões.*

*No dia 27 d’Abril foi multado um chefe de nome Madame em £ 50,0 por não ter limpo a estrada publica confiada à sua responsabilidade – Regulado de Bugane (O Africano, 10/05/1909)<sup>92</sup>.*

*Era a população d’Africa que lhe deve merecer especiais cuidados. Eram seus tutelados; os que não teem política [...]*

*Esse magote de gente não acclamou vibrante V. Ex. à sua passagem, porque não sabe a doce língua portugueza [...] (O Africano, 11/05/1909)<sup>93</sup>.*

*Com meus próprios olhos vi, na Manhiça, ha 3 anos, dois mancebos escolhidos para o serviço militar fugirem covardemente à honra de servir a pátria, por meio de cordas... Vi Ex.mo Sr., dois latagões, dois negralhões, pendurados, pelo pescoço, mortos, sem a minima attenção pela gentileza da distinção. Enforcaram-se para não irem para Moçambique... «Não podiam mais com tanta glória» (O Africano, 19/06/1909)<sup>94</sup>.*

<sup>90</sup> GENETTE, Gérard (1972:49).

<sup>91</sup> O Africano, 05/09/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>92</sup> O Africano, 10/05/1909. In: Idem.

<sup>93</sup> O Africano, 11/05/1909. In: Idem.

<sup>94</sup> O Africano, 19/06/1909. In: Idem.

Os trechos acima mostram-nos o retorno ao passado, a consciência, num fluxo repetitivo, completando e/ou recuperando fatos da história. A sequência do tempo diegético liga as narrativas, ao mesmo tempo em que esclarece os mecanismos do regime colonial. Nesse recorte, vemos os retornos feitos pelo narrador às sequências introdutórias do texto inicial, que prolongam o tempo do texto ocasionando sua extensão discursiva e temporal. O uso dos marcadores conclusivos na representação espaço-temporal reforçam a problemática dos temas e reatualizam o tempo do discurso, prolongando-o através das repetições dos fatos. Essas ocorrências repercutem-se na duração da narrativa que, por seu turno, se religa ao tempo real da ação no momento da escrita, além de encaminhar o leitor para uma compreensão mais apurada sobre os aspectos históricos.

Nesse jogo de representação temporal, a antecipação faz-se presente nas narrativas através da utilização da prolepse, que é o movimento de antecipação de eventos presentes numa ação<sup>95</sup>. Com este recurso, o narrador produz antecipações e alusões ao futuro. Para além das antecipações, as prolepses interferem em outros pontos da linearidade temporal. Sobre este aspecto, Gérard Genette afirma que “*na medida em que põem directamente em jogo a própria instância narrativa, essas antecipações no presente não constituem simplesmente factos da temporalidade narrativa, mas também factos da voz*”<sup>96</sup>.

Através da antecipação de ideias na representação de um tempo futuro, recorrente em alguns trechos das narrativas de Albasini, verificamos a presença de uma voz profética na representação do tempo e totalização das ações narrativas. Essa

---

<sup>95</sup> REIS, Carlos, LOPES, Ana Cristina M (1990:332).

<sup>96</sup> GENETTE, Gérard 1972:69).

aparição além de vislumbrar a sequência das histórias, demonstra a visão do autor sobre determinados contextos, ao mesmo tempo em que quebra o fluxo e duração das cenas.

Vejamos:

*Ora nós queremos levar o preto ao bom caminho; tira-lo da bebedeira; fazer-lhe compreender que nem só de zurrapa vive o homem.*

*[...] é preciso uma escola onde se ensine as creanças, –os homens d’amanhã, – a verdade e o horror do vicio.*

*[...] porque a verdade está connosco, porque nós vamos educar e não continuar a embrutecer com o landim as pobres creanças que teem direito aos nossos cuidados. É este o nosso fim (O Africano, 25/12/1908)<sup>97</sup>.*

*Desejo entrar em considerações que vão irritar muita gente e trazer discussões azedas. Falta-me tempo, e quiçá a competencia. Contudo vou tentar e, escudado com a arma forte da razão estou convencido de que chegarei ao fim da jornada[...] Continuarei, pois, no proximo numero (O Africano, 10/05/1909)<sup>98</sup>.*

*Que lhe sejam propicias as aguas d’Africa! (O Africano, 11/05/1909)<sup>99</sup>.*

Podemos ver a marcação do tempo futuro através do uso dos tempos verbais, pelas antecipações das imagens e das probabilidades futuras que evidenciam as inquietações do narrador. Estes questionamentos e incertezas do porvir são evidenciados no recorte acima. As projeções também estabelecem um ponto de continuação para as histórias, oferecem suposições e proposições, chamando a atenção do leitor para a reflexão ou expectativa para a próxima publicação.

Passando à representação e duração dos acontecimentos em relação ao tempo diegético e tempo narrativo, abordaremos a composição da duração nas cenas das crônicas. A duração e representação do tempo na narrativa podem ocorrer de maneira

<sup>97</sup> O Africano, 25/12/1908. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística)

<sup>98</sup> O Africano, 10/05/1909. In: Idem.

<sup>99</sup> O Africano, 11/05/1909. In: Idem.

fragmentada, com pausas descritivas, remissões ou acelerações de uma realidade representada. Segundo Noa, essa representação do tempo, dentro dos termos de linearidade cronológica representa fragmentos, “pedaços de prosa” e não compõem um segmento linear de acontecimentos<sup>100</sup>. Assim, o que encontramos dentro do texto narrativo são figurações espaço-temporais e vivências urbanas associadas a figurações e contextos históricos, fracionadas dentro de descrições subjetivas. Vejamos os exemplos:

– *Sim eu estou aqui porque não me deram passagem para a minha terra porque eu fui apanhado de noite, amarrado com cordas, metido na Fortaleza e depois a bordo do navio sujo; e aos pontapés da sorte aqui estou (O Africano, 11/05/1909)*<sup>101</sup>.

*Quando a V. Ex. desembarcou, meu senhor, a mesma desillusão caiu em todas as almas: todos vimos, com máguas, que V. EX. ficou, em dois segundos, rodeado, enleiado, ambaraçado, asphyxiado e... agoniado, – tanto era o incenso que despunham a seus pes! (O Africano, 13/05/1909)*<sup>102</sup>.

*Dava-se porém, o caso de lhes faltarem ainda vinte e tantos dias para completar o primeiro anno, e o sr. Curador impos-lhes o regresso à roça, tendo, para isso, de recorrer à força armada, em vista de resistencia que elles, na sua quasi totalidade, oppuzeram.*

*«E depois foi preciso que o sr. Curador, em S. Thomé, recorresse à força armada para conseguir que os moçambicanos voltassem para roça!» Foi preciso espancar, castigar, talvez algemar gente inoffensiva que ia reclamar contra uma violação de direitos, um abuso criminoso d'alguem que, aproveitando-se da sua, d'elles, ignorancia, lhe fez firmar um contrato onde eral vilmente enganados! E é assim, meu senhor, que entre os indígenas, o prestígio do nome portuguez é vão; é assim que de norte a sul o portuguez é um desconceituado! (O Africano, 05/09/1909)*<sup>103</sup>.

<sup>100</sup> NOA, Francisco (2002:257).

<sup>101</sup> O Africano, 11/05/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>102</sup> O Africano, 13/05/1909. In: Idem.

<sup>103</sup> O Africano, 05/09/1909. In: Idem.

Nestas representações, a fragmentação referente a um outro tempo torna-se significativa na identificação do tempo real, vividos por indivíduos reais. As narrativas reordenam e subjetivam o tempo real em tempo diegético, através do fluxo de consciência do narrador, que nos faz viajar pela sequência dos atos. Entretanto, essa representação sequencial engloba abstrações e velocidade textual, num tempo descritivo e literário, devido à redução do ritmo e dos acontecimentos em relação à cronologia temporal real das cenas. Temos, no recorte, acelerações que sintetizam, em tempo diegético, a sucessão dos fatos, num tempo reduzido, transportando apenas o roteiro e acelerando a narrativa, em “*estou aqui; fui apanhado; amarrado; metido; aqui estou; Quando a V. Ex. desembarcou; todos vimos, V. Ex. ficou, em dois segundos; rodeado; foi preciso espancar, castigar ...*”<sup>104</sup>, etc. Temos, portanto, a apropriação do tempo real em tempo literário, através da imitação criadora do autor, ao extrair da história os enquadramentos temporais das narrativas.

Para além das acelerações na configuração do tempo, a narrativa pode ganhar, ainda, uma quebra no ritmo, tornando-se lenta ao qualificar e julgar as impressões das personagens, suspendendo o ritmo da ação: “*E é assim, meu senhor, que entre os indígenas, o prestígio do nome portuguez é vão; é assim que de norte a sul o portuguez é um desconceituado!*”<sup>105</sup>, seguindo com a caracterização das personagens, revelando os contrastes de vida e ambientação espacial:

*Não é um homem vivendo só n’um quarto, e que sahe de manhã para as duras lidas da vida, deixando a casa entregue ao moleque boçal, para onde só voltam à noite, que há-de desbravar, ensinar, formar, enfim, do animal inconsciente, um ser racional; fazer d’aquelle*

---

<sup>104</sup> O Africano, nº 5, 13/05/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>105</sup> Idem.



*muleque, um razoavel creado, um soffrivel cozinheiro, ou um lavandeiro (O Africano, 22/05/1909)<sup>106</sup>.*

*E, porque o vicio pode muito, já ha preto que não quer outro modo de vida... Não trabalha... bebe e vive do dinheiro que a negra arranja no giro pelas cantinas – Cópia fielmente do branco d'un que ha (O Africano, 23/04/1909)<sup>107</sup>.*

Ainda sobre as diferenças espaciais entre colono e colonizado, através da representação da dimensão temporal e social das personagens, Albasini narra:

*Colonisar, meus senhores, não é nada do que se tem feito – Não é tratando de juntar dinheiro para gosar no reino, que se consegue civilisar e educar. É pelo contrário, estabelecendo residencia, mandando vir a família para África, vivendo com decencia e conforto em casas onde se respira, sustentando-se com alimentos bons, que se combatem as febres, que viam as ralações de pensar constantemente em quem está lá tão longe, e nas mesadas para lá, e nos filhos que já precisam de entrar p'ro collégio lá.*

*Quem tem filhos aqui em África tem de os mandar a educar ou a aprender um officio ao reino ou ao Natal – para o rapaz falar bife. Não tenho meios para isso um pae chora a sua desdita e deixa o rapaz a boa vida (O Africano, 22/05/1909)<sup>108</sup>.*

*E, depois, são as quatro tabuas de pinho e é depois puxado por umas mulas pacientes, caminho do cemiterio onde, enfim, vae descansar, na paz do tumulto, das fadigas d'este mundo abominavel que é um perfeito vale de lagrimas (O Africano, 10/05/1909)<sup>109</sup>.*

*É realmente triste ser filho d'uma seita, ser-se um Zé-Ninguém, significar apenas a força d'uma Associação Secreta!*

*Se fôras gerado n'um convento, serias pela vida fora o fructo do crime da objecta seita negra; serias a victma social a pedir vingança: o teu vagido soaria aos ouvidos dos liberaes e anti-clericaes-maçons como estridentes notas de clarim mandando –carregar,– reclamando a demolição dos antros, a exterminação das toupeiras; serias filho dilecto do Povo; terias o teu futuro garantido, subscrições publicas e versos, hymnos e odes!*

*Mas quê... nasceste justamente onde o teu nascimento não poudo dar alarde, comicios ou romarias sociais. Foste infeliz (O Africano, 31/3/1915<sup>110</sup>).*

<sup>106</sup> O Africano, 22/05/1909. In: Idem.

<sup>107</sup> O Africano, 23/04/1909. In: Idem.

<sup>108</sup> O Africano, 22/05/1909. In: Idem.

<sup>109</sup> O Africano, 10/05/1909. In: Idem.

<sup>110</sup> O Africano, 31/3/1915. In: Idem.

A leitura revela a assimetria entre negros/brancos através da representação do tempo e espaço, onde foram construídas as histórias. Além da repetição dos temas abordados e extensão das descrições, podemos identificar o enquadramento e representações das personagens, intercaladas com ambientes e tempos distintos, bem como com sensações, desejos e disparidades socio-econômicas próprias do colonialismo. A partir dessas imagens, João Albasini descreve e denuncia as diferenças socio-econômicas, ironizando a separação entre esses dois espaços, do colono e do colonizado, os abusos e causas das precariedades a que eram expostos os negros.

Nos trechos acima, o narrador aponta para as ambivalências e paradoxos da sociedade colonial. As condições e estrutura colonial estipuladas pelo governo determinavam as divisões territoriais daquela sociedade, bem como o modo de vida e o desenvolvimento dos indivíduos.

A questão existencial aparece vinculada ao questionamento à reclamação do destino das classes a partir da progressão do tempo futuro e na impressão de imagens trágicas sobre o nascimento e morte das personagens negras, operando como reflexão indireta sobre a falta de esperança e liberdade.

A ocorrência da publicação das cartas e das histórias contundentes sobre a realidade colonial assegura o registro deste momento histórico e apresenta através do discurso do narrador, a exposição de uma ideologia colonial a partir da fragmentação e deslocamento representativo do espaço e tempo para o texto literário. Nesse processo, a escrita e *mimese*<sup>111</sup> do tempo real na construção das narrativas de João Albasini

---

<sup>111</sup> REIS, Carlos, LOPES, Ana Cristina M (1990:335).

operam como fator crucial no tratamento da história, das falas, dos espaços e das sequências das ações vividas pelas personagens.

Partindo para a análise da frequência e estrutura das narrativas, identificamos na focalização do texto a construção das personagens como ponto significativo nas sequências temporais do texto. Nos excertos abaixo, podemos identificar o desenvolvimento das ações em torno da progressão das personagens dentro do tempo, bem como suas transformações<sup>112</sup> dentro do espaço. Vejamos, a seguir:

*O português vulgar, o que é conhecido por Mumadji entre o indígena, sempre que sahe de Portugal, traz a sua idéia amadurecida de uma curta estabilidade em terra de pretos, arranjar umas economias e safar-se para Portugal a refastelar-se, a gozar aquella fartura, junta, sabe Deus com que sacrificio, durante 2, 3 e 4 annos! E sabe-se lá, as provações porque passou aquelle homem para juntar 300 ou 400\$000 réis? É um poema de dôr e de miséria[...]*  
*Contudo e a despeito de tudo, o milage opera-se. Consegue o patriota, ao cabo de tão tormentosa ingloria lida, ir ao reino. Em menos de 6 meses dá cabo de tudo quanto levou d'Africa, (à causa do estomago e do decoro pessoal) em pandegas de estrondo, «pois aquillo lá pelas africanas é mesmo um aborrecimento, onde a gente só vive a pensar na famelga que está na metrópole».*  
*E depois de tanta pandega na Europa, voltam à Africa estes elementos perniciosos. Mas em que estado voltam? (O Africano, 13/05/1909)<sup>113</sup>.*

Temos, no trecho acima, uma amostra do enquadramento da relação dos servidores públicos portugueses que partem para África, em busca de dinheiro, devido à “Febre do ouro”. A descrição revela a motivação e cita as dificuldades das personagens nessa busca pela perspectiva de estabilidade. A narrativa mostra-nos a transformação dos sentimentos da personagem desde o ponto de chegada ao ponto de

<sup>112</sup> ADAM, Jean-Michel, REVAZ, Françoise (1997:67).

<sup>113</sup> O Africano, 13/05/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

saída, no desfecho da história. A lógica cronológica desenrola-se em torno da chegada e adaptação da personagem em terras estrangeiras, através da ambientação e da transformação adquirida a partir das dificuldades sociais e financeiras por ela encontradas. Nesse processo de adaptação, a personagem que conquista o desejado, sofre por inquietações e frustrações após ambientar-se à colônia, visto que se habitua ao meio social e espacial, superando provações, como podemos ver na evolução da história:

*A alma vem ralada de saudades das pessoas queridas que lá ficaram e a bolda essa. Nenhum vintém. Começas então as amargas considerações: Recomeçar a dura jornada é um martyrio para o qual o corpo se nega.*

*[...] A nostalgia entra com elles às voltas. Desejam, então, ter ali junto, aquelle dinheirinho que estafaram no reino, o que era, no fim de contas, a alma, o balsamo da coragem que os retinha em Africa. «Olhos que deviam velar pela cousa publica[...] derrancam-se a phantasiar traições das esposas desamparadas ou agonias de velhas mães enfermas; coragens impávidas de soldados e marinheiros, quebranta-os a idéia de que ao longe, da outra margem do oceano, estendam-se para elles os bracinhos dos filhos, amados com as ternuras inquietas da ausência, que nunca viram o pae!» (O Africano, 13/05/1909)<sup>114</sup>.*

A leitura, traz-nos a figura solitária da personagem, saudosa, que oscila entre os dois territórios, amargurada entre a nostalgia dos amigos e da terra farta em contraponto com a saudade da Pátria e da família. A provação leva à derrota da sua missão, revelando o drama na vida da personagem através da ordem dos fatos na linha do tempo e na caracterização dos espaços. A decadência da personagem e a sua falta de esperança ditam o fim da sua história, restando o isolamento, a solidão e saudade da família:

---

<sup>114</sup> O Africano, 13/05/1909. In: Idem.

*Começa para elles o tormento. Tornam-se azedos, intrataveis, ganham uma côr biliosa e uma barriga assustadora – certamente dos taes feijões – e depois o organismo abalado por tantas transições, entra a asnear e começa então a odysséia do quinino e hospital – hospital e quinino, de modo que, às duas por tres, é o patriota estendido por uma biliosa má, n’aquella figura ihnobil dos mortos de desespero, enxovalhado, com a barba por fazer, os olhos ainda espantados da sem cerimonia com as febres d’africa, estendem assim um mulungo inerte n’uma cama, com a biqueira da bota interrogando o infinito! (O Africano, 13/05/1909)<sup>115</sup>.*

Nestas passagens, a sequência dos fatos revela um pouco da ideologia colonial e do espírito motivador para a tarefa. Do ponto de vista literário, a linearidade temporal revela-se pelas provações e “renúncia” da personagem, bem como pela sua perda, numa síntese de muitas outras histórias do quadro colonial, adaptando à crônica os elementos característicos da “estrutura e a dinâmica profunda do romance colonial” proposta por Bremond, 1966<sup>116</sup>.

No que diz respeito ao plano funcional das estruturas do texto colonial, a transformação da personagem ao longo da linha temporal consiste na *chegada* e na *ambientação* do colono à colônia, na *transformação*, na *socialização*, na *provação* e na *surpresa*, que seria a renúncia, fracasso ou sucesso da sua missão. Esses são todos os elementos que estão presentes na sequência e estrutura dos trechos da crônica que acabamos de ler.

Podemos compreender que a dimensão temporal é um ponto significativo nos textos de João Albasini. As narrativas discorrem num fluxo definido pelos questionamentos anti-coloniais, traduzidos na problematização da realidade social e

---

<sup>115</sup> O Africano, 13/05/1909. In: Idem.

<sup>116</sup> BREMOND, Claude. *A lógica dos Possíveis Narrativos*. In: *Análise Estrutural da Narrativa* (1973:116).

temporal, a partir das histórias narradas, e da interação das personagens no tempo e espaço da narrativa.

Para além das representações temporais, podemos verificar a contextualização do ambiente histórico através das referências espaciais dos textos jornalísticos. João Albasini discorre a sua narrativa com fidedignidade em relação aos fatos e à história, descrevendo-os a partir da movimentação das personagens no texto e da sua interação com o espaço. A narrativa prossegue com a exposição dos fatos vividos pelas personagens e pelos questionamentos direcionados às autoridades. Como escritor, delinea os espaços e tempos com propriedade e realidade na sua expressão. As personagens percorrem o espaço e a descrição desse percurso, proporcionando ao leitor maior visibilidade dos ambientes e significação dentro do texto.

As colunas escritas por Albasini abrem as portas para a questão do confronto colonial, da resistência pela igualdade e pelos direitos humanos, buscando a supressão da categorização e divisão das classes sociais. O jornal *O Africano* atuou como instrumento de defesa e reivindicação da população, e assegurou o registro de um momento histórico e literário em Moçambique:

*[...]Queremos nesta província reprimir de momento a expansão que é natural; queremos impor barreiras, queremos conquistar domínio, que de resto ninguém lhes conteste, com ameaças, com medidas de vexame e de oprobrio. Acuam as multidões que podiam reagir, contrariar, emudecem, com as ameaças, os famintos de justiça, que é para então, conseguido o silencio directo que logo se faz em torno de um maroteira de marca extra, maroteira preparada e prompta a entrar em execução, surgir impavida, sem que já nenhuma voz se levante[...]* (*O Africano*, 20/09/1919)<sup>117</sup>.

---

<sup>117</sup> *O Africano*, 20/09/1919. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

Sendo assim, a realidade histórica do país e do espaço urbano foram retratados em sua produção, através da expansão dos questionamentos sobre a realidade da sociedade moçambicana em torno do panorama colonial. Como capital da colônia portuguesa, Lourenço Marques, espaço geográfico onde discorre a maioria das narrativas, ganhava proporção e alargava-se com o crescimento das suas margens geográficas, João Albasini buscou retratar essa expansão ao dialogar com os espaços através da relação e movimentação das personagens pela cidade, entre os terrenos, pelos campos, dentro e fora do país: “*Estes pretos iriam conscientemente para S. Tomé pelo triplo do tempo por que costumam ir para o Transval e para ganharem menos do que ganham no Transval*” (O Africano, 05/09/1909)<sup>118</sup>.

Com o desenvolvimento urbano através construção do caminho de ferro, do movimento entre o campo e a cidade, da fluência no comércio e no porto, pela circulação da população, através dos trabalhos forçados, pelas ruas e praças e com a construção das *Palhotas* e nos subúrbios<sup>119</sup>, João Albasini buscou enquadrar a descrição e evolução da cidade em seus textos, apropriando-se do seu território e espaços na ambientação de sua narrativa. O espaço representado no corpo do texto exerce pontencialidades representativas, pois engloba o cenário das ações, compreende as atmosferas espaciais e sociais, sinalizando as representações e intenções do texto.<sup>120</sup>

A descrição do espaço destaca-se nos diálogos e nas suas diversas representações, indicações e intencionalidades, bem como na focalização das narrativas. Pois, é no sentido interno das narrativas do João Albasini que descobrimos

---

<sup>118</sup> O Africano, 05/09/1909In: Idem.

<sup>119</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:310). (Tese de doutoramento).

<sup>120</sup> REIS, Carlos, LOPES, Ana Cristina M (1990:129).

o universo colonial em Moçambique, em consequência da experiência do autor/narrador e das suas personagens. Este fator pode ser considerado como um ponto determinante na sua escrita e na transição do real para o ficcional:

*Quer através da instância narrativa, quer através da fala das personagens, o que esse romance nos diz (faz) é: (eu) represento um determinado mundo onde se cruzam seres, linguagens, visões, temporalidades e espaços específicos e que se inscrevem num processo de hegemonização cultural e civilizacional... tal como nos performativos dos actos de fala, identificamos uma dimensão performativa na convencionalidade do próprio acto representacional – expositivo, segundo Austin, declarativo, segundo Searle (caso da narração, dos diálogos e das descrições) –, na irrelevância da dicotomia verdadeiro/falso<sup>121</sup>.*

Nas crônicas escritas por Albasini, o espaço geográfico está ligado ao social. A sociedade indígena é representada no discurso como inferior, a partir da visão estereotipada do “outro”. Os negros, grande maioria da população do país, eram vistos como sujeitos marginais em relação às autoridades coloniais. A descrição do espaço social aponta o quadro da ideologia política e meios de dominação utilizados na separação social e geográfica da colônia. A distribuição espacial da população, em Lourenço Marques, deu-se através da distribuição da comunidade negra por localidades afastadas da cidade, onde foram construídas as *Palhotas*, enquanto a população branca habitava em casas de cimento, na cidade, restando os subúrbios para aos negros. Além de habitarem em péssimas condições e sem infraestrutura adequada, deviam pagar o imposto duplo pela *Palhota*, sendo sujeitos a multas por falta de pagamento:

*O indígena possuindo casa de madeira e zinco, com terreno figurado na matriz predial como contribuinte, pagando por isso, a sua contribuição predial, é descaravelmente, iniquamente, compelido*

---

<sup>121</sup> NOA, Francisco (2002:122).



*ao pagamento de imposto de palhota, sendo preso, no caso de usar do direito de recusa, previsto e admissível por lei, nestes casos*<sup>122</sup>.  
*Hoje o regulo mendiga, com muita humildade, de porta em porta o favor de ir limpar estradas para o livrarem, a elle regulo, das multas, porque não tem dinheiro para as pagar. Não tendo meios para viver e sendo-lhe prohibido o sahir das suas terras para vir à cidade trabalhar, ha-de acabar por roubar gallinhas aos vassalos, para pagar multas de £ 50,0 que o administrador lhe impõe a pretexto de qualquer falta (O Africano, 25/05/1909)*<sup>123</sup>.

Em 1918, foram construídas casas de aluguel, cobertas de zinco, para a população negra, o *primeiro bairro indígena*, também denominado *Xipamanine*, composto por trinta e três casas. O *segundo bairro indígena* foi construído em 1938 e os habitantes deveriam comprar móveis ao estilo europeu, apesar das condições do terreno serem impróprias e o espaço físico precário<sup>124</sup>. A intenção era a de afastar os negros da cidade, evitar a presença deles nos espaços dos brancos, fosse em sítios habitacionais, comerciais ou de lazer<sup>125</sup>.

Até as indicações dadas aos espaços urbanos eram distintas de acordo com a população destinada àquela localidade. Os espaços dos brancos recebiam nomes europeus, já os espaços negros recebiam nomes africanos, como a cidade de *Maxaquene*, ou das ruas das *Palhotas*, como a de *Mahotas*, da *Mafalala*, da *Malanga*. Os subúrbios não tinham nomes; e, na cidade, as estradas mais importantes permaneceram com as indicações indígenas<sup>126</sup>. Para além da separação urbana entre brancos e negros, existiu a restrição de fronteiras no acesso espacial de alguns sítios

---

<sup>122</sup> O Brado Africano, editorial, 02/12/1922 e O Africano, 05/02/1976 In: ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:317). (Tese de doutoramento).

<sup>123</sup> O Africano, 25/05/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>124</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:320). (Tese de doutoramento).

<sup>125</sup> Idem, p. 331.

<sup>126</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:312). (Tese doutoramento).

reservados para os brancos. Assim, os trabalhadores negros estavam proibidos de caminhar, após o trabalho, no meio urbano, sendo acolhidos nos *compounds*, ou dormitórios<sup>127</sup>.

Através da diferença linguística e cultural entre colono e colonizado, a fronteira territorial foi estabelecida em relação ao outro, num jogo de dominação e convenção da cultural do negro. São nesses termos que o espaço geográfico e social se dividem, duplicando os signos culturais e identitários entre populações. Essa fragmentação do espaço trouxe relevância à minoria marginal da população moçambicana, tendo em conta as modificações culturais e sistemáticas que vivenciaram com o colonialismo, quebra dos seus costumes e valores em prol de uma desigualdade racial de sujeições preconceituosas.

A constatação e representação desse espaço aparece nos questionamentos e protestos direcionados à sociedade colonial. É a partir dessa perspectiva que as narrativas de Albasini vão exercer uma função social e libertadora, ao contestar as ambivalências da política colonial em torno dos espaços. Sobre esta temática, Noa explica:

*Assim, desde as plantações, as matas, no interior, passando pelas casas dos colonos, empresas privadas e públicas, escritórios, fábricas, até os cabarets, prostíbulos e as ruas da cidade, temos todo um conjunto de lugares que traduzem os particularismos pertinentes à forma como se configuram linguagens, vivências, valores, aspirações, conflitos e frustrações no romance colonial*<sup>128</sup>.

Essas diferenças e conflitos são gerados pelas posições de poder e construção de dependência impostas pelo discurso colonial racista. A construção dos espaços e

---

<sup>127</sup> Idem, p. 314.

<sup>128</sup> NOA, Francisco, (2002:122).

separações sociais reflete o exercício do poder colonial na marginalização urbana, a partir da separação, do preconceito e da segregação racial.

Nos textos analisados, visualizamos a representação da cidade de Lourenço Marques com descrição da sua infraestrutura e dos principais pontos da cidade alta e baixa: como a praça do caminho de ferro; *Praça 7 de Março*; Bares Quartel na *Ponta Vermelha*; e Quartel da Polícia *Mahé*; as linhas de ferro e navegação até ao Transval<sup>129</sup>. As narrativas demonstram a evolução da cidade para além das temáticas coloniais, o confronto entre as culturas e ideologias, a partir da vivência e narração de um cidadão moçambicano.

A geografização do espaço revela-se através da relação das personagens com o ambiente físico e sua função nas narrativas. As principais vias espaciais são mapeadas em torno da descrição da cidade colonial e das suas fronteiras, exercendo uma simbolização fictícia, reforçando os traços realistas do autor<sup>130</sup>. Grande parte das narrativas trata dos temas e abusos administrativos, descrevendo a cidade e a sua evolução, bem como os cenários reais dos acontecimentos coloniais em Moçambique:

*Bem desejara quedar-me embevecido, contemplando satisfeito, o desenvolvimento da colonisação portuguesa n'estas horrorosas terras d'Africa – meu muito amado berço natal, armado, não sei por que malefícios do Destino, em palco funambulesco onde exibem tão obnoxias tragedias (O Africano, 22/05/1909).*

*V. Ex. não me leve a mal que eu diga que gostei mais de vêr, quero dizer: de ouvir de tarde, que Sr. Ex. o Sr. Comissario Regio Antonio Ennes tinha tomado conta do seu altíssimo cargo em Moçambique, sem pompa, de manhã, tendo por testemunhas dois muleques descalços que sobraçavam chapeleiras, tres pretas vádias, de pannos esticados nos quadris, e um baneane que na praça de S. Paulo, tomava o fresco coçando as pernas felpudas.*

<sup>129</sup> ZAMPARONI, ValdemirDonizette (1998), p. 261. (Tese de doutoramento).

<sup>130</sup> NOA, Francisco (2002:124).

*Muito antes de V. Ex. dobrar a Ponta Vermelha já a aglomeração era grande na ponte da capitania[...] V. Ex devia ter ouvido com muita commoção a mensagem da creançada das Escolas 1 de Janeiro (O Africano, 13/05/1909)<sup>131</sup>.*

*Agora mesmo acabo de deixar entregue à guarda fiscal um preto regressado de Johannesburg, preso em Ressano Garcia pela alfandega porque lhe foi encontrada na mala uma porção de polvora[...] Aqui na provincia não a compra porque lh'a não vendem e elle resigna-se (O Africano, 16/08/1909)<sup>132</sup>.*

O narrador, além de descrever os acontecimentos do desenvolvimento da colonização e questionar as irregularidades, introduz indicações espaciais num movimento interativo com o texto, recriando os espaços e precisando os locais de cada acontecimento. O redimensionamento dos espaços e dos acontecimentos surge através do ponto de vista do narrador e dos seus sentidos em relação à sua interação com o espaço. Esta georafização e movimentação ocorre noutros exemplos, como nos indicadores espaciais do seguinte trecho:

*Passando uma noite por «Magulubane», fronteira portuguesa – estranhei a quantidade de fogueiras que alegravam aquele ermo, de ordinario deshabitado, aquele bocado de sertão, de repente iluminado – bem mais iluminado que as ruas da cidade da Pronvincia, onde V. Ex. reside e onde eu, municipe desprotegido, dou topadas em pedregulhos soltos ou fico enterrado na lama, posto quando obrigado pela necessidade percorro as ruas da cidade na busca afanosa de pão para a boca – e da rodella de pata para pagar as exigências da Companhia das Aguas, luz e mais as contribuições do Estado que tão bem nos trata.*

*«São os pretos do Sabié que fogem de ir para Moçambique».*  
(O Africano, 19/06/1909)<sup>133</sup>.

O excerto acima foi extraído da narrativa intitulada “Serviço militar”, uma carta enviada ao Governador Geral da Província de Moçambique. O texto trata das

<sup>131</sup> O Africano, 13/05/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>132</sup> O Africano, 16/08/1909. In: Idem.

<sup>133</sup> O Africano, 19/06/1909. In: Idem.

“*miserias*” pelas quais passavam a cidade e os seus habitantes. O sertão iluminado, acima referido, retrata o movimento migratório dos indígenas da cidade para o Transval, através da fuga dos trabalhos forçados e punições “*São os pretos do Sabié que fogem de ir para Moçambique*”. A luz que vem das fogueiras serve como ponto inicial do questionamento feito à autoridade sobre a situação dos indígenas da província:

*Os poucos indigenas que ficavam no paiz são para o serviço local: descargas na ponte-caes, serviços domésticos, rickshaw, e para a mesquinha agricultura primitiva, que symbolisa de modo bem humilhante e relaxação das raças mandrionas (O Africano, 19/06/1909)<sup>134</sup>.*

Na descrição do espaço, vemos os valores simbólicos implícitos no que tange à temática da representação social. O trecho abaixo, critica e contesta o discurso racista que imperava em torno da exposição do negro no uso do vinho colonial, vendido pelos cantineiros, com propósitos de exploração colonial:

*Em plena cidade baixa não transita hoje uma senhora pelas ruas que circundam as cantinas do predio Andrade e outros annexos, que não ouça palavrões obscenos, desta horda de bebados que a brandura dos nossos costumes tolera.*

*Está bem de ver que este contingente não sae dos tysicos que o Transval nos devolve, nem das cantinas onde impera o vinho colonial porque a junta medica não acceita tal gente. Ha-de forçosamente sahir da classe dos outros, dos taes, que afinal, constituíam a reserva do mestre (O Africano, 19/06/1909).*

A ambientação fracionada, presente no discurso colonial, reforça as questões da divisão de classes e apresenta as imagens de uma sociedade marginal, subtraída em

---

<sup>134</sup> O Africano, 19/06/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

espaços e em diferentes disposições sociais, como as ocupadas pelos coronéis e indígenas:

*– que ninguém pode acreditar que os moçambicanos, acostumados como estão a contractarem-se só por um anno para trabalhar ali a dois passos, em região entre gentes suas conhecidas, cahissem em fazê-lo por um prazo trez vezes maior para uma terra longinqua onde vinham pela primeira vez (O Africano, 05/09/1909)<sup>135</sup>.*

*É piedade chamar estes seus tutelados ao bom caminho tirando-os do vinho colonial, da ociosidade da cantina, É bondade trata-los como gente, fazendo com que aprendam a serem uteis, que aprendam a serem honestos convictos por meio de escolas-oficinas, os abram os olhos da razão[...] (O Africano, 13/05/1909)<sup>136</sup>.*

*Dizem os papeis publicos, diz a taboleta official que V.Ex.a vem a caminho de Lourenço Marques a bordo do vapor «Africa». Eu acredito piamente – porque acredito em toda a gente – e tambem porque vejo um palaquim armado na ponte dos passageiros e porque vejo grandes preparativos para a festa de recepção de V. Ex.a e a praça 7 de Março iluminada.*

*[...] Peço unicamente que V. Ex.a considere, entre o perú e o champagne do banquete que a cidade vae offerecer, a triste situação d'aquelles desgraçados presos de Inhambane, presos obrigados a trabalhos gratis e alimentado-se à causa das familias que vivem a 150 kilometros, e que andam dias seguidos para trazerem ao seu parente preso, uma pouca papa de milho! (O Africano, 24/04/1909)<sup>137</sup>.*

A ambientação espacial é determinante nas representações dos papeis sociais desempenhados pelas personagens na narrativa, bem como no destino final da sociedade negra pelo ambiente social a que lhes foram determinados. No trecho abaixo, temos a imagem do soldado indígena, desvalorizado por não ter educação, um indivíduo excluído que vive nas franjas da sociedade, destinado às punições e condicionamentos coloniais, pelo uso do vinho colonial, ou *vinho branco para pretos*:

<sup>135</sup> O Africano, 05/09/1909. In: Idem.

<sup>136</sup> O Africano, 13/05/1909. In: Idem.

<sup>137</sup> O Africano, 24/04/1909. In: Idem.

*O soldado indigena não recebe educação de especie alguma na caserna[...] Parece-me racional que elles continuem a ser assim mesmo malandros e bebados, por muito que se lhes diga que pertencem a nobre classe militar[...]*

*Pode a V. Ex. objectar que tal gente não serve para a vida militar, d'accordo: mas o tal militar indigena passa a vida na cantina e é só dizer no vulgo, uma carta fora do baralho...*

*A unica opposição, Ex. que eu antevejo n'isto tudo é a drogaria do Poço do Bispo.*

*Morra a Provincia, mas salve-se o vinho branco para pretos!*

*Finis coronat opus! (O Africano, 19/06/1909)<sup>138</sup>.*

Essa imagem faz-nos pensar nas formas de representações e fronteiras estabelecidas entre o espaço do colono e do colonizado, que funcionam como indicadores decisivos na caracterização e destino das personagens. A diferença socio-cultural é marcada pelo preconceito e discriminação política, presentes no discurso colonial e no choque entre as culturas locais e estrangeiras. É diante das fronteiras que os questionamentos sobre identidade e alteridade são expostos, na projeção do lugar do “outro” e na sua representação identitária, abrindo diálogo para a problematização das identificações do que seria ou não estrangeiro, na determinação das propriedades espaciais e identitárias.

A ideologia da dominação colonial, o silenciamento e os abusos no espaço do “outro”<sup>139</sup> ocasionam a repetição de um discurso racista e estereotipado, marcado pela recusa e anulação do indivíduo, singularizando a sua representação e das suas relações sociais. Sobre este aspecto, Bhabha, esclarece:

*O que se nega ao sujeito colonial, tanto como colonizador quanto colonizado, é aquela forma de negação que dá acesso ao reconhecimento da diferença. É aquela possibilidade de diferença e circulação que liberaria o signifiante pele/cultura das fixações da tipologia racial, da analítica do sangue, das ideologias de*

<sup>138</sup> O Africano, 19/06/1909. In: Idem.

<sup>139</sup> NOA, Francisco (2002), p.170.

*dominação racial e cultural ou degeneração. “Onde quer que vá”, lamenta Fanon, “o negro permanece um negro” – sua raça se torna o signo não-erradicável da diferença negativa nos discursos coloniais. Isto porque o estereótipo impede a circulação e a articulação do significante de “raça” a não ser em sua fixidez enquanto racismo<sup>140</sup>.*

Estas práticas racistas são apresentadas nas cenas e espaços descritos por João Albasini na ambientação dos seus jornais. Sobre este ponto, podemos ler, nos trechos abaixo, uma dessas formas de representação através do questionamento do autor, marcada pelo uso da ironia e da metonímia:

*Talqualmente como um monhé que usa suas artes e manhas para angariar umas tantas “ropias”<sup>141</sup> para se safar para a Índia a gozar a fresca sombra dos palmeiras e a fazer abluções rithuaes no divino Ganges[...]*

*Leis excepcionais deviam repugnar ao espírito democrático e moderno do Sr. Sarmento e dos colonos a quem o monhé já faz concorrência no grande negócio de embebedar pretos... Se bem que ainda não adoptasse o chamariz da preta porque a isso se opõe talvez a lei de Mahomet... Mas, por Alah grande e eterno! Quem sabe se com o andar dos tempos e nessa velocidade estonteadora em que vamos para a «perfeição», o monhé no campo lupanar não virá a fazer a concorrência tão temida? (O Africano, 03/01/1914)<sup>142</sup>.*

Na representação dos espaços, as imagens oferecem efeitos dolorosos para o leitor, pincelados com a agonia vivida pelas personagens. A evocação desse sentimento se dá em torno da construção das imagens emolduradas pela adjetivação dos espaços, nos aromas, nas metáforas e sensações transmitidas na descrição na subjetividade das representações:

*Vivem em pocilgas sem luz, sem ar, aos 4 e 5, para a coisa sahir mais em conta. Comem habitualmente, tres pessoas d’uma comida, por*

<sup>140</sup> Bhabha, Homi K (1998:117).

<sup>141</sup> Aproximação escrita pela difícil leitura do texto fotografado.

<sup>142</sup> O Africano, 03/01/1914. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).



*que sae mais barato, d'uma cantina immunda, uns caldos ou sopas, que são, com mais propriedade, uma pouca d'agua childra, onde nadam desesperados, cinco feijões, à busca de companheiros... Estes feijões, cuja consistencia cornea quebra os dentes do patriota incauto, obrigam o estomago d'aquelle que os ingere, a dar saltos mortaes e a chorar de desespero... (O Africano, 13/05/1909)<sup>143</sup>.*

Esse tipo de mediação voltada para um foco sensorial afirma-se nas imagens com base na projeção da realidade, dialogando entre as sensações e representações sensoriais. A percepção da realidade é subjetivada pela projeção de um “*caráter espontâneo, imediato, irracional da figuração da realidade, mas simultaneamente e paradoxalmente, com recurso a formas elaboradas, racionalizadas e mediatizadoras como são, por exemplo, os recursos estilísticos*”<sup>144</sup>. Como exemplo deste evento, podemos destacar a imagem da prisão como espaço de sofrimento, representado no texto através da atualização da dor, da representação negativa do espaço, marcada pela chuva de cavalo-marinho, pela violência infinita, narrada em tons de protesto:

*Toda a noite o misero gemeu a cada golpe de chicote por que lhe era impossivel equilibrar-se com o pé no ar, a escorrer em sangue. S. Ex.a durante a noite, não confiando muito na fidedignidade dos auxiliares, veio a casa, pé ante-pé, espreitar, vêr... E lá viu o bruto algemado, gemendo, ganindo, rolando pelo chão, cheio de sangue, debaixo de uma verdadeira chuva de cavallo-marinho, n'aquella noite memoravel de 4 de junho, da era de Christo! (O Africano, 14/06/1909)<sup>145</sup>.*

Quanto às representações das relações sociais, as personagens são apresentadas em oposição de sentidos e *status* frente às posições que ocupam na sociedade colonial, determinadas por espaços e discursos pré-estabelecidos:

*O preto ficou detido desde esse momento da apprehensão ante-hontem 11, até hoje 13, tendo sido entregue a guardar no posto*

<sup>143</sup> O Africano, 13/05/1909. In: Idem.

<sup>144</sup> NOA, Francisco (2002:140).

<sup>145</sup> O Africano, 14/06/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

*policial da rua D. Luiz, sem comer porque a alfandega não lhe forneceu comida e o posto não tem verba para sustentar presos d'alfandega (O Africano, 16/08/1909)<sup>146</sup>.*

*Os indígenas pensam então – com aquella precisão com que pensam os espiritos tacanhos - «que todos aquellos mulungos espalhados pelo matto, só pensam em ganhar dinheiro, obrigando-os a desfazer-se do gado para o pagamento das multas».*

*Era a luta da razão ao serviço da humanidade, era a civilização expulsando, à ponta da bayonetta, o cruel tyrano vatua, livrando aquellos povos de Gaza, d'aquella féra humana, substituindo-a por homens cultos, serios, ponderados, possuidores da verdadeira sciencia de governar, de administrar. Já lá se vão 14 annos! – e quanto a justiça que se administra a'aquellas longinquas terras, Ex., continua a ser tão cruel e iniqua como a do Gungunhana! (O Africano, 22/05/1909)<sup>147</sup>.*

A presença da ironia na descrição dos espaços e caracterização das personagens constitui uma estratégia do narrador para demonstrar a identificação do grupo e sua funcionalidade. Nos trechos abaixo, podemos identificar a duplicidade de sentidos e a divisão espacial e social entre os grupos estipulada pelos discursos estereotipados das personagens do espaço:

*Que lhe sejam propicias as aguas d'Africa (O Africano, 11/05/1909)<sup>148</sup>.*

*[...] a África só é boa para negros.*

*Entre grades, e por cima de todo o cisco, e devia ver V. Ex. ter reparado que se agglomeravatam bem uma sucia de gente negra – o populacho anonymo – que alli ocorria a saudar o governador. Era a negralhada, Senhor!*

*É piedade chamar estes seus tutelados ao bom caminho tirando-os do Vinho Colonial, da ociosidade, da cantina (O Africano, 13/05/1909)<sup>149</sup>.*

*– Sim eu estou aqui porque não me deram passagem para a minha terra. Saí de minha terra porque fui apanhado de noite, amarrado com cordas, metido na Fortaleza e depois a bordo de um navio sujo; e aos pontapés da sorte aqui estou. Porque me pedem chapa se eu*

<sup>146</sup> O Africano, 16/08/1909. In: Idem.

<sup>147</sup> O Africano, 22/05/1909. In: Idem.

<sup>148</sup> O Africano, 11/05/1909. In: Idem.

<sup>149</sup> O Africano, 13/05/1909. In: Idem.

*não sou residente voluntário desta cidade? Mandem-me embora que lhes ficarei eternamente grato (O Africano, 27/05/1915)<sup>150</sup>.*

Nesse jogo de representações espaciais, as personagens são apresentadas sem perspectivas para o futuro, vivendo num território estrangeiro. Com o domínio colonial e hierarquização dos indivíduos<sup>151</sup>, a segregação é acentuada, revelando pontos antagônicos entre a comunidade negra e a burguesia colonial:

*Dizem os papeis publicos, diz a taboleta que V. Ex. a vem a caminho de Lourenço Marques a bordo do vapor «Africa». Eu acredito piamente – porque acredito em toda a gente e tambem porque vejo um palanque armado na ponte dos passageiros – e porque vejo grandes preparativos para a festa da recepção de V. Ex.a e a praça 7 de Março iluminada.*

*Como coisa mais urgente direi a V. Ex.a que tenho queixas de uma horda vil de malfetores que são os presos das circunscrições de Inhambane[...] Elles guseixam-se, sómente, da fome que os enfraquece e mata...*

*V. Ex.a que conhece muito bem a Africa, sabe que em comida o indigena não é mesquinho: que vae de bôa vontade uma caravana de gente, de Quissico a Inhambane com 2 kilos de milho cosido para sustento de um vago parente preso a 150 kilometros de distancia...*

*Mas, V. Ex.a comprehende, tambem, que a enorme distancia de 120 kilometros que vae de Coguno a Maxixe acaba por cansar a maior dedicação, e que basta uma doença ligeira, um impedimento de 8 dias do parente livre, para matar à fome o mísero que jaz sob os ferros d'El Rei em Maxixe ou na villa... (O Africano, 23/04/1909)<sup>152</sup>.*

A crítica feita por João Albasini sobre a diferença social e separação territorial abranda a segregação e fragilização à qual era exposta a população. A exploração colonial e a estrutura de poder em relação ao negro está presente nas imagens e contrastes entre o colono e o colonizado, como no excerto acima, que nos mostra a

<sup>150</sup> O Africano, 27/05/1915. In: Idem.

<sup>151</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:271). (Tese de doutoramento).

<sup>152</sup> O Africano, 23/04/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

diferença entre a riqueza colonial e a miséria do homem negro, a “massa indistinta dos africanos”<sup>153</sup>.

Os espaços interiores são representativos na descrição do comportamento e sensações das personagens. No trecho abaixo, as imagens são subjetivadas com as impressões sensoriais de liberdade e esperança, a janela configura o espaço subjetivo de esperança e reflexão sobre a realidade, representa a divisão dos mundos exterior e interior, a barreira entre o que é sonho e realidade:

*O Governo é igualmente senhor de uma Estação no Xai-Xai que foi instalada num sítio onde havia justamente muitas palhotas. Na grata ocupação de esperar, sempre que o “mulungo” assoma à janela ou transpõe a porta de casa, logo se erguem braços respeitosos: bayete! – E luzem olhos esperançosos: “Ai rica garrafa de sópe; é agora o momento...” (O Africano, 11/03/1916)<sup>154</sup>.*

O campo assume uma conotação positiva, proporcionando um sentimento de deslumbramento contemplativo, figurativo na proposta de resistência e esperança de um futuro melhor:

*Mas pelo vale fertilissimo do Limpopo ecoa de “mahala” a vozeria dos narros dando “ bayetes”; o rio corre tranquilo... Depois como o “mulungo” lhes fala na virtude da mansidão e da paciência e lhes lê estrofes de Camões sobra a coragem dos Albuquerque terribles, e lhes mostra, em frente, como é bonito ver no prado pachorrentos bois lavrando, eles lá se aquietam, resmungando que aquele “disco” já é estafado; fungam rapé e esperam. Lá estão e lá estarão. Alguns já teem filhos; netos e virão a ter porque tudo pode “assuceder” menos arrancar da Fazenda o cumprimento de uma trocada em dinheiro, “indas” que o céu crie baratas (O Africano, 11/03/1916)<sup>155</sup>.*

---

<sup>153</sup> NOA, Francisco (2002:182).

<sup>154</sup> O Africano, 11/03/1916. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>155</sup> O Africano, 11/03/1916. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

Podemos verificar que as narrativas apresentam um discurso inflamado em relação à opressão instalada pela colonização. Os textos recuperam, através do discurso, o tempo e espaço colonial, bem como os acontecimentos diários da população ao relatar os mecanismos de força e segregação racial instaurados com o colonialismo. Este estrato da sociedade passa a ser condenado aos consequentes maus-tratos, exploração e pobreza. Tais atitudes revelam o racismo e a separação social mantida entre negros e brancos. No plano histórico, o efeito dessa organização reforçou as diferenças sociais entre colono e colonizado, impondo consequentes formas de depreciação do negro em relação ao branco, bem como a indignação dos intelectuais da época perante essa situação hostil. Sobre este critério de rejeição e inferiorização do “outro” adotados pela sociedade racista, Fanon resume:

*O preconceito de cor é apenas um ódio injustificado de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que consideram inferiores, em seguida o amargo ressentimento dos que são forçados à sujeição e repetidamente ofendidos. Como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, tornou-se o critério segundo o qual se julgam os homens sem ter em conta as suas aquisições educativas e sociais. As raças de pele clara passaram a desprezar as raças de pele escura, e estas recusam-se a consentir por mais tempo na condição apagada que lhes pretende impor.<sup>156</sup>*

### 1.3 OS TÍTULOS DAS CRÔNICAS

---

<sup>156</sup> FANON, Frantz (1975: 129/130).

Neste subcapítulo faremos a leitura dos possíveis significados dos títulos de algumas das crônicas já analisadas neste trabalho. Para tanto, tomaremos como base o capítulo da tese de Ana Mafalda Leite (1991) que estuda para além da poética, as marcas narrativas nos títulos das poesias de José Craveirinha na sua obra *Karingana ua Karingana*. Tentaremos identificar como os elementos literários e linguísticos operam no sentido e na estética das narrativas de João Albasini, buscando desconstruir os significados e as questões relacionadas com os títulos dos seus artigos.

Das quarenta crônicas utilizadas neste trabalho, escolhemos aquelas que nos chamaram mais a atenção, pelo teor didático, apelativo e irônico em que são apresentadas. Muitas das crônicas são cartas destinadas ao governador geral, escritas como cartas privadas com fins políticos, e outras são narrativas jornalísticas e literárias escritas em tons argumentativos e moralizantes. Os títulos empregados nas crônicas apresentam as temáticas e informam, com ironia, sobre as temáticas coloniais através de um tom apelativo e didático, motivando o leitor.

Segundo Ana Mafalda Leite (2001:95), a informação do teor da narrativa está presente nos títulos principais, secundários e subtítulos, que explicam as informações tratadas nos textos. Podemos verificar essas características nas crônicas de Albasini ao apresentar os títulos e os subtítulos no início das suas crônicas. Notamos na sua prática textual uma tentativa de dramatização do mundo real, tanto o erudito como o popular, através da escolha dos títulos para os seus textos publicados no jornal *O Africano*. Dentro desses temas, destacam-se a abordagem do autor sobre os modos de vida e a política coloniais, como o serviço militar, o racismo da assimilação, o uso do vinho colonial, e a falta de escolarização e do ensino do português.

Os títulos das crônicas resumem os relatos das personagens de forma moralista e retórica. O uso da ironia reduz a pluralidade e dimensão das situações narradas, recorrentes em outras histórias e outras personagens que vivem a mesma história. Encontramos nas cartas e nas pequenas narrativas e relatos comuns da população negra de Lourenço Marques.

Dentro do conjunto de cartas, destacamos as crônicas *“Palavras loucas”*, *“Glória a Deus nas alturas e paz na terra a toda a humanidade!”*; *“Para servir o paiz eu vim de Fanhões”*; *“Tal em casa de seu sogro costuma estar o villão”*; *“Alma do diabo!”*; *“Bem vindo! Deus e o meu direito e Pitadas de rapé”*. Nestas crônicas o narrador assume a voz coletiva ao reclamar melhores condições em favor da população negra. Temos um texto escrito em português coloquial e retórico, aproximando-se, por vezes, da oralidade ao mesclar a língua erudita com representações da oralidade. Sobre este aspecto, Ana Mafalda Leite, (2001:92) escreve:

*Todavia, a coloquialidade textual experimentada aponta para uma maior proximidade com um interlocutor e chama a atenção para uma certa quebra da cerimonialidade, dita ‘cult’, da escrita literária. Esta proximidade da interlocução revela também o gosto por um certo estatuto consonante com a oralidade.*

*As cartas relatam assuntos que são do interesse de qualquer leitor; a qualquer leitor são endereçadas, embora dedicadas, regra geral, a alguém em particular. E isto que seus temas, embora sendo circunscritos, adquirem uma significação modelar, mais geral.*

Portanto, as cartas “destinadas” ao governador geral apontam os interesses comuns da comunidade e dos seus leitores, e por serem publicadas no jornal assumem um caráter público, perdendo o destino particular da sua primeira intenção, revelando uma astúcia do autor na sua prática textual. Albasini informa ao mesmo tempo que reclama junto das autoridades contra as ilegalidades do sistema em que vivem as suas

personagens através das suas histórias, utilizando diversas estratégias discursivas ao aproximar-se ou afastar-se do texto.

Em “*Palavras loucas*”<sup>157</sup>; o autor registra sua insatisfação ao indicar logo pelo título a suposição de algo que não tem sentido, que perdeu a razão. Aqui, a intenção é a de chamar a atenção do público para o interesse do conteúdo do texto sinalizado pelo título didático. Na carta, o narrador relata em tom irônico a descrição das honras e do cerimonial de posse do governador geral, Alfredo Augusto Freire de Andrade em contraponto com a posse do comissário régio Antonio Ennes. Albasini compara o discurso e os agradecimentos de pompa e os convencionalismos políticos diante da população local que a eles assiste, ironizando a elaboração e trato de um discurso irrelevante à realidade e relação estabelecida entre os governantes e o povo, para além de apontar as reais necessidades da população, nomeadamente em termos de educação.

Em torno do tema da colonização temos uma carta intitulada “*Glória a Deus nas alturas e paz na terra a toda a humanidade!*”<sup>158</sup> que faz referência a uma oração bíblica que exalta e glorifica a Deus pelas sua importância e poder através da realização de uma das suas promessas que seria a “*paz na terra a toda a humanidade*”. Assumindo valores morais, Albasini trata através do texto retórico os problemas da colonização, fazendo alusão à imagem de Deus no título da crônica como forma de pedido de misericórdia, de salvação e de paz na terra. Critica, com ironia, os governantes e defeitos da administração colonial, bem como a ideologia dos preceitos de boa cristandade, propostos pelas obras missionárias durante a colonização.

---

<sup>157</sup> O Africano, nº 5, 13/05/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>158</sup> O Africano, nº 6, 22/05/1909. In: Idem.



Em “*Para servir o paiz eu vim de Fanhões*”<sup>159</sup> a crítica é em torno do serviço militar e a forma indigna como são tratados os recrutados vindos do Xai-Xai para este serviço. O título reforça a ideia de alguém preparado para o trabalho, equipado pelos seus instrumentos, o martelo de calceiteiro de ruas, destinado para o encaixe de pedras na construção de estradas e calçadas. A ideia transcrita no uso da palavra “servir” evoca a utilidade de quem fala, que vem para cumprir algo, alguém que está determinado a cumprir funções e serviços determinados para o país, tratados como animais na ponte-cais, espancados e amarrados.

Em “*Tal em casa de seu sogro costuma estar o villão*”<sup>160</sup> Albasini estabelece uma relação com o provérbio português “*Estar como vilão em casa de seu sogro*”. A imagem e significado aqui presente já estabelece a ideia do que se passará: uma personagem que será punida, injustamente, por uma atitude vil ou um comportamento desprezível, característica de um vilão. O jogo de palavras e o tom jocoso do provérbio revela os valores culturais, numa referência à instabilidade que a personagem sofre por não estar no seu território. Na narrativa, Albasini denuncia ao Intendente da Emigração como são tratados os negros regressados de Joanesburgo por um fiscal, criticando os atos racistas do serviço através do texto literário e caracterização das personagens.

Ainda no campo da temática da migração, destacamos o título da crônica “*Deus e o meu direito*”<sup>161</sup> que faz referência a uma expressão da língua francesa *Dieux et mon droit*<sup>162</sup> no contexto das leis divinas no governo monárquico da Inglaterra do Rei Henrique V. A expressão pode retratar, ainda, a referência a uma oração apresentada

<sup>159</sup> O Africano, nº 7, 05/06/1909. In: Idem.

<sup>160</sup> O Africano, nº 9, 14/07/1909. In: Idem.

<sup>161</sup> O Africano, nº 12, 05/09/1909. Idem.

<sup>162</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Dieu\\_et\\_mon\\_droit](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dieu_et_mon_droit)

pelo mesmo título, escrita em latim: “*Deus meunque jus*”<sup>163</sup>. Na narrativa, Albasini destaca as inadequações dos códigos de migração no que diz respeito ao direito de repatriamento de trabalhadores, obrigados à regressarem a roça<sup>164</sup>. O texto parte de uma publicação do *Jornal Equatorial de São Tomé*.

Em “*Alma do diabo!*”<sup>165</sup> Albasini interpela as autoridades sobre o incumprimento das leis laborais relativas ao trabalho indígena, tomando como alegoria uma figura retórica negativa para caracterizar o estado das irregularidades e das condições em que viviam aqueles trabalhadores. O título utilizado faz uma analogia entre a imagem depreciativa do Diabo, ser desprezível aos olhos de Deus, com a imagem do negro na narrativa, preso, escravo que é punido como um “desgraçado” insignificante. O não cumprimento do Regulamento do Trabalho Indígena e os castigos corporais estabelecidos para os delitos desenha o espírito humano em relação à origem dos castigos e imperfeição humana adquirida pelo erro do Diabo ao trair as leis de Deus, induzindo Adão e Eva ao pecado, sendo condenado ao castigo eterno, gerando o sofrimento do homem. Podemos, portanto, afirmar que este movimento recorrente de alusão a imagens e figuras retóricas, oferta a aproximação das suas personagens às figuras e imagens a que são comparadas e abstraídas.

Em “*Bem vindo!*”<sup>166</sup> Albasini denuncia, através do seu heterônimo Chico das Pegas, o governador geral, que acaba de chegar à província, a situação dos presos condenados ao *chibalo*. O título é empregue num tom irônico, visto que confere uma

<sup>163</sup> <http://www.recantodasletras.com.br/oracoes/2358139>

<sup>164</sup> O Africano, nº 12, 05/09/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística)

<sup>165</sup> O Africano, nº 10, 31/07/1909. In: Idem.

<sup>166</sup> O Africano, nº 04, 24/04/1909. IN: Idem.

saudação positiva a quem chega a nossa casa ou território. A expressão demarca a linha entre o espaço dos negros em contraponto com o dos políticos. O termo abre as portas para o governador e leitores do jornal, ao relatar as particularidades das regulamentações e oportunidades que os políticos criam ao deterem o domínio da colônia.

Observamos nos dois últimos títulos analisados “*Alma do diabo!*” e “*Bem vindo!*” o uso da exclamação, que intensifica a força das expressões, dando voz à escrita, imitando a fala ao criar uma expectativa no leitor pela dramatização que representa e pelo seu efeito estético. Sobre a evidência potencializada pelo uso dos sinais gráficos, Ana Mafalda Leite (2001:108), escreve:

*O uso da exclamação, do travessão, das interjeições e interrogações, bem como a frequência do sinal gráfico de dois pontos, devem integrar-se nesta soma de dispositivos de estruturação poética, capazes de dramatizar o discurso no seu registro de oralidade: sinais de introdução de vozes, de marcação de pausas, de explicitação gestual ou de descrição de narrativas.*

Na carta intitulada *Pitadas de rapé*<sup>167</sup>, João Albasini mostra a sua indignação ao referir as atitudes racistas praticadas pela administração contra os negros. A carta é contruída a partir dos argumentos questionadores do autor sobre a ridicularização a que dois médicos negros são expostos em ambientes públicos por parte das autoridades estrangeiras. Albasini indica a necessidade de se despertar para a realidade racista vivida em África, abrindo espaço para a discursão da persistência da não valorização do negro, mesmo que este assuma o mesmo *status* que o homem branco. Segundo Fanon (1975:199), este é visto como civilizado, enquanto o negro é desprezado,

---

<sup>167</sup> O Africano, ano V, nº 640, 05/06/1918. IN: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir, (1992:155).

representado por “*sentimentos inferiores, as más inclinações, o lado obscuro da alma. No inconsciente colectivo do homo occidentalis, o preto, ou se se prefere, a cor preta, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome.*” Albasini tenta despertar as autoridades e os seus leitores para o absurdo de uma consciência preconceituosa em relação ao preto, que “*combate a todo o momento a sua imagem*”.

Quanto ao título da narrativa, Albasini associa a ideia do cheiro de queimado que o texto possa apresentar, ideia contida na pitada de rapé, fumo próprio para cheirar. Somando a esta interpretação, indicamos a referência da fábula “*Uma pitada de rapé*”<sup>168</sup> que trata um preceito moral a partir da história de uma personagem, julgada por cheirar, acidentalmente, o fumo, em num dia santo. Assim como na fábula, Albasini defende a importância da mudança da mentalidade da administração colonial, numa tentativa moralizante através da contrução narrativa. Essa relação alegórica, incorporada pela referência de uma fábula, pontifica uma verdade e um contraste em torno da separação entre brancos e negros<sup>169</sup>. A narrativa assume um carácter didático-moralizante, visto que espera a transformação da personagem. Esta função da narrativa “*altera a situação inicial e determina a situação final da história, e que pode ser de degradação e de melhoramento*”, conforme Ana Mafalade Leite (1998:88), como ocorre na fábula que inspira Albasini.

Seguindo o estudo da estruturação dos títulos, passamos à ocorrência do uso do vocabulário coloquial, marcante nos textos de Albasini. O uso do latim nos títulos das cartas aparece como referência à língua de prestígio do cristianismo, num jogo irônico e subversivo no que tange aos seus significados primários. Duas destas narrativas são

<sup>168</sup> [http://www.pt.chabad.org/library/article\\_cdo/aid/618907/jewish/Uma-Pitada-de-Rap.htm](http://www.pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/618907/jewish/Uma-Pitada-de-Rap.htm)

<sup>169</sup> Idem. p. 93.

intituladas por títulos principais e subtítulos escritos em latim clássico, que tematizam o texto, como, “*Colonização (Sursum Corda!)*”; “*Outra vez! Est modus in rebus...*” e “*Modus vivendi...*”.

A narrativa intitulada “*Colonização (Sursum Corda!)*”<sup>170</sup> aparece três vezes numa sequência de textos numerada; expressão utilizada em latim quer dizer “corações ao alto”, uma referência teológica utilizada nas celebrações e missas cristãs. A expressão tem uma carga forte pois refere-se aos valores e à dignidade humana, por isso a carga irônica, já que o texto narra alguns dos efeitos e das políticas da colonização comuns à sociedade local. O narrador questiona e argumenta com indignação as condições do povo colonizado. O uso da expressão “corações ao alto” pode ser interpretado, ainda, como súplica de salvação ao supremo, ou como um pedido de proteção. Para além dessas questões, a frase enriquece a proposta do texto, funcionando como indicação da proposta e da mensagem subjetiva da narrativa, fornecendo imagens significativas numa língua clássica, referenciada pela sua carga erudita.

O mesmo ocorre com a narrativa “*Outra vez! Est modus in rebus...*”<sup>171</sup> referência a um provérbio, uma expressão satírica que adverte o leitor e as autoridades para o limite daqueles acontecimentos, numa tentativa de chamar a atenção para a continuidade do mesmo fato, marcado pelo uso da forma “*Outra vez*”, arrematado com a frase em latim “*Est modus in rebus...*”. Como tradução aproximada temos “deste modo vão as coisas”, que conclui a sua advertência para o limite das coisas.

---

<sup>170</sup> O Africano, nº 5, 13/05/1909. IN: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>171</sup> O Africano, ano V, nº 390, 12/01/1916. IN: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:153).

Em “*Modus vivendi*”<sup>172</sup>, outra narrativa de Albasini, temos a referência da ideia de um acordo<sup>173</sup> mútuo entre partes, que determina os arranjos da vida em comum. Numa tradução aproximada da expressão, temos em português “*Modos de vida*”, que traz a ideia das delimitações e das normas dos modos de convivência entre grupos em disputa do mesmo espaço. Na crônica temos a descrição do “*assombro*” que vive um grupo de personagens que saem da sua região, Sabié, em direção ao John e regressam pelo Caminho de Ferro. A narrativa trata com ironia a “*forma carinhosa*”<sup>174</sup> como estes homens foram tratados, buscando explorar a temática da migração e do trabalho negro, bem como da validade dos modos de vida implantado pelo estado.

Partindo para a leitura de outros títulos, destacamos um conjunto de narrativas que englobam marcas e aspectos narrativos plurais na caracterização das suas personagens e dos múltiplos problemas em que estão envolvidas. Essas narrativas aproximam-se do drama através da descrição das relações e das caracterização das personagens. Temos, portanto, narrativas que apresentam um valor didático, pois transmitem uma representação dos temas e das personagens que vivem aquele tempo histórico. A dimensão narrativa dos títulos torna-se mais evidente em algumas das narrativas devido à sua referência a um potencial mais claro, explícito no título e no interior do texto. Dentro dessa perspectiva, destacamos os títulos das narrativas “*Amor em vinho (Idílio Pagão)*”; “*No que se pensa!... “Chupa que é cana doce”*”; “*O filho da roda*”; “*Coisas de “narros”*” e “*A onda*”.

---

<sup>172</sup> O Africano, ano V, nº 302, 10/03/1915. IN: Idem. p.148.

<sup>173</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Modus\\_vivendi](http://pt.wikipedia.org/wiki/Modus_vivendi)

<sup>174</sup> O Africano, ano V, nº 302, 10/03/1915. IN: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:148).

A crônica “*Amor em vinho (Idílio Pagão)*”<sup>175</sup> evidencia no seu título a abordagem do uso do vinho colonial. No texto, João das Regras discorre, através do uso de uma linguagem oral, sobre uma cena do comércio e do uso do vinho colonial. Enquanto dramatiza sobre os efeitos e os interesses da venda do vinho para negros na transformação e qualificação das personagens, o narrador descreve o que vê e ouve. O título dá-nos a ideia do jogo perigoso de “amar em vinho”, ou seja, de deixar-se levar pela alteração e conforto que o álcool oferece. O título apresenta o recurso do uso dos parênteses para destacar, ao mesmo tempo que informa a marca do vinho, (*Idílio Pagão*), como referência analógica a um tipo de poema grego<sup>176</sup> “*Idílio*” que discorre sobre a poesia do amor puro, campestre. Entretanto, notamos o jogo de palavras e crítica do autor ao relacionar ao significado da palavra “*Pagão*”, fornecendo assim, o duplo sentido para a forma de um “amor pagão” dado pelo uso da bebida, naquela tarde bucólica descrita na narrativa.

Ainda sobre o uso do vinho colonial, a crônica “*No que se pensa!... “Chupa que é cana doce*”<sup>177</sup> apresenta a ideia de uma comunicação cotidiana e oral que revela a capacidade de teatralização do autor<sup>178</sup>, reforçada pelo uso da exclamação e reticência, dando a ideia da voz e mentalidade coletivas, recortadas e atualizadas pela voz e repetição do ditado popular “*Chupa que é cana doce*”, apresentado entre aspas, como representação da fala de um outro. Sobre este aspecto podemos referir a afirmação de Ana Mafalda Leite (2001:101), sobre o mesmo aspecto recorrente na poesia de José Craveirinha, no seu livro:

---

<sup>175</sup> O Africano, ano V, nº 118, 11/06/1913. IN: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:158).

<sup>176</sup> <http://www.dicio.com.br/idilio/>

<sup>177</sup> SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:158).

<sup>178</sup> LEITE, Ana Mafalda (2001:100).

*O autor pretende, assim, pela força inaugural do som, imanar-se com os objetivos reclamados pela enunciação[...] Uma voz conjunta, de revelação, que o poeta que assumir como a voz coletiva, como a voz do povo. Trata-se, portanto, de fazer o povo aceder ao estatuto da fala. A mensagem é, por isso, mais do que o título; ela é verdadeiramente hermenêutica, no sentido etimológico do termo[...].*

Ainda sobre o ditado popular, há o emprego do tom conotativo expresso pelo enquadramento de uma “brincadeira popular”, que dimensiona a aceitação de um fato negativo ou o festejo de uma vitória através do ato de “chupar uma cana doce”, fruto colonial usado na produção do açúcar e do alcool, enebriadores das sensações e do estado de humor.

Em “*O filho da roda*”<sup>179</sup> Albasini critica em tom satírico a ordem das desigualdades sociais dissipadas com o colonialismo no seu país. A crônica enquadra-se no campo da temática do sistema educacional, revelando o drama do futuro e das prováveis possibilidades de uma criança negra após seu nascimento. A designação de *filho da roda* advém à associação a *roda dos enjeitados*<sup>180</sup>, cavidade dos conventos onde as crianças rejeitadas, “*filhos de ninguém*”<sup>181</sup>, eram abandonadas. Única solução vista pelos pais na tentativa de salvar seus filhos da precariedade e do sistema de desigualdades em que viviam. Podemos imaginar, ainda, que a escolha do título desta crônica vem da provável inspiração de Albasini ocasionada pela leitura do conto “*Pai contra Mãe*” de Machado de Assis, publicado na obra *Relíquias de Casa Velha* em 1906, no Rio de Janeiro<sup>182</sup>.

<sup>179</sup> O Africano, ano V, nº 306, 31/03/1915. In: Periódicos consultados e fotocopiados por Zamparoni.

<sup>180</sup> [http://www.infopedia.pt/\\$roda-dos-enjeitados](http://www.infopedia.pt/$roda-dos-enjeitados)

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> [http://pt.wikisource.org/wiki/Pai\\_contra\\_m%C3%A3e](http://pt.wikisource.org/wiki/Pai_contra_m%C3%A3e)



A narrativa “*Coisas de “narros”*”<sup>183</sup> leva-nos, mais uma vez, para a temática do uso do vinho colonial como elemento indutor da prostituição e desvalorização da mulher negra pelos cantineiros e militares portugueses. A narrativa reporta-se à tradução de Chico das Pegas de uma carta escrita por uma mulher. O texto escrito em formas orais, critica o funcionamento das cantinas e denuncia o impedimento das mulheres de ganharem a vida de forma lícita. Temos a justificação da história através da predicação das personagens. A informação determinante de um comportamento “*de narros*”. Assim o título determina e qualifica o comportamento das personagens, traduzindo a coerência do comportamento das suas personagens designadas pelo termo “*narros*”.

Em “*A onda*”<sup>184</sup> João Albasini dramatiza o evento da greve do 1º de maio de trabalhadores com o movimento da onda para representar a densidade do movimento social. O texto escrito demonstra o ritmo da atividade dos grevistas co-relacionando com o fluxo da onda do mar, no seu “*fado eterno*”, mas “*potente e invensível marcha da evolução social*”. A associação dos eventos aqui em comparação tece a expectativa do autor na superação dos acontecimentos, da onda, em plena guerra mundial, no avanço da sociedade, “*das classes trabalhadoras que se juntam, que se organizam, que se consolidam para a luta*” como a onda, única, avança na imensidão do mar.

Assim, finalizamos as nossas considerações sobre os aspectos narrativos encontrados nos títulos das narrativas de João Albasini. Podemos constatar através destes exemplos, neste recorte, a presença de alegorias narrativas, associação com outras histórias, ditados e sabedoria popular, parábolas, poesia, referências bíblicas,

---

<sup>183</sup> O Africano, nº 223, 14/06/1914. In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:162).

<sup>184</sup> O Africano, nº 18, 03/05/1919. In: Idem. p. 172.

uso de linguagem culta e popular. Os títulos das crônicas aparecem como uma forma de dramatização do real, aproximando o leitor às crônicas e denunciando o não cumprimento e as ilegalidades do projeto colonial. Como artifícios, Albasini apoia-se naquilo que ouve e vê, ao mesmo tempo que imprime os seus conhecimentos e bagagem cultural e intelectual. Verificamos a tendência da representação de uma simbologia religiosa, marcada pelo uso do latim, associando a literatura e linguagem popular, compreendida nas aspirações e ditos familiares de tom jocoso e moralistas, buscando a justiça e valorização do homem negro. Neste recorte de cartas argumentativas e pequenas crônicas, vimos a pluralidade representativa dos títulos, estruturados por marcadores retóricos, quase sempre, firmados pela alegoria, associação, ironia e referências linguísticas.

## 2. A QUESTÃO DOS HETERÔNIMOS

Já sabemos que o desenvolvimento da atividade jornalística de João Albasini circula entre as ideias e mensagens políticas publicadas em forma de crônicas e cartas destinadas ao Governador Geral da colônia portuguesa nos jornais *O Africano* e *O Brado Africano*. Podemos, entretanto, adicionar a esta informação a existência de heterônimos<sup>185</sup> em alguns dos textos encontrados em alguns periódicos, aqui já

---

<sup>185</sup> MOISEIS, Massaud (1978:274).

mencionados, assinados por personas literárias criadas por João Albasini, identificáveis como João das Regras e Chico das Pegas.

Os textos assinados pelos heterônimos, personagens fictícias, representam tipos sociais que transitam na cidade colonial e dialogam com aspectos da vida cotidiana. João das Regras representava um velho colono idealista, que sonhava com o progresso civilizatório e denunciava as ilegalidades do colonialismo. Chico das Pegas representa um comerciante de gado, observador dos hábitos das diferentes culturas e da população que habitava em Lourenço Marques<sup>186</sup>, e descreveu os costumes e dificuldades do cotidiano com bastante senso de humor pelo uso da sátira. Chico das Pegas sintetizou o que via nas ruas, ao observar a vida dos nativos e as ilegalidades coloniais em estilo retórico. Nas suas narrativas, contribuiu com as histórias e dados reais do passado de João das Regras, que, por sua vez, manifestou em tom reflexivo as irregularidades abusivas e não cumprimento de ações positivas pela administração da colônia<sup>187</sup>.

Ao relatarem as suas experiências e denúncias, estes heterônimos se utilizaram de uma linguagem distinta, incorporando, em alguns momentos, a língua popular. Provedores dos textos publicados nos jornais, os heterônimos apresentaram um fluxo de consciência, expressando senso crítico e reflexões sobre a realidade colonial, em suas crônicas. Com a leitura dos seus textos, podemos verificar a atualização da rotina colonial, bem como as peculiaridades vividas pelas personagens. Além de englobar a linguagem corrente nas narrativas, os heterônimos abordaram a realidade social ao

---

<sup>186</sup> ZAMPARONI, Valdemir. In: GALVES, Charlotte (Org.) (2009:47).

<sup>187</sup> ZAMPARONI, Valdemir, SOARES, Paulo (1992:136).

transporem personagens do mundo real para suas histórias, classificando-as através da dramatização do real.

Os heterônimos atravessaram a realidade histórica até chegarem à ficcionalidade literária, sem perder de vista a veracidade dos eventos. Ao descreverem os acontecimentos, os autores transferiam os atos e a linguagem reais para a narrativa, através de pontos de vistas diferentes, numa representatividade literária gerada pela recriação de cada heterônimo e das suas peculiaridades caracterológicas estéticas, denunciadas nas entrelinhas.

A leitura das narrativas permite-nos distinguir nos diálogos as vozes, do narrador e das personagens, contornando a construção dos discursos e ações, podendo verificar-se a fluência de vozes que intercala a fala do narrador com a das personagens. A identificação dá-se através do cruzamento de ideias no desenvolvimento do texto.

Foi assim que João Albasini transferiu para seus heterônimos a condição e a responsabilidade para a descrição e a continuidade da sua tarefa de narrar os fatos coloniais em outras perspectivas, transportando em essência, os mesmos valores críticos e literários, sem deixar de produzir seus próprios textos.

A revelação e distinção entre as duas personas literárias criadas por João Albasini dá-se através das assinaturas de cada texto e, sobretudo, através da linguagem utilizada por cada um. Abordaremos uma breve análise sobre as principais características e descrições apontadas pelos heterônimos de Albasini.

Em termos de linguagem, podemos destacar a oralidade como um dos pontos característicos na escrita de Chico das Pegas, sendo identificável pelo uso de um vocabulário popular. As narrativas apresentam traços acústicos da oralidade urbana,

evidentes na recuperação dos diálogos e inserção de vocabulário vulgar na impressão dos textos.

Vejamos os seguintes exemplos lexicais:

*guita; engatado; bardo; judia; massada; gajo; gumana; scamrada; wene; machos; pacúnia; bicudo; guedilha; senhorial gaforina; meditabunda; sebatas; casposa; beberete; chicana; larachas; adejamento; zagaiada; chicaníssimo; paisanas; bote; tanço; vunva; vurra; milandos; mulungo; cócoras; bayete; milandos; papelosa; sópe; mahala; tinembas, etc... (O Africano 27/03/1915; 23/05/1914; 11/03/1916)<sup>188</sup>.*

A linguagem é atualizada pela mediação da narração, das experiências das personagens e dos questionamentos do narrador. Chico das Pegas, ao imitar os diálogos oscila entre o discurso direto e o indireto. Os diálogos aparecem, em alguns momentos, resumidos pela voz do narrador, que sintetiza o ato comunicativo. Podemos verificar essa tendência nos excertos abaixo:

*“Olá, Pedro, amigo: anda de contos tristes – já o bardo da “judia” dizia o propósito:”*  
*Pst... Buiça as mão do wene.*  
*O scamrada, dizia Pedro agonizante... tenha a baixa, caderneta limpa! Tive uma medalha averbada no papel e a placa empenhada na cantina. Ai We! Scamarada. “Eu sou d’Angola, não sou daqui”... – Ora! A pensar morreu o burro.*  
*Ora sebo!...*  
*Viva a pandega... e mais aquilo que sabemos...*  
*“Dizem-se coisas que são mesmo um pasmo”*  
*“vunva que vunva na varriga da vurra”*  
*“Ai rica , garrafa de sópe; é agora o momento”...*  
*“Agora agarra lá essa vaca”... (O Africano 27/03/1915; 23/05/1914; 11/03/1916)<sup>189</sup>.*

<sup>188</sup> SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992: 127-172).

<sup>189</sup> SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992: 145-151).

A imitação dos diálogos, similares ao discurso popular, figura um ponto realista na escrita do narrador, que ao inserir nas histórias contadas as falas e os universos populares reproduz e atualiza as características da linguagem oral, além de estampar a representatividade da língua no seu *stratus* social. Temos portanto, a conversão de elementos reais urbanos, através da narrativa, para o registro literário.

João das Regras, por sua vez, apresenta uma estética mais elaborada, alinhada com os moldes do português europeu, num discurso retórico, com poucas marcas de oralidade em suas denúncias, e utiliza uma linguagem e vocabulário mais rebuscados. Vejamos nos trechos abaixo um exemplo do modelo narrativo adotado pelo narrador ao descrever sua indignação e ponto de vista sobre as discussões em torno das leis de exceção aos Asiáticos:

*Qual dos dois elementos é o mais parasita ? – Parece ser o thema em que se debatem moiros e serracenos...*

*E' d'uma esterilidade esta questão e as provas saltam tanto à vista que nós se tivéssemos idade para conselheiros diríamos as partes que se callassem prondentemente...*

*[...] Talqualmente como um monhé que suas artes e manhas para angariar umas tantas ropias para se safar para India e gozar a fresca sombra dos palmeirae e a fazer abluções rithuaes no divino Ganges.*

*[...] Elles que nos expliquem onde é que a bota aperta (O Africano 03/01/1914)<sup>190</sup>.*

Contudo, as marcas da oralidade também estão presentes nas crônicas escritas pelo heterônimo, sendo intercaladas entre a linguagem coloquial e a língua popular:

*Então, no vão de uma porta, ouvimos alguém vomitar: era o “Muthusalém”, sem um “krioulu” que foi um janota noutros tempos, hoje exemplar refinado pelo “colonial”... Estava, sentado no caixote de tal vinho “Incata! [...]”*

---

<sup>190</sup> Microfilmagens cedidas por ZAMPARONI.

*“Wenes djulam incata? (esposo, macho). As negras recuaram de pudicícia e logo, com as mãos no ar aos berros, uma gritou, ao convite, exteriorizando ausentes indignações: – Arre! Mpegue ya mayi wagu... capaz eniku ku dji bofe-tiara, sabe?”<sup>191</sup>*

*Ele, abrindo os olhos turvos, arracou, fazendo uma careta abominável, esta exclamação: “ Caramba! Tem um cheiro exorbitantíssimo!”*

*Não chegamos a tirar a limpo a que objecto se referia porque o cantineiro deu-lhe logo um pontapé e gritou: “ Suca! seu narro!” (O Africano 11/06/1913)<sup>192</sup>.*

Podemos observar que o texto apresenta uma duplicidade linguística no discurso do narrador, ao intercalar a fala do narrador e das personagens, bem como no uso das expressões pronunciadas. A ocorrência faz-nos pensar na ligação entre o narrador e as personagens, na ideologia e ponto de vista que mantém sobre elas, ao invocar os valores urbanos no seu texto e na assunção dessa representatividade. Assim, a representação simbólica da língua oral revela a legitimidade dos termos tradicionais e culturais, através da sua ocorrência e das suas formas. Para Ana Mafalda Leite (2003:19-20), esse hibridismo linguístico foi uma *“constante significativa no campo da textualidade africana em língua portuguesa”*. Esclarece, ainda:

*[...] campo de intermediação das práticas identitárias nas literaturas africanas de língua portuguesa, tendo em conta essa especificidade de colonização, que favoreceu a indigenização do colono e a aculturação do colonizado, em graus mais ou menos extremados e, sustancialmente, diferentes das outras colonizações, a relação com o corpo linguístico começa por manifestar-se pelas diferentes “falas” com que os escritores africanos se assenhorearam da “língua”.*

Numa das crônicas assinaladas por João das Regras, o narrador assume a qualidade de narrador observador, pois descreve o que acontece como se estivesse

<sup>191</sup> “O cantineiro perguntou: “Vocês querem macho?” Uma delas respondeu: Arre, se diz isto sou capaz de te esbofetar, sabe?” In : ZAMPARONI, Valdemir Donizette (2009:52).

<sup>192</sup> Ibidem, p. 53-54.

presente na cena descrita. Os fatos narrados representam a memória do narrador-personagem, que descreve o fato vivido intercalando ao texto os espaços indígenas, a indignação em relação ao uso do vinho colonial e questionamentos sobre o uso e aprendizagem da língua portuguesa, num sentimento de revolta e desesperança, reunidos ao tom irônico em que foi construído.

Vejamos:

*Era na Malanga, ao cair duma tade de sol e moscas no mês de Abril.  
Às portas, monhés espreitando o almejado “magaíça” agora  
ausente coçavam-se desolados.*

*Folgavam os desgraçados bebedores...*

*Num casebre escuro e malcheiroso, um balcão sebento, alguns  
barris do “tal”, latas de sardinha, bancos escuros, moscas voejando  
e... lixo, muito lixo. Para lá do balcão, um ser cabeludo e barbado  
mexe-se com alguma dificuldade, dando aqui e ali um olhar  
distráido à sordidez das coisas qu lhe garantem a ele bem-  
aventurança, “o bago da massa”!*

*Espero ter podido mostrar, por um lado, o fracasso da empreitada  
colonial no que diz respeito à difusão da língua portuguesa e, por  
outro lado, como alguns colonizados dela se apropriam, dando-lhe  
um uso que certamente não era esperado pelos ao logistas do  
colonialismo e da superioridade racial dos europeus... (O Africano  
11/06/1913)<sup>193</sup>.*

Passando ao estilo literário dos heterônimos de João Albasini, observamos a presença de um jogo irônico, marcante nas narrativas de Chico das Pegas pelo seu estilo mais descontraído, que aparece como uma tentativa de expor os problemas coloniais num tom satírico, depreciando ou questionando sentidos e condições abusivas, em tom humorístico. Através da denúncia, o questionamento político é evidente nas descrições, abarcando as questões sociais. O narrador diz algo, que na verdade, não queria dizer. A compreensão dá-se através da leitura mais atenta por parte do leitor dos jogos de

---

<sup>193</sup> *Idem.* p. 52/55.



palavras envolvidas no texto. Assim, o uso da ironia compreende um recurso questionador por parte do narrador, ao expor as autoridades coloniais. Daí, notamos o mecanismo da zombaria e ridicularização das personagens em foco para enfatizar a intenção do narrador nas alegorias com as personagens. O corpo da narrativa abre espaço para descrições carregadas de sentidos cômicos no momento em que se questiona ou denuncia os abusos do poder colonial.

Portanto, podemos verificar como o recurso e uso da ironia por Chico das Pegas gera o cômico na sua narrativa:

*[...] nós recomendamos sempre, a tal respeito, que o remédio é aguentar e cara alegre...  
 Pois sim mas anda lá – murmurou o Sherlock Holmes fechando com estalico os machos...  
 É sempre um fado isto de a gente ser justiceiro...  
 No consulado apareceu uma formidável guedelha, assaz, casposa que se tornou notada.[...] Ao que vinha o mágico capiloso? Injectar de soro novo o gasto organismo da Província? Insuflar vida nova, saúde, vigôr?  
 Mas o meu herói torna-se agora cada vez mais romântico...  
 “Ai rica garrafa de sópe, é agora o momento”...  
 E agora então que o querem loirinho ou 7\$000 reis – e “canja”.  
 É só vocês não devem faltar às promessas...” (O Africano 27/03/1915; 23/05/1914; 11/03/1916).*

A reconstrução das falas das personagens e dos fatos da história colonial compreende uma mediação representativa histórica e linguística utilizada pelo autor. Com este recurso, o narrador apresenta as situações coloniais, revelando a farsa das imposições, que eram, por vezes, incompreensíveis para os negros indígenas. As conclusões e descrições mostram cenas anormais, enfatizadas pelo uso da ironia e das orações conclusivas que explicam as situações narradas. Assim, a ironia aparece nas revelações e alegorias relacionadas com as personagens e os espaços.

Os textos de João das Regras, por sua vez, apresentam os fatos num tom satírico e questionador, denunciando os sofrimentos vividos no cotidiano colonial através de alegorias e imagens retóricas. O narrador aponta as motivações e revela as intenções dos senhores coloniais. Em suas abordagens, enquadra os abusos e a funcionalidade dos atos administrativos, buscando a indignação do receptor. Podemos vislumbrar, no trecho abaixo, alguns desses pontos marcados pelo narrador, ao protestar e questionar o funcionamento administrativo colonial em torno do recrutamento humano para os serviços governamentais. Vejamos os trechos extraídos da narrativa “*Na terra dos interinos*”:

*Eu não sei como as regras de Moçambique não desatam num desabalado berrero a chorar pela vida dos denominados campeões empenhados nesta gloriosa luta de serem cada um, o primeiro a servir a Moçambique e seu sorriso dos mais lavados[...]*

*E para esses Moçambique pode inutilmente estender os magros braços exauridos por uma formidável praga de funcionalismo civil e militar, braços mortos por toda uma desordenada e criminosa administração pauperrima de ideias, pobre de princípios a mais rica e podre das manhas e de corrupções, de miserias e de accidentes! «Bultões, convosco falo»...*

*Na tarefa de dar a Moçambique o que Moçambique precisa, a inspecção da Fazenda – que vai passar a ter um auditor da alta para ouvir a tropezada que fazem as libras de cavalinho fugindo a quatro ferraduras para estabelecer o equilibrio gigantesco do agiota na praça, nessa furia desordenada, que de resto fica bem a uns patriotas d’uns que ha, a Fazenda apresenta ao Conselho do Governador um projecto pedindo mais 57 empregados para a colmeia.*

*Cidadãos! Conheceis a Fazenda Nacional, o seu complicado sysema de trabalho, o seu grande artesanal de «empata– tudo» o seu enorme exercito? Pois cidadãos, tudo isso é nada. A Fazenda precisa de mais 57 empregados! (O Africano 20/09/1919)<sup>194</sup>.*

---

<sup>194</sup> (Microfilmagens cedidas por Zamparoni).

O trecho refere-se ao abuso e desordem da administração colonial em Moçambique diante da postura dos civis e dos militares, bem como a especificação do investimento financeiro feito na contratação desenfredda de novos funcionários para os órgãos da Fazenda em contraposição à pobreza e miséria em que vivia o país. As declarações informam a sociedade, numa expectativa de levá-los à indignação diante da realidade. O narrador espera gerar não somente a consciencialização do leitor, mas a obtenção de uma atitude reformativa através das suas reflexões.

O narrador apresenta uma síntese de questionamentos em torno da situação administrativa, resgata dados reais e apresenta ao leitor as impressões e irregularidades governamentais:

*Porque a dura, e insofismavel verdade é que no nosso paiz criam-se logares para cervir um certo numero de amigos, de filhos e de afilhados.*

*Assim temos que correndo esta desarvorado náu que é a jangada Moçambique, como outros lhe chamam, de vento em pôpa e sempre de maré, com tripulação sempre nova e fresca, esgotando-se bem os mantimentos de seu paiol, sinal de que não há fastio a bordo e de que a gente da equipa anda, segundo o preceito de Hypocrates, de cabeça fresca, ventre desentupido e pés quentes – o mal é nenhum, tudo deslisa bem e mais equipagem não é precisa. Ou não? (O Africano 20/09/1919)<sup>195</sup>.*

Podemos compreender, a partir da leitura do trecho, as contradições coloniais estabelecidas através da construção das imagens. As alegorias remetem-nos para o tema da colonização e contradições do sistema administrativo, pois temos a imagem de uma nau comparada a uma “*jangada*” como impressões na representatividade; temos a jangada que representa o país, superlotado, esgotando os seus mantimentos, as suas riquezas e capital para os de fora, a “*tripulação nova e fresca*” que chega a todo

---

<sup>195</sup> Idem.

instante. Nas cenas descritas, vemos os contrastes e a realidade, representados pela síntese da descrição e significados conotativos. O narrador segue, questionando e sugerindo:

*Temos que concordar que o nosso vicio perdulario nos leva a cometer abominaveis excessos de mal empregada caridade[...]  
A que propósito o aumento de funcionários fazendarios?  
Cortar é o que pede o grande princípio economico. Cortar aonde não fôr preciso.  
Não pode a cadela com tanto cachorro, é maxima caseira, daquelas que cada um apetece para governo harmonico da sua casa. Porque e para que desejar ao Estado, a nossa riqueza colectiva portanto, maiores e mais inuteis sacrificios?  
Quanto à Fazenda o que se impõe urgente e imprecindivelmente – antes mesmo de se pensar no resto do funcionalismo publico – é só isto. A montagem de um systema pratico, comercial. Feito isso, a Fazenda Nacional poderá funcionar com dois terços dos empregados actuates pagando melhor a esses poucos para produzirem trabalho (O Africano 20/09/1919)<sup>196</sup>.*

Dessa forma, a interpretação das condições e causas da desordem colonial feita através da promoção e repulsa da narrativa do João das Regras. Os temas históricos e sociais são abordados com muita crítica e reflexão, como no trecho abaixo, que sintetiza as tensões e imposições coloniais na província:

*Querem nesta província reprimir de momento a expansão, que é natural; querem impor barreiras; querem conquistar o domínio, que de resto ninguém lhes contesta, com ameaças, commedidas de vexame e de oprobio. Actuam as multidões que podiam reagir, contrariar, emudecem, com as ameaças, os famintos de justiça, que é para então, conseguido o silêncio directo que logo se faz em torno de uma maroteira de marca extra, maroteira preparada e prompta a [...] <sup>197</sup> em execução, surgir impavida, sem que já nenhuma voz se levante e proteste[...] (O Africano 20/09/1919)<sup>198</sup>.*

---

<sup>196</sup> Idem.

<sup>198</sup> Idem.

A denúncia nasce do acúmulo das experiências das personagens e avaliação do autor da narrativa, imprimindo a tradução do ambiente e espaço real. A descrição registra as imagens e sofrimentos que os negros suportaram pela restrição dos espaços e pela fragmentação social estabelecida pelo governo.

Diante dessas descrições, visualizamos o percurso entre a vida real e o texto ficcional, construídos pelos heterônimos de João Albasini, num intuito de problematizar, por diferentes vias, os temas coloniais em abordagens literárias e linguísticas. Os dois heterônimos apresentam nas suas crônicas, aspectos intrínsecos às *personas* que representam, enquanto comerciante e ex-colono português, identificáveis nas entrelinhas das suas narrativas. Ambos trazem o mesmo espaço temporal através de diferentes imagens e expressões pertinentes ao contexto histórico.

Assim, os heterônimos de João Albasini figuraram papéis de *personas* literárias engajadas na denúncia dos abusos coloniais, buscando contribuir, de forma travestizada e irônica pelas mãos do seu criador, com a produção e promoção de textos literários desalienadores para a comunidade local, através de criações e estéticas próprias, voltadas para uma única verdade e compromisso social.

## 2.1 PSEUDÔNIMOS E HETERÔNIMOS

Como vimos, João Albasini registra nas páginas dos seus jornais a presença de heterônimos criados por ele. Nesse processo de criação literária, Albasini utiliza máscaras, na tentativa de capturar outros ângulos da história através dos seus heterônimos. Nesse movimento, utiliza a dramatização para representar outros

indivíduos, afastando-se, enquanto narrador, abordando outras temáticas através da narração feita pelos seus heterônimos e pseudônimos.

Dessa forma, Albasini cria personagens<sup>199</sup> autoras de narrativas, possuidoras de personalidade como pessoas reais. Segundo Zamparoni e Paulo Soares (1992:136), Albasini “*assina com o nome de vários pseudônimos, que se afirmam como personalidades de vários quadrantes políticos e sociais*”, pessoas anônimas que assinam algumas das crônicas publicadas no jornal.

É, portanto, notório nas páginas do jornal *O Africano* a presença de outras composições narrativas assinadas por outros nomes que nos remetem à ideia de uma criação pseudônima de João Albasini dada a semelhança dos seus traços. Para além dos textos pseudônimos, encontramos textos anônimos caracterizados pelas mesmas aspirações e marcas linguísticas utilizadas por Albasini. Nesta perspectiva, Albasini ganha novos horizontes e revela a sua capacidade criadora, modernista para a época, em torno da sua atuação como escritor jornalístico-literário. Albasini cria outros sentidos e abre espaço para outras perspectivas, chamando a atenção do seu público leitor para os textos de outros compositores, que abordam as mesmas temáticas e reivindicações, já abordadas pelo diretor e também redator do Jornal *O Africano*. Vejamos alguns trechos dessas narrativas pseudônimas, como por exemplo, a de uma crônica escrita pelo provável pseudônimo *Júpiter*, intitulada “*Correspondência de Inhambane*”<sup>200</sup>, que transcreve um diálogo entre servidores públicos a criticar a

---

<sup>199</sup> AGUIAR E SILVA, Victor Manuel de (1939:604).

<sup>200</sup> SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:142).

prestação de serviços dos correios e da sua administração, fazendo referência à glória e a nobreza colonial pelo uso de um trecho do Hino nacional português<sup>201</sup>:

*“Olhe, isto é uma pândega; estou a fazer serviço que não me compete e ainda por cima todas as culpas caem para cima de mim quando há qualquer coisa em que me possam pegar. Isto anda tudo à matroca; as cartas nadam por esse mato fora, de administração em administração, sem chegarem às mãos dos donos, e após mil caminhos, se ele tiver a felicidade de as ver ainda, anda com sorte[...]*

*Neste momento, chamaram ao telefone e o amanuense foi atender – foi nessa ocasião transmitido meu telegrama! Estive perto de três horas à espera que ele fosse transmitido!*

*[...] Despedi-me do Sr. Amanuense, agradecendo-lhe interiormente por me ter dado ensejo para uma correspondência. Cá fora, na alameda da administração, o moleque do administrador, cambaleando, tal era a bebedeira, assobiava a “Portuguesa”*

*Herois do mar, nobre povo*

*Nação valente e imortal*

*levantai... etc., etc. (O Africano, nº 172, 17/12/1913)<sup>202</sup>.*

Na narrativa “*Fitas de cinema*”<sup>203</sup>, o autor pseudônimo Virgílio Coimbra narra a cena de uma cobrança do imposto de palhota feita por um “cavaleiro andante”, servidor da administração a um negro, nomeado Jáci, que tenta enfrentá-lo e omitir a existência de palhotas na localidade e que acaba por ser punido pelo cobrador. Em diálogo simples e popular, o narrador passeia pelo espaço rural, revelando a submissão e a estipulação de arrendamento imposto aos povos da região:

*“Jáci”, exclamou, “ eu já escreveu os palhotas deste gente?”*

*“Senhor”, respondeu o negro, “humildemente, isto não são palhotas; ali não vive gente, é só para guardar as machambas”*

*“Lembra-te, Jáci” – regougou colericamente o cavaleiro andante–, “lembra-te que eu sou o relâmpago. Sabes o que é o relâmpago? O relâmpago é isto”: – e , desmontando lesto, pregou uma tareia no preto!*

*“São ou não são palhotas?”*

<sup>201</sup> Idem p. 176.

<sup>202</sup> O Africano, nº 172, 17/12/1913. In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:143-145).

<sup>203</sup> SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir, (1992:146).

“São, senhor, são, senhor...”

“–Então, por que disseste que não eram? – Tinha esquecido, senhor”, gemeu Jáci (*O Africano*, nº 288, 20/01/1915)<sup>204</sup>.

Em “*Taxa de regresso*”<sup>205</sup>, narrativa assinada por T.T., o narrador discorre sobre a leitura da carta de uma personagem, qualificada como uma “correspondente em Germiston”, que transcreve em tons de recordação a moral e as condições dos trabalhos designados aos indígenas que emigram para Ressano Garcia. O texto é escrito em tons de nostalgia e entrelaçado com fios de esperança de uma personagem que sonha em retornar à terra, contudo, vive em contradição, pois o seu regresso é impedido pelos obstáculos e armadilhas criadas pela administração colonial:

*“Assim que me apanhei safo da rascada tinguei-me para a Matola, fugindo ao vinho que o meu administrador chama de o tal e fui fazer Idílio com o Shingangu antigo, cujo munumuzana se achava muito longe. Depois, a feiticeira falou-me em enfeites e arrebigues; e, então..., fiz como os outros: fechei os olhos, voltei o punho fechado para bandas do sul e fui cair de saudades, à espera de ver sair do chão o almejado ouro que me permitia regressar, para comprar arrebigues à dama, dois pães para os pequenos e despejar o resto no saco do imposto de palhota...”*

*[...] “Quero ir ver o rio, os jacarés, ver os shitolos de Catembe, onde o cruel Longa (Pedro Viana) ‘espantou elas’ (a nga badlwaaba), quando afinal pululam na cidade e arredores, nas cantinas, às claras... Quero, sobretudo, atarrachar em paz numa boa...bebedeira à sombra amiga da árvore dos meus avós (nkanyí). Mas quê; agora me dizem que na fronteira o cidadão tem que ser espremido de novo, pagando um dinheirão para entrar em casa” (*O Africano*, nº 353, 04/09/1915).<sup>206</sup>*

Percebemos, então, que as crônicas ganham outros sentidos, enquadrando uma história comum a muitos pela descrição literária. Albasini resume e transporta as

<sup>204</sup> *O Africano*, nº 288, 20/01/1915. In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:146).

<sup>205</sup> SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir, (1992:150).

<sup>206</sup> *O Africano*, nº 353, 04/09/1915. In: Idem, p. 150.



informações através dos seus pseudônimos pelas diferentes vias sociais que estes representam, abrangendo a estrutura e estética dos seus textos. As narrativas dos seus prováveis pseudônimos dialogam com a dimensão literária em diálogos extensos e explicativos, fortificados pelo uso da retórica e ironia. Podemos perceber, para além das denúncias, sinais narrativos relevantes na produção de Albasini, que elege suas personagens dentro dos espaços e do contexto colonial.

Ainda no campo dos textos assinados pelos pseudônimos de Albasini, encontramos, nas páginas dos jornais a narrativa “*Chucha que é cana doce*”<sup>207</sup> assinada por “*um constante leitor*”, que constitui a fala de um leitor que se dirige não só ao público leitor, mas também à direção do jornal, como uma iniciativa do seu autor de contribuir com reflexões acerca das constantes questões coloniais. O texto divide-se em dois, comportando um texto introdutório de Albasini, que faz comentários sobre a questão dos trabalhos destinados aos indígenas e dos extremos que o cercam, como a exploração destes indígenas, o uso do vinho colonial, a cobrança de impostos e a presença dos cantineiros. Na segunda parte do texto, verificamos a apresentação da carta do leitor, que discorre sobre os problemas capitais em torno do comércio local. O texto é irônico e revestido de imagens, e reflexões, e planifica o retrato de uma crise comercial em Lourenço Marques. O autor narra a sua carta como num monólogo, deixando para a consideração da redação do jornal a possibilidade de publicá-la. O texto é intercalado por interferências da voz de Albasini, redator do jornal, que esclarece e transcreve a carta do seu leitor, dramatizando cenas fictícias sobre o que se passa na colônia:

---

<sup>207</sup> SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir, (1992:158).

*Estamos no nosso papel.  
 Queres trabalho?  
 Vai até o Rand.  
 Já cá estás? O que é que tomas?  
 Tens duas mulheres? – Então paga duas palhotas.  
 – Que é que dizes? Para quê?  
 Ó seu malandro – é para o Governo pagar ao exército, à armada, à burocracia. – Poços? Para que que queres tu água? Não tens colonial?  
 [...] Reza, pois, deste efeito, a carta do nosso constante leitor, a quem agradecemos a lembrança de pensar em coisas ingratas!  
 Tomo a liberdade de me dirigir a V., enviando uns pequenos apontamentos sobre o que me parece dever figurar no novo “regulamento da Contribuição Comercial e Industrial”, que o Conselho do Governo vai aprovar.  
 [...] “A praça Lourenço Marques pode-se considerar falida e isto não honra o comércio nem o Governo. É um descrédito para todos”<sup>208</sup>*

Podemos identificar nos trechos atrás mencionados, a densidade das experiências e interações entre os sujeitos dentro do complexo de dependência colonial. Temos personagens funcionários públicos, na sua maioria comerciantes portugueses, em contato com os negros indígenas, que viviam num estado de dominação e inferioridade, sem reconhecimento social. A linguagem utilizada pelo narrador revela a diversidade linguística colonial, marcada pela oralidade e língua local. A condensação linguística reproduz as dificuldades colocadas pelos colonos, a parede racista que os separa dos colonizados e a ineficácia na aprendizagem da língua do colonizador. Dessa forma, o autor oscila entre o português europeu e o português moçambicano, fazendo interferências ou transpondo elementos da língua materna, ronga, na tentativa de expressar os sentimentos das suas personagens e criticar a atitude do governo. É notória, ainda, a referência da mentalidade colonialista no que toca ao aspecto característico da maneira como o europeu se relaciona com o negro, inferior a

---

<sup>208</sup> In: Idem. p. 159.

ele, colocado em espaços diferentes e afastados do centro e dos colonos. As personagens aparecem submissas às ordens coloniais, vivendo num campo frágil, servindo de objeto para os interesses administrativos. As descrições enquadram a diversidade e dificuldade de adaptação dos negros perante a imposição de um novo sistema, que se traduz na substituição dos seus costumes por novas atividades, novas leis comportamentais, e na segregação imposta entre colono e colonizado.

Sobre esse mecanismo de imposições racistas, citamos Fanon (1975:124) que nos explica:

*Os pretos, de um dia para o outro, tiveram dois sistemas de referência em relação aos quais lhes foi necessário situarem-se. A sua metafísica, ou menos pretenciosamente, os seus costumes e as instâncias para que eles reenviavam, eram abolidos porque se encontravam em contradição com uma civilização que eles ignoravam e se lhe impunha.*

Textos anônimos também são publicados, e apresentam as mesmas temáticas e abordagens dos outros heterônimos e de João Albasini. Escritos na primeira pessoa ou na terceira pessoa do plural, os textos ressoam a voz de Albasini ao transcrever as reclamações e traduções de cartas escritas em ronga pelos seus leitores. Muitos dos textos constituem publicações de cartas destinadas ao Governador Geral Álvaro de Castro<sup>209</sup>, redigidas em português padrão. As cartas são enviadas ao jornal por personagens que usam a língua ronga nos seus textos:

*No número passado, prometemos dar a V. Exa. um papel, ingênua petição que dois mil e tantos narros assinaram e que foi entregue à Secretaria dos Negócios Indígenas.*

*Agora pedimos a V. Exa. que medite e em consciência nos diga se não merecem um bocado de atenção aqueles que pedem para eles apenas o direito de viver (O Africano, nº 392, 19/01/1915)<sup>210</sup>.*

<sup>209</sup> SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:177).

<sup>210</sup> (O Africano, nº 392, 19/01/1915) In: Idem, p. 164.

*Lutamos contra o “colonial” anos seguidos e conseguimos vê-lo subir de preço, diminuir o consumo. Mas outro inimigo surge, bem “mais pioro” (O Africano, nº 439, 01/07/1916)<sup>211</sup>.*

*Somos os primeiros a concordar que se devem reprimir os abusos, mas que a faculdade de cada um fazer a sua bebida em casa, para seu uso, deve ser sagrada.*

*[...] Que diriam amanhã em Portugal se alguém se lembrasse, para servir amigos, de proibir que cada um fizesse da sua colheita vinho e o bebesse em casa com os seus?*

*Levantar-se-iam as pedras das calçadas.*

*Pois o caso é idêntico. A paciência tem limites e começa-se a ver que as violências vão aborrecendo (O Africano, nº 690, 27/11/1918)<sup>212</sup>.*

Os fatos narrados pelos seus heterônimos assumem outras esferas literárias, já que estas retratam outras experiências vividas ou descritas pelos narradores. Assim, o recurso heteronímico utilizado por Albasini possibilita ao leitor outras leituras sobre as temáticas, pois apresenta-nos uma outra linha literária, reveladora da expansão das suas publicações como escritor.

Esse processo de dramatização por outros indivíduos, ou pelos seus heterônimos, constitui uma dramatização do autor levando a uma inovação nos seus textos literários. Dessa forma, o autor tende a criar um mundo fictício pela mão do ortônimo, como explica Perrone-Moisés (1982:24), sujeito criador, em seus textos. Assim como fez Fernando Pessoa ao criar três heterônimos, hoje consagrados, Alberto Caeiro, “mestre zen”<sup>213</sup>, Ricardo Reis e Álvaro de Campos, João Albasini também praticou a atividade heteronímica nos seus textos. Sendo curioso que Albasini, diferente do poeta português, não tinha conhecimentos precisos sobre a natureza deste mundo heteronímico a que Pessoa teve acesso durante seus estudos. Albasini, ao contrário,

<sup>211</sup> (O Africano, nº 439, 01/07/1916). In: Idem, p. 167.

<sup>212</sup> (O Africano, nº 690, 27/11/1918). In: Idem, p. 168.

<sup>213</sup> PERRONE-MOISÉS, Leyla (1982 :24).

teve conhecimento e interesse pelo mundo literário através de um estudo espontâneo e pelo contato que teve com um missionário, durante seus estudos<sup>214</sup>. Importa ressaltar que Albasini publicou os seus textos em Lourenço Marques, antes mesmo de Pessoa criar ou publicar textos dos seus heterônimos.

Estudando a heteronímia como processo de criação e personificação de outras entidades, encontramos a seguinte explicação dada ao estudo deste aspecto ativado por Pessoa na Europa, conforme Perrone-Moisés (1982:27):

*Em Pessoa, o Um se multiplica antes mesmo de se constituir como ser particular, num momento em que ele ainda é indeterminação pura e puro vazio, difuso no ser geral. A negação pessoana é, de certa forma, uma negação precoce (se continuarmos a nos referir ao sistema hegeliano). Essa negação resulta não da determinação do Ser (que seria o Um do Ser-para-si) mas na determinação do não-Ser (que é o vazio, como o que ainda não é): por outras palavras, na indeterminação. Efetuando-se antes da definição particular, a multiplicação não é a do Um, mas do outro.*

Contextualizando esta perspectiva com o estudo desta aparição heteronímica nos textos de Albasini, podemos afirmar que a multiplicação do autor dá-se através do seu desdobramento em direção aos seus heterônimos, o “Um”, como em Fernando Pessoa. Dessa forma, tanto Albasini como Pessoa mantêm o uso da máscara para a dramatização do sujeito criador ao compartilhar múltiplas representações e ideias entre o “um” e o “outro”.

Sendo assim, a diferença de motivações e intervenções que encontramos no texto não é casual, mas objetiva e intencional. O autor põe-se no lugar do outro, e o

---

<sup>214</sup> O Africano, nº 232 (15/07/1914) IN: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:134).

outro em seu lugar, circulando e socializando as máscaras e posições. Ao compor seus textos, o ortônimo nega-se e imita o outro, atribuindo ao seu heterônimo direções ideológicas, atributos linguísticos e condição humana. Albasini representa e interpreta, pela voz e pela imagem dos seus heterônimos, o mundo real que o cerca através desses atores representantes dos tipos coloniais.

Vejamos, a seguir, trechos representativos de crônicas de João das Regras e Chico das Pegas:

*É certo que cometemos herocidades, nem o facto de se ter estado numa barricada era então título de recompensa ou glória, como sucedeu subsequenteemente: mas, também estamos limpos de manchas de sangue... graças a Deus.*

*Lembrando a data em que o esforço, a boa vontade, a dedicação de meia dúzia de elementos conseguiram manter íntegra a dignidade nacional, prestamos uma justa homenagem aos homens de então e às vítimas do dever, que não foram poucas (O Africano, ano V, 26/12/1915).<sup>215</sup>*

*V. sabe que os mulungos, quando andam na cobrança do imposto de palhota, nos obrigam a pagar por qualquer palhota, ainda que não esteja coberta (completa), a taxa devida?*

*Se fosse com um preto como eu, já há muito teriam se lembrado de mim e obrigavam-me a concluir ou a pagar como se concluía estivesse já.*

*Ai! Muito custa a gente nascer preto!(O Africano,nº 335, 03/07/1915).<sup>216</sup>*

Na força temática dos textos de seus heterônimos reina a recuperação das histórias e dos fatos coloniais que decorrem no cotidiano, numa perpetuação da ideologia e interesse anti-colonialista de Albasini, tratado por outras representações suas. Cada heterônimo discorre de diferentes formas sobre o contexto e os meios

<sup>215</sup> O Africano, ano V (23/10/1915) In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:143).

<sup>216</sup> (O Africano, nº 335, 03/07/1915). In: Idem, p. 145.

sociais, apresentando-nos as personagens de acordo com a posição que representam nos meios em que vivem.

É assim que encontramos nos textos dos heterônimos de João Albasini uma tentativa de imitação do real, através da representação e transposição destes fatos para o seu mundo literário. Encontramos, ainda, algumas divergências e características particulares de cada heterônimo, que constrói as suas narrativas por um prisma pessoal, interior ao ser que a representa, registrando as suas experiências e emoções. Albasini entra na mente do “outro”, e capta o movimento daqueles indivíduos e das suas interações com o ambiente e com os outros indivíduos. Dessa forma, Albasini cria personagens e desenvolve as narrativas através da mimese do mundo real, produzindo, assim, uma dramatização e ficção literárias. Essa interpretação dá-se pela absorção e representação do real:

*A ficção é um trabalho que conduz do imaginário imóvel ao processo simbólico. No imaginário, o sujeito está às voltas com o “pequeno outro” (o “objeto a”) fantasmático; pela ficção, o sujeito já está buscando o “grande outro” (“A”) do simbólico. A ficção desvenda o discurso do imaginário, dispersa os fantasmas e leva ao plano simbólico onde o real se diz.<sup>217</sup>*

Através desta experiência retirada do real, podemos verificar como se afirma discursivamente a credibilidade da experiência cotidiana pela voz dos narradores de João Albasini, que através deste disfarce narrativo e imaginativo converte estas situações em dimensões simbólicas e literárias pela voz de outros, disfarçados de personagens literárias.

---

<sup>217</sup> Idem, p. 87.

## 2.2 A HETERONÍMIA COMO DRAMATIZAÇÃO DO SUJEITO COLONIAL

Enquanto autor, João Albasini cria duas entidades que representam os sujeitos e os tipos coloniais que usa para criticar, utilizando a heteronímia como elemento constitutivo da reflexão literária, somente possível por um criador em literatura.

No processo de construção dos seus heterônimos, Albasini estabelece uma ponte de ligação entre o mundo real e o narrativo através da dramatização dos fatos narrados, descritos pelos relatos e interação das personagens. Essa interação dá-se no campo narrativo e espelha as relações sociais vividas pelas suas personagens. Conforme Aguiar e Silva (1939:604), o narrador-comentador, pois assim atuam seus heterônimos, descreve através do recorte e da condensação das cenas, pela imitação do real, o resgate da memória e da dramaticidade dos diálogos que representam réplicas do contexto histórico e do cotidiano, através da fala das personagens, do cenário e das sequências dos eventos.

Sobre este aspecto, Aguiar e Silva (1939:604), esclarece:

*[...] as personagens, que pronunciam “realmente” as réplicas, que realizam actos linguísticos com os quais se constrói e se comunica o essencial da fábula agenda do texto dramático, e que são parte caracterizadas e descritas, mas suas modalidades de ser, de estar, e de agir pelo “texto secundário”; e o cenário, construído, imaginariamente, descrito e evocado pelo “texto secundário”, mas também indissoluvelmente ligado, quer sob uma perspectiva de verosimilhança realista, quer sob uma perspectiva de simbolismo desrealizante, ao “texto principal” e à acção constituída e comunicada pelos actos linguísticos deste texto.*

Sendo assim, a estrutura do texto em relação aos elementos figurativos do corpo e sequência das narrativas determinam a dramaticidade da história e a totalidade fictícia dessas narrativas pelos indicadores temporais, efeitos narrativos pela narração em



primeira ou terceira pessoa, como podemos ler em João das Regras e Chico das Pegas, respectivamente:

*Fez na sexta-feira 21 anos que era domingo... por muito extraordinário que pareça, pois catorze d'Outubro era sexta-feira! [...] Tudo quanto reminiscências antigas nos dizem é que era domingo e havíamos ido tomar banho à encosta do Machaquene – onde mais tarde se instalou a primeira máquina da Companhia das águas – com a respectiva Kropatchek, cartucheira, e outros matadores e ...18 anos.*

*[...] Um episódio nos lembra [o] que as fúrias do populacho – não sempre o mesmo – deixou [de] explicar então, m as que convém esclarecer agora, muito embora isto já não aproveite a ninguém (O Africano, ano V, 26/12/1915).<sup>218</sup>*

*E o homem da promessa aos pretos lá no Xai-Xai arregalando cada vez mais os enormes olhos enfiado: “Mas quem me mandou ser tanso?...”*

*[...] Os pretos ainda lá estão de cócoras à porta do “mulungo” da Estação Experimental, no Xai-Xai, à espera de cumprir, pela primeira vez, uma promessa sem meter “milanos”.*

*[...] Mas pelo fertilíssimo do Limpopo ecoa de “mahala” a vozearia dos narros dando “bayetes”; o rio corre tranquilo...*

*[...] E é o caso para dizer ao bem-intencionado que se comprometeu com os pretos: “agora agarra lá essa vaca...” (O Africano, nº 407, 11/03/1915).<sup>219</sup>*

Entre um texto e outro podemos notar a diferença vocabular e a referência da participação do autor na história contada ao referir-se a si próprio no texto. No primeiro trecho da narrativa de João das Regras, notamos a aparência do narrador como um tipo humano que narra a sua história e a das suas personagens fictícias. No segundo excerto, de Chico das Pegas, encontramos um narrador disfarçado, pois descreve a cena na terceira pessoa pelo mecanismo do “olho-câmera”, atualiza os diálogos pela

<sup>218</sup> O Africano, ano V (23/10/1915) In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:141).

<sup>219</sup> (O Africano, nº 407, 11/03/1915). In: Idem, p. 147.

experiência da observação dos fatos contados ou vividos pelas suas personagens, estando mais afastado da história contada, distanciando-se emocionalmente do texto<sup>220</sup>.

Os comentários do autor-narrador acompanham a dramaticidade do texto, que compreende a presença de um “*texto principal*” que seria o texto dramático, e um “*texto secundário*”, que seria o texto literário, conforme Aguiar e Silva (1939:613), designado pela comunicação, fala das personagens e traços literários de cada heterônimo. Podemos ler as interpretações do narrador em relação aos fatos e a sua posição quanto às temáticas abordadas.

Nesse sentido, o eu-narrativo afirma-se e apresenta-nos a realidade com clareza e dramaticidade, ao focar-se a si mesmo dentro do texto, informando sobre as causas, desvendando as minúcias e juízos dos fatos pelo viés literário. Albasini incorpora nos seus textos marcas linguísticas e temáticas recorrentes que traduzem os interesses e as complexidades dos seus heterônimos em torno de sua criação narrativa. Cada um adota um ponto de vista e atribui uma fundamentação aos temas abordados. Assim, o criador reproduz-se através destas personalidades, demonstrando um amplo conhecimento sobre a realidade contextual, revelando-se através do mascaramento da heteronímia no seu processo criativo e na reversão do real em fictício. Leiamos um trecho de João das Regras ao homenagear as vítimas dos abusos coloniais através da história da personagem Herzog e de um criado seu, revoltado com as convenções coloniais, embriagados pelo vinho colonial em busca de justiça e do inimigo:

*Herzog levava consigo um preto vestido de guerreiro cafre, zagaia etc. [...] Todos o viram sair, aos pulos, entoado cânticos guerreiros atrás dos patrões, que trocavam, pântano afora, diretos ao Quartel do Maé.*

---

<sup>220</sup> BOOTH, Wayne C, (1980:172).

*[...] Levado pela sede de sangue, vendo a nuvem das margens de landins que a metralha varria a um quilômetro, sentiu ímpetos de saltar a vedação e correr de zagaia alta no intuito de a cravar no peito inimigo.*

*Depois, à falta de inimigo em quem cavar a sua fúria belicosa, por lá se entreteve em arrombar as cantinas abandonadas e a bebericar aguardente de Hamburgo – e vinho Santo Antônio Colonial [...]*

*Depois... naturalmente cambaleando, foi andando a mercê do álcool, até que foi preso como espião... espancado, encarcerado e altas horas da noite levado para o bordo da Rainha de Portugal<sup>221</sup>, onde as más línguas diziam que fundearam ele arreado pel pescoço... Brr! O Africano, ano V, 26/12/1915)<sup>222</sup>*

Podemos, portanto, afirmar a fidedignidade das narrativas dos heterônimos através dos comentários e pela dramatização efetiva das ações. Albasini serve-se da história para contar ou recordar fatos corriqueiros, referindo datas, nomes e personalidades reais, temas e acontecimentos coloniais, transformando-os em ficção à medida que dá vida às suas personagens, apresentando as suas falas, e atuações dentro dos temas relatados pela voz do heterônimo. Podemos dizer que há uma relação direta entre Albasini e seus heterônimos dada a semelhança do estilo narrativo e atitude em prol das mesmas causas. Temos, portanto, a intenção retórica do autor ao instruir o narrador como “porta-voz”<sup>223</sup>, dramatizado e “consciente de si próprio”<sup>224</sup> e da história.

O autor descreve os atos vividos pelas personagens e através da representação narrativa revelada pela mentalidade do outro<sup>225</sup>. A interpretação da realidade colonial

<sup>221</sup> “Nome de um barco que seencontrava na guarnição de Lourenço Marques”. In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:176).

<sup>222</sup> O Africano, ano V (23/10/1915) IN: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:142).

<sup>223</sup> BOOTH, Wayne C (1980 :251).

<sup>224</sup> Idem. p. 251.

<sup>225</sup> PERRONE-MOISÉS, Leyla (1982:67).

abrange a vivência, a linguagem e as ideias das suas personagens, sintetizadas pela mentalidade dessas personagens e referência dos tipos sociais marcadas nos textos.

Nesta tarefa, a narratividade e dramatização do real abstraem fatos e passagens de um tempo representativo do mundo real através das projeções e observações feitas pelo narrador. Para além dessas pluralidades substantivas do texto dramatizado, compreendemos o efeito dado à “performance” dos diálogos, sobretudo nas referências orais, e nas descrições linguísticas do texto. Citemos Aguiar e Silva (1939:611):

*No texto dramático, os elementos narrativos e descritivos, dotados de uma funcionalidade estritamente tópica e subsidiária, apenas podem ocorrer integrados nesta estrutura dialógica, nesta interação verbal dominada pelo discurso performativo, isto é, o discurso com que as personagens, as instâncias enunciantes, “fazem coisas com palavras”. Com efeito, as réplicas do texto dramático contêm um índice particularmente elevado de actos ilocutivos e de actos perlocutivos, originando este fenómeno intratextual relevantes a projeções extratextuais[...]*

Partindo desta concepção, notamos que a representação e a comunicação estabelecida pelos heterônimos, Chico das Pegas e João das Regras, dramatizam os atos, ampliando a pluralidade dos textos e dos temas coloniais. João Albasini oferece a mesma ambição e intencionalidade política aos seus heterônimos, ao dramatizar o contexto colonial vivido em Moçambique. Respeitando, porém, a originalidade e o estilo de cada heterônimo, como explica Seabra (1982:38):

*Esta metamorfose opera-se de heterônimo a heterônimo (e também, por vezes, dentro do mesmo heterônimo) num movimento dramático que vai se tecendo em torno dos elementos germinais[...]. A originalidade de cada heterônimo, a especificidade da sua linguagem, reside na integração e ordenação destes elementos numa estrutura coerente, quer ao nível dos significantes quer dos significados[...]*

Quanto à intencionalidade e aos princípios utilizados pelo criador, chamamos a atenção para o uso da ironia e crítica utilizadas pelo narrador, nestes textos, ao empregar juízos sobre as personagens, dificultando a impessoalidade do autor. Esse fato oferece uma ampliação dos discursos ao emprestar valores pessoais de Albasini aos seus heterônimos e ao imprimir conselhos ou críticas ao fato narrado. A crítica aparece reforçada pela indignação revestida de figurações sarcásticas e retóricas, desenhadas pela moralidade do autor. É clara a intenção moral nos textos de Albasini, heteronímicos ou não. A sua capacidade linguística e habilidade literária aparecem conectadas com as questões moralizantes nos textos que escreve e nas experiências narradas pelos seus personagens. A tensão e indignação aparecem sob a forma de enfrentamento, como contestação face ao governo e ao colonialismo descritos em tons de sarcasmo, relativizando juízos e moralidade no corpo do texto e nos títulos das crônicas.

Vejamos algumas passagens:

*É sempre um fado isto de a gente ser justiceiro...(O Africano, ano V, nº 307, 27/03/1915).<sup>226</sup>*

*E agora então que o que querem loirinho ou 7\$000 réis – É “canja”... E que só vocês não devem faltar às promessas...(O Africano, nº 407, 11/03/1915).<sup>227</sup>*

*“Esta é a Ditosa Pátria minha amada...”*

*E a tarde resplandecente, cada vez mais linda, ia tomando uns tons de encantar em que as próprias cantinas eram envolvidas num banho de luz suave, como que os tentáculos da Natureza abrangendo homens e coisas no mesmo amplexo, chamando para eles o perdão do Deus criador... (O Africano, nº 118, 11/06/1913).<sup>228</sup>*

*E aqui está como se emporcalha a reputação de uma câmara que, na melhor das intenções, julgando tratar da higiene, vai fomentar a imoralidade.*

<sup>226</sup> O Africano, ano V, nº 307, 27/03/1915. IN: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:151).

<sup>227</sup> (O Africano, nº 407, 11/03/1915). In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:148).

<sup>228</sup> (O Africano, nº 118, 11/06/1913) In: Idem (1992:159).

*O maior flagelo que podia ter caído.  
É que realmente nem de propósito! Arre! (O Africano, nº 392,  
19/01/1915).<sup>229</sup>*

Nesse sistema de representação e criação de entidades reais, João Albasini revela o seu poder criativo e literário, atuando como gerador supremo, operando sobre o interesse do público leitor através da voz e argumentações de “um outro”, real em seus textos. Para além destas fundamentações, há a tomada de consciência política e produção literária persuasiva, que operam como pontos determinantes na consagração dos textos.

Esteticamente, a dramatização heteronímica cristaliza a imagem do outro e das suas marcas literárias, referenciando uma linguagem simbólica, alinhada por alegorias linguísticas e vocabulário próprio.

Como se verifica, João Albasini opera como um verdadeiro escritor, detentor de uma visão futurista, moderna e literária. Albasini multiplica-se ao questionar a administração colonial, e apresenta as suas ideias através da comunicação e de um registro jornalístico e literário. Seus textos são confeccionados numa amplitude de sensações e representações do real pelos tipos humanos que cria, e pelo seu idealismo político. Albasini veste-se de artista para combater ativamente contra a opressão colonial, motivado pelo espírito revolucionário e pela criação artística como forma de reversão da situação vigente, como explica Perrone-Moisés (1982:57), sobre este mesmo aspecto em Pessoa:

*Dessa frustração do artista, que se sente desqualificado para a ação,  
por uma sociedade cujas ações ele considera estúpidas, nascem  
certas idéias de revanche. O artista se põe então a imaginar uma*

---

<sup>229</sup> (O Africano, nº 392, 19/01/1915) IN: Idem, p. 164.

*organização social onde ele tivesse poder; e, para tanto, assume a defesa do autoritarismo e até mesmo da ditadura, exalta as guerras arrasadoras, que imagina regeneradoras.*

### III A CRÔNICA NARRATIVA COMO REGISTRO HISTÓRICO

As crônicas de João Albasini constituíram um instrumento poderoso na restituição histórica do país. Elementar na exposição do discurso e mentalidade colonial, as crônicas exploram as ambivalências e posições administrativas, numa operação de resistência aos equívocos e repressões instaladas no país. A produção de João Albasini apresenta-nos o exercício do poder colonial, em suas diversas articulações.

Esse exercício é feito com base em códigos e temáticas perturbadoras para a sociedade local, conforme é evidenciado pelos jornais do Grêmio Africano. Os textos e críticas denunciam as articulações e arbitrariedades coloniais, pontificando argumentos e modos de marginalização direcionados à população.

Tais questões foram recuperadas e amplamente estudadas por Valdemir Zamparoni, na sua tese de doutoramento intitulada “*Entre Narros & Mulungos, Colonialismo e Paisagem Social em Lourenço Marques c. 1890- c. 1940*”, apresentada à Universidade de São Paulo, em 1998, que trata os aspectos históricos da colonização, em Moçambique, baseando-se em estudos de campo, leitura dos periódicos coloniais e pesquisas teóricas sobre as abordagens colonialistas. Tomaremos alguns dos dados e reflexões apresentadas por Zamparoni a fim de compreender as intenções jornalístico-literárias de João Albasini. Na apresentação das temáticas históricas referentes à

colonização em Moçambique, vamos intercalar a esse tabalho algumas das narrativas do jornalista e cronista.

## 1. TEMAS

A leitura dos jornais *O Africano* permite-nos entrar num círculo temático representativo a cerca da colonização em Moçambique. As narrativas de João Albasini engendram significados dos princípios e dos significados de ordem colonial. Em nosso estudo, destacamos quatros importantes temas, devido à ocorrência e progressão nas crônicas. Nessa eleição, trataremos das figurações e sentidos dados, por Albasini, aos temas recorrentes a dominação colonial. Destacamos em nossa mostragem a ocorrência das seguintes temáticas: *Os tipos dos trabalhos*; *O vinho colonial*; *Imposto de palhota e Educação*.

A ocorrência dos temas sobre *Os tipos dos trabalhos* destinados aos negros, recorta a dimensão do domínio e características da exploração na distribuição dos trabalho à população masculina, feminina e infantil. Destacaremos a implicação dos tipos de trabalho destinados aos negros, explicando algumas das condições aparentes nas narrativas. A distribuição das atividades era organizada através da fragmentação da sociedade, pela origem étnica e pelo nível social. Ficavam para os africanos as atividades braçais desempenhadas no campo ou cidade, designadas pelos códigos dos



trabalhos obrigatórios ou *Chibalo*– trabalho prisional, mal pagos, infantil – e “voluntários”<sup>230</sup>.

A temática refetente ao uso do *Vinho colonial* aborda os códigos de interesse da administração,

. O tema aparece em diversos textos do jornal *O Africano* e nas crônicas de Albasini. O vinho toma espaço na província em supressão às bebidas nacionais, despertando o interesse dos fabricantes e comerciantes<sup>231</sup>.

As descrições sobre a temática do *Imposto de palhota* denunciam a prática da cobrança de impostos cobrados aos nativos. A cobrança conferiu um dos importantes meios lucrativos da administração colonial, tornando-se uma das “principais fontes de arrecadação”<sup>232</sup> fiscal do país.

Por último, o tema da *Educação* afetou o campo do desenvolvimento da população em meio a colonização. As limitações de acesso a educação e do ensino do português implantados pelo governo colonial promoveu vários problemas na comunidade, que viu-se limitada, oprimida pelas políticas de excessão, filtrada pelo caráter de gênero, nível social e pelos códigos da assimilação.

Estas representações são algumas das grandes temáticas utilizadas por Albasini na sua atividade jornalística e literária, na tentativa de questionar e denunciar as injustiças coloniais em seu país. Nas páginas dos jornais, podemos encontrar outras referências temáticas, que não serão exploradas neste capítulo, por questões

---

<sup>230</sup> Ver: tabela “*Profissões desempenhadas por Africanos*”. IN: ZAMPARONI, Valdemir Donizette, (1998:192). Tese de doutoramento. Tabela: “*Profissões segundo raças – Lourenço Marques – 1912*”. IN: Idem, p. 194.

<sup>231</sup> Idem, p. 334. Ver tabela: “*Vinho importado pata L. Marques, 1897-1814*”. In: Idem, p. 340.

<sup>232</sup> Ver: Tabela de “*Receita de Moçambique em réis*”. In: Idem, p. 47.

metodológicas. A fim de não desprezar a importância e existência das outras temáticas, listamos, abaixo, os temas e subtemas trabalhados por Albasini.

Aparecem, portanto, a temática da *Colonização* – regulamentações e códigos administrativos, leis de conduta e castigos; *Domínio da terra* – expropriação das terras, estratificação social, espaço do colono e do colonizado, relação homem branco e mulher negra; *Assimilação*; *Racismo*; *Migração*; *Greves*; *Eleições* e *Chapa*.

## 1.1 O DOMÍNIO DO TRABALHO NEGRO

É sabido, no curso da história, que os governos coloniais se desenvolvem através do domínio territorial, cultural e econômico, tendo como interesse o controle político e financeiro para a metrópole colonial. Em Moçambique, não foi diferente, o percurso colonial foi dirigido pela dinastia portuguesa, que legitimou a cultura e interesses dos colonos em detrimento do colonizado, bem como a subversão dos trabalhos e economia do país em favorecimento do governo em vigor.

Nesse processo, o trabalho negro revelou-se uma tendência na marca da exploração humana, em favorecimento dos ditos “mais fortes”, os civilizados. O andar da economia densenrolou-se através da utilização do homem negro como objeto instrumental, crucial ao desenvolvimento dos trabalhos e expansão das colônias no meio urbano e rural. Quanto ao pagamento, era destinado àqueles homens uma remuneração mínima, quando paga, que se resumia em migalhas se comparado com a grande carga de trabalho braçal realizado pelos trabalhadores.

O panorama colonial em Moçambique dissipou um movimento capitalista em torno da economia e força de trabalho, em níveis escravocratas. Os regulamentos, leis

governamentais e subordinações<sup>233</sup> vindos de Lisboa estipulavam as considerações e restrições dos cargos direcionados à cada cidadão. Para além das restrições profissionais, foram estabelecidos códigos de valores, que estabeleciam as punições no caso de vandalismo, de pequenos furtos, de vadiagem, de bebedeira, considerados “infrações” às leis ao modelo da civilização europeia que se desejava instalar no país:

*Como coisa mais urgente direi a V. Ex<sup>a</sup>.que tenho queixas de uma horda vil de malfeitores que são os presos das circunscrições de Inhambene.*

*São presos por delictos mais ou menos legais, mais ou menos justificáveis ? Não discuto: são leis. Mas Ex.mo Sr., estes presos que são acorrentados e obrigados a trabalhos violentos, debaixo das ordens de brancos mais objectos do que elles pretos, não se queixam do martyrio, das pancadas injustificadas e do trabalho gratuito (contra a determinação de V. Ex<sup>a</sup>) (O Africano 24/04/1909).*

*Um dos auxiliares tinha na mão uma palmatória; e cada vez que a besta pousava a pata dava-lhe com ella na barriga da perna! Repetiu-se aquillo do filho que chora porque a mãe bate e a mãe que bate porque o filho chora.*

Como não tinham acesso à educação, e poucos eram os que obtinham a assimilação, a imposição e distribuição dos trabalhos deu-se em condições de sujeição, num esquema escravocrata, através do trabalho forçado. Os gêneros dos trabalhos negros passavam pelo viés da imposição militar<sup>234</sup> e sujeição do indivíduo, na expansão do trabalho negro, canalizados em expansão monetária para a capital através dos impostos de *palhota*, venda do *vinho colonial*, desvalorização dos salários através do *chibalo* ou supressão destes pela imposição do trabalho voluntário<sup>235</sup>. Assim, a distribuição humana para os trabalhos vindas do sul de Moçambique<sup>236</sup> para os trabalhos necessários, distribuía-se entre as minas do Transval e as da Rodésia.

---

<sup>233</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998: 28-29).

<sup>234</sup> Idem, p. 38.

<sup>235</sup> Idem, p. 41.

<sup>236</sup> Idem, p. 87.

Nas crônicas, João Albasini apresenta-nos os domínios de poder e as atribuições voltadas ao homem negro durante o colonialismo. Na temática dos tipos e regulamentações do trabalho, revela o mecanismo do trabalho prisional e/ou correcional instituídos pelas atribuições de infrações, como embriaguez, desordem e falta de respeito às autoridades civis. Zamparoni explica esta situação, relatando que a *“desobediência às autoridades e infrações dos regulamentos policiais, recebendo os sentenciados unicamete 60 réis diários a título de alimentação; tal encargo, porém, acabava por recair sobre a família do preso, que se via na obrigação de alimentá-lo, mesmo que morasse longe”*<sup>237</sup>. Podemos verificar esse fato nas cartas e crônicas publicadas por Albasini, ao descrever os mecanismos utilizados na execução dos trabalhos punitivos, o sofrimento que viviam os aprisionados e a exposição, pela qual passava a família daqueles trabalhadores:

*V. Ex<sup>a</sup> que conhece muito bem África, sabe que em questões de comida o indígena não é mesquinho: que vae de bôa vontade uma caravana de gente, de Quissico a Inhambane com 2 kilos de milho cosido para o sustento de um vago parente preso a 150 kilometros de distancia...*

*Não é justo, não é de christão «castigar os que erram» e não «dar de comer aos que tem fome!».*

*Eu, Ex.<sup>mo</sup> Sr. nunca tinha pensado que em paiz que se presume de civilizado, alguém ousasse negar comida a um preso! Pão e páu foi sempre o que ouvi dizer em casa do meu avô que tinha escravos... Trabalho gratis e fome, Ex.<sup>a</sup> confesso que é a primeira vez que ouço, depois que ha tanto humanitarismo e tanta religião (O Africano 24/04/1909).*

---

<sup>237</sup> “Organização Administrativa do Distrito de Lourenço Marques (1895)”. In: ENNES, António. *A Guerra de África...* Op. Cit., 1945, p. 520 e segtes e *O Africano*, 24/04/1909. In: ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:89).

Sobre as sequências correspondentes à execução das punições e estipulações do trabalho como correção ao negro, há referência do tempo e condições estabelecidas pelo governo. Os acusados poderiam ser condenados de três meses a um ano de trabalho em troca de comida e vestuário, sendo acorrentados e massacrados.

Vejamos:

*Cento e tantos moçambicanos contractados com a roça S. João dos Angolares, apresentaram-se ha dias na Curadoria a protestar conta o facto, só agora do seu conhecimento, de terem os seus contractos sido feitos por 3 annos, quando o prazo que lhes tinha sido proposto e por elles aceite era de um (O Africano 05/09/1909).*

*Castigos corporaes n'este século só por distração se approvam. Estabelecer lei de bater, juro V. Ex.<sup>a</sup> que nunca me tinha passado pela mente [...] Ficou, ao menos estabelecido o delicto que deva merecer tal castigo? É o cavallo-marinho, o pau, o ponta-pé, o murro, ou é ao gosto de cada executor a arma? Talvez o genial auctor da proposta ande, mexeriqueiro e de khaki seboso, elaborando uma tabela de delictos e varadas!*

*S – contracta 48 pretos para cultivar a machamba. Na machamba de S – este quer que um seja cosinheiro e os outros creados, lavadeiros, carpinteiros, sapateiros. Elles não sabem nada d'estes misteres. O que faz o mulungo? Applica o código... (O Africano 31/07/1909).*

Podemos vislumbrar as submissões e rigor militar na imposição das punições e detenção da população para força de trabalho gratuito, como soldado na validade dos serviços em campos e obras urbanas. Sujeição às autoridades e obrigações, são termos que resumem bem as críticas feitas por Albasini, em torno do enquadramento de homens para o desempenho e organização dos trabalhos públicos e gratuitos, e para o pagamento de multas e impostos ao governo. Em carta destinada ao governador geral da província, João Albasini escreve sobre a atividade do pagamento de multas e regulamentos destinados aos régulos, responsáveis pela localização de força humana para os trabalhos públicos, como objetivo do pagamento de multas:

*O regulo[...] é obrigado a fornecer gente para trabalhos públicos, é obrigado a dar gente para o serviço militar – acarretando com as maldições da sua tribu – é obrigado a dar gente para o shibalo (trabalho gratuito) por uns tantos meses – privando assim esses homens de ganharem dinheiro para o pagamento do imposto de palhota e é, por último, responsável pelas palhotas do seu reino, sendo obrigado a tocar a rebate para que todos acudam sollicitos e alegres, com a libra reluzente na palma da mão, por cada palhota immunda, ao determinado dia em que o sr. Commandante lá vae receber! (O Africano 22/05/1909).*

Sobre as determinações oficiais referentes ao trabalho prisional, Zamparoni informa-nos que algumas conversões ocorreram em 1916, em relação ao registro das penas e das multas cobradas, para a transição “*de variar três dias e um ano, dependendo do valor da multa aplicada. Estando os condenados fadados a trabalharem em troca de alimentação e vestuário e—, em geral, acorrentados*”<sup>238</sup>. Mesmo com apresentação de mudanças em 1917<sup>239</sup>, instituindo o pagamento para os trabalhos corretivos, faziam-se descontos referentes à alimentação, vestuário e alojamento, resultando ao prisioneiro a sua exploração, e verificando-se um crescimento econômico colonial.

Outra prática desenvolvida era a do *chibalo*, o mesmo que trabalho forçado, atividade remunerada com níveis salariais abaixo do normal. Os trabalhadores deveriam ter um contrato de longo prazo, distribuído pela Secretaria dos Negócios Indígenas, a partir dos pedidos e demandas recebidas:<sup>240</sup>

*Com meus próprios olhos vi, na Manhiça, ha 3 annos, dois mancebos escolhidos para o serviço militar fugirem covardemente à honra de servir a patria, por meio de cordas... Vi em Ex.mo Sr., dois latagões, dois negralhões, pendurados pelo pescoço, mortos, sem a minima attenção pela gentileza da distinção[...].*

---

<sup>238</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:91). (Tese de doutoramento).

<sup>239</sup> Idem p. 92.

<sup>240</sup> Idem, p. 94.

*Vae para o quartel um homem forte, e de costumes morigerados; volta um insolente escamarada, malandrim acabado, cheio de vícios e muito dado a bebidas – para afogar as magoas – V. Ex.<sup>a</sup> está a ver este elemento nas terras a perturbar a ordem, a implantar maus costumes...*

*[...] O soldado indígena não recebe educação de especie alguma na caserna. Como estamos em tempo de paz, transita com latas de comida para algum Sr. Official. Quando escalado para o serviço militar, passeia de espingarda ao hombro, metendo medo a quem vê aquelle selvagem – às vezes perdidinho de bebado e armado! (O Africano 19/06/1909).*

Nos trechos das narrativas, repetem-se as informações concernentes às particularidades vividas pelos indivíduos, representados nas crônicas de Albasini, referentes às condições de trabalho, falta de alimentação, falta de remuneração e agressões como forma de correção.

Pudemos observar nos trechos apresentados, nessa breve análise, a abordagem colonial no recrutamento de força de trabalho, a imposição de multas e impostos, as regras atribuídas com motivações secundárias dadas ao abuso e aquisição humana para o trabalho gratuito para o governo, bem como a limitação alimentícia, especialmente tendo em consideração as jornadas de trabalho e corretivos físicos impostos àqueles homens.

Para além dessas atribuições, observamos indicações sobre a prisão dos familiares do condenado, no caso de falta do pagamento do imposto de *palhota*. A família era recrutada para o trabalho, distribuindo mulheres e crianças a esforços e atividades insurportáveis à sua condição. Tomemos como representação o seguinte excerto:

*Há dias umas desgraçada teve um aborto, parece, devido aos trabalhos forçados e poucos dias depois do aborto, morreu. Muitas crianças teem morrido porque, parece, sendo as mães condenadas a*

*trabalhos forçados trazem-nas a todo rigor do tempo sem resguardo sem cuidado[...] (O Africano 13/12/1913)<sup>241</sup>.*

Em seu estudo, Zamparoni aponta dados referentes à obtenção dos trabalhadores indígenas em percentagens nas companhias e distritos. Para além dos números, há descrições sobre as condições de trabalho e descrição dos regulamentos e códigos dos *trabalhos compelidos*<sup>242</sup>.

Quanto a informação, e ainda sobre os abusos e maus-tratos, pode-se ler nas páginas dos periódicos as denúncias sobre a presença de crianças na atuação de trabalhos forçados. Os relatos de abuso infantil são denunciados, sobretudo, no registro do jornal *O Brado Africano*:

*Neste dia descarregava-se vigas de ferro em grupos de quatro, transportavam as vigas da ponte para a vedação quando um das quatro crianças já muito cansada por as suas forças não poderem suportar tanto peso, caiu, a viga caiu-lhe em cima, quando foi levantada pela polícia que compareceu ali, deitava sangue pelos ouvidos e pela boca, já na agonia da morte (O Brado Africano, 22/01/1921).<sup>243</sup>*

No quadro das funções e trabalhos direcionados à população local, Zamparoni apresenta-nos, na sua tese, uma outra condição do trabalho, uma variante do trabalho voluntário<sup>244</sup> e suas categorias, que seria o movimento migratório de trabalhadores para as localidades vizinhas, com o objetivo de angariar salários e fugir do trabalho forçado, dos impostos, do abuso militar, que se dispunham as inúmeras dificuldades para se manterem vivos, como expõe João Albasini, num dos seus textos questionadores e irônicos:

---

<sup>241</sup> Idem, p. 110.

<sup>242</sup> Idem, p. 110.

<sup>243</sup> Idem, p. 117.

<sup>244</sup> Idem, p. 87.



*Querer de boa fé que o preto deixe de emigrar para se dedicar à agricultura aqui, a trabalhar para outros com tão baixos salários, é perfeitamente sonhar acordado...[...]*

*Ora trabalho por trabalho, pancada por pancada, o aborígene quer antes ir para fora da sua terra, porque ao menos vai ganhar mais; e ele na sua qualidade de bruto – desculpem-no – não sabe calcular as vantagens altissonantes e patrióticas, que não podem advir para a civilização e para o Mundo, em se dedicar à sua terra – da qual apenas guarda dolorosas recordações de exigências em dinheiro, trabalho forçado, mulheres confiscadas de reféns ao imposto, bebedeiras, cavalo marinho, dilúvios e dias passados no topo das árvores quando chove e sedes atormentadas quando o sol cresta o capim e mata os gados! [...]*

*Colonização, ó boa amiga... Vai-te despir... ( O Africano, 23/09/1916)<sup>245</sup>.*

A ironia aparece em forma de protesto contra as sujeições cafreais destinadas aos grupos populares, tratando num discurso direto e reivindicativo as condições de trabalho que consistiam em verdadeiras práticas escravistas.

---

<sup>245</sup> Idem, p. 174.

## 1.2 O VINHO BRANCO PARA NEGROS

A venda do vinho colonial para negros, em Moçambique, deu-se através da instalação das cantinas, feitas de zinco e folhas de palmeiras,<sup>246</sup> pertencentes à portugueses e mestiços. Os cantineiros, também chamados de *monhês*, espalhados pelos campos e cidade, eram os responsáveis pela venda do vinho e tinham como propósito explorar os negros com a bebida vinda de Portugal e obter lucro financeiro, evidentemente, com a venda e disseminação do produto pela província.

Zamparoni afirma que as exportações do vinho para Moçambique atingiam o topo das principais mercadorias importadas à colônia<sup>247</sup>.

O vinho colonial funcionou, durante muito tempo, como umas das principais ferramentas na indução e desvio do comportamento dos colonizados. Havia uma restrição em relação ao consumo e venda de qualquer outra bebida alcoólica, sendo permitida, apenas, a venda do vinho colonial, fabricado com índices alcoólicos elevados, a cerca de 19°, quando normalmente os vinhos de mesa são de 11° e 12°<sup>248</sup>. Sobre esta realidade, João Albasini, escreveu numa carta pública, destinada ao Intendente dos Negócios Indígenas:

*Exmo. Sr. Intendente dos Negócios Indígenas [...]  
A lei proibiu o uso de bebidas cafraes para que o indígena só bebesse  
vinho “do tal” [...]  
... quando o clamor dos cantineiros sobe; a quantidade presunssosa  
açula os auxiliares de faro prodigioso; e ai das pretas que tem  
panelas do ‘uputcho’... é tudo reduzido a cacos e os costados  
marcados a golpes do código de justiça, vulgo, cavalo marinho...  
Nos arredores da cidade vive-se da exploração da bebedeira. As  
velhas e os inválidos que os há em grande quantidade, a quem na*

---

<sup>246</sup> Idem, p. 334.

<sup>247</sup> Idem, p. 340.

<sup>248</sup> Idem, p. 345.

*mocidade não ensinaram nada de útil e prático para que a velhice fosse menos vergonhosa não tendo meios de vida própria, imitam simplesmente, os civilizados: fabricam as suas bebidas. Bebem-nas, ou vendem: tudo à imagem esemelhança. [...] Imita o único exemplo produtor de dinheiro que tem visto dos colonizadores: vender bebidas... ( O Africano, 22/03/1912)<sup>249</sup>*

É assim, que podemos identificar a maneira como se deu a propagação do uso do vinho colonial e das intenções econômicas atreladas à sua venda e ao seu uso. O domínio colonial português, em Moçambique, instaurou a venda do vinho colonial em paralelo com a sua supressão da venda e consumo das bebidas locais, também denominadas *cafreaes*,<sup>250</sup> no intuito de arrecadar lucros e induzir o comportamento dos habitantes locais à infração dos códigos e regras para aquisição de mão de obra barata e cobrança de impostos, a juntar as correções físicas:

*[...] O governo, reconhecendo que não pode prejudicar os pobres cantineiros e principalmente os fabricantes do Poço do Bispo – coitados! Honestos obreiros da civilização – limitou-se a criar o corpo dos auxiliares, para o principal e moralizador fim de prender os pretos e pretas que se embebedarem com o vinho vendido pelos cantineiros... ( O Africano, 24/04/1909).*

Além das intenções lucrativas, o uso do vinho colonial favoreceu a propagação de um discurso discriminatório, simulado na amplitude do estereótipo e discriminação do “outro”. Nesse intuito, a utilização *do tal colonial* promovia práticas de alcoolismo e conseqüentemente, quebra das regras comportamentais, determinadas pelas regras coloniais, resultando em punição e trabalhos forçados para aqueles que eram encontrados em estado de embriaguez<sup>251</sup> e indução à prostituição as mulheres que do vinho colonial se deleitavam.

---

<sup>249</sup> Idem, p. 342.

<sup>250</sup> Idem, p. 338.

<sup>251</sup> Idem, p. 337.

Em uma carta destinada ao Governador Geral Dr. Álvaro Xavier de Castro, Albasini apresenta a tradução de uma carta de um “suposto leitor”, dramatizando a voz e postura do outro, que discorre sobre os efeitos e intensões da oferta do vinho colonial aos indígenas pelo governo, requerindo informações sobre a fabricação da bebida:

*“Ao princípio julgamos que tal Vinho era qualquer alimento saudável e bom, pois vinha das mãos dos brancos e devia ser bem melhor do que as nossas habituais bebidas, excedendo-as em paladar e qualidades nutritivas.*

*Agora, porém, Senhor, os nossos olhos estão abertos: Vimos bem que na bebida é apenas o factor poderoso da nossa desruição.*

*Tal Vinho, Pai e Senhor, não sabemos como é feito. Uns dizem que não é vinho direito, não é feito da vinha, que lhe deitam mais coisas”(O Africano, n<sup>o</sup>, 19/01/1915).<sup>252</sup>*

As narrativas abordam, em algumas edições, o uso da imagem feminina para atração e ampliação do impacto sobre o uso do vinho colonial, como fonte de exploração financeira, no círculo econômico e promoção na prostituição feminina. Portanto, o ambiente das cantinas e comércio da bebida funcionou como principal estratégia para a propagação da discriminação moral e abusos físicos contra homens e mulheres africanos, dentro desse contexto sócio-histórico. Sobre este aspecto Bhabha (1998, p. 107), esclarece que “*Essa articulação torna-se crucial se considerarmos que o corpo está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder.*

Na crônica intitulada *O vinho colonial*, João Albasini relata:

*Bandos de mulheres são apanhadas de noite ou de dia, nas cantinas, e presas, condenadas a trabalhos publicos porque tendo bebido o nectar delicioso do Poço do Bispo, - vulgo vinho colonial – e sentindo os salutareos effeitos da mixordia, sahem dos tascos quasi*

---

<sup>252</sup> O Africano, n.º 407, 11/03/1915. In: Idem, p. 165.

*núas, desafiando os transeunentes, insultando quem acóde à chamada, vomitando palavrões n'uma promiscuidade repugnante com pretos nojentos, chaguentos e idiotas da bebedeira e moleques vadios que frequentam aqueles antros fazendo côro, gritando coisas torpes a que passa, de dentro ou fora da cantina, sob o olhar grato do cantineiro, branco, monhé ou china, que contempla o crescer da desmoralisação através do fumo do cigarrinho, contando placos, em cima do balcão ensebado e negro como a sua própria alma! (O Africano, 24/04/1909)<sup>253</sup>.*

É a partir dessa realidade que os textos narrativos de João Albasini apresentam a história, rememorando os modos de relação entre o homem branco e a mulher negra. O narrador apresenta episódios de abusos sexuais e físicos arduamente impostos às mulheres, nas suas crônicas. Demonstra o fundo amargo do consumo do vinho colonial, que tornou a visão estereotipada na descrição e uso da mulher, bem como no fascínio e consumo da bebida, que aproximava os homens dos deveres e ordens coloniais, no assalto de suas energias e integridade física e moral.

Concluimos, portanto, que o uso do vinho colonial operou um jogo de interesse e desejo em direção ao indígena, quadrilha operante de intrigas e armadilhas coloniais, orientada por atividades e interesses práticos na alteração da conduta moral dos indivíduos e oferta de graves consequências para vida real destas pessoas:

*Temos – para que a raça mais depressa pareça, se desfaça no esquecimento do tumulto – o vinho branco para preto e liberdade plena, plenissima, incontestável, de tomarmos bebedeiras abomináveis irmãs da demencia, com essa infamíssima mixórdia que todos os paquetes despejam n'esta desgraçada terra esquecida de Deus! ( O Africano, 25/12/1908).*

---

<sup>253</sup> O Africano, 24/04/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

Assim, o vinho colonial foi um recurso destrutivo no seu uso como forma de se aproveitar e prejudicar os “indígenas”, atraídos pelas cantinas e tonéis da bebida vendida com múltiplas intenções abusivas.

### 1.3 IMPOSTO DE PALHOTA

Em Moçambique, a cobrança do imposto de palhota traduziu-se no pagamento pelo uso da terra e habitação, tendo como referência a cobrança do *mussoco*, praticada na Zambézia<sup>254</sup>. A prática tinha objetivos capitalistas, pois impulsionava o negro ao trabalho, muitas vezes suplementar, para poder efetuar o pagamento dos impostos, que poderiam ser cobrados através de produtos agrícolas ou pela doação de terras, nos primeiros anos, passando ao valor monetário a partir de 1894.

A cobrança do imposto de *palhota* induzia ao trabalho forçado ou submissão a baixos salários, com o objetivo de pagar à administração. Na crônica *Indemnização de Palhotas no Xai-Xai*, Albasini trata da questão ao compilar evidências e argumentos que circulavam sobre a legalidade das cobranças das palhotas e a apropriação e ocupação da terra para construção do caminho de ferro do Xai-Xai. A violência e abuso são registrados nas crônicas, que revelam a obrigação designada aos indígenas residentes a abandonarem os seus territórios para o governo, que se negava a indenizar os indígenas:

*O governo é senhor de uma preciosa lei pela qual são obrigados todos os concessionários que de “comum acordo” com os indígenas residentes na concessão e que queiram sair dela a pagar-lhe tuta e*

---

<sup>254</sup> ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:337). (Tese de doutoramento).

*meia por palhota vulgar, sem violência nem barulho (O Africano, 11/03/1916)*<sup>255</sup>.

*V. sabe que os mulungos, quando andam na cobrança do imposto de palhota, nos obrigam a pagar por qualquer palhota, ainda que não esteja coberta (completa), a taxa devida?*

*[...] que aquele estado da palhota é uma manha nossa, um artifício para canganhiçar o mulungo. É nós somos forçados a pagar... pelo defeito de não ter dinheiro para concluir a obra – o imposto de palhota que não nos serve por enquanto (O Africano, nº 335, 03/07/1915)*<sup>256</sup>.

A arrecadação do dinheiro era convertida na economia colonial, funcionando como uma fonte importante na renda do governo. A imposição era para todos, sendo uma obrigação anual a qual o indígena deveria submeter-se, buscando no trabalho a fonte monetária para sobreviver e para cumprir com as imposições do governo, como o pagamento do imposto de *palhota* aos administradores, adicionados a atos de violência.

Os homens eram responsáveis pelo pagamento do imposto das suas mulheres, filhas, irmãs, restando àquelas que não tinham renda ou família, recorrerem à prostituição do próprio corpo ou das filhas para pagamento do imposto<sup>257</sup>.

Vejamos o trecho abaixo, escrito por João Albasini no *Brado Africano*:

*Os impostos para nós são como cogumelos; crescem sucessivamente.*

*Agora temos o imposto de palhota, ou antes por cabeça, pago em ouro esterlino (B.S.), com todas as suas alcavalas. São mais tantas mulheres presas para garantia do pagamento do imposto de palhota, como é uso e costume.*

<sup>255</sup> BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística)

<sup>256</sup> O Africano, nº 335, 03 /07/1915. In: ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:145). (Tese de doutoramento).

<sup>257</sup> Idem, p. 51-54.

*Regalai-vos senhores agricultores, porque este ano vão ter muitas mulheres a trabalharem pelo preço de chuva, porque será impossível que todo preto pague o imposto ultimamente decretado.*

*Não condenamos o imposto por ser pago em ouro. É o agravamento ao pobre narro, pagando em ouro, quando é certo que a ele – tirando o Transvaal – ninguém lhe paga em ouro, apesar da tabela do salários ser em shillings valorizados, mas que no pagamento lhe fazem a conversão da libra do Banco Nacional Ultramarino, desvalorizada em mais de 50 por cento[...] (O Brado Africano, 06/03/1926).*

A representação sobre o imposto de palhota adotada por Albasini confere os abusos da administração e umas das estratégias para o aumento da arrecadação fiscal, como a imposição do trabalho mal remunerado para pagamento do imposto. A imposição do imposto reflete a mentalidade capitalista da administração colonial em torno da imposição do trabalho forçado, expropriação de terrenos e da venda de produtos agrícolas<sup>258</sup>.

#### 1.4 OS CÓDIGOS DA EDUCAÇÃO COLONIAL

O ensino e a educação colonial, em Moçambique, deram-se através do vínculo entre a Igreja Católica e Estado colonial, que financiava os custos do ensino religioso e da catequização indígena até 1911<sup>259</sup>, quando foi suspenso o acordo devido ao aparecimento do movimento republicano.

Com a ineficiência do ensino e os descuidos do governo no desenvolvimento do ensino, *O Grêmio Africano* manifestou-se contra a precariedade do ensino oferecido na colônia, abrindo uma escola que funcionava entre a cidade e o subúrbio, fornecendo

---

<sup>258</sup> Idem, p. 54.

<sup>259</sup> Idem, p. 416.



o ensino do português para as crianças e adultos, em aulas diurnas e noturnas<sup>260</sup>. Nessa empreitada, João Albasini e os seus companheiros criaram formas de incentivar a educação e torná-la acessível a todos, com campanhas, descidas de custo do ensino e reivindicações junto do governo.

No texto *Anno Novo – Era nova*, Albasini traz as intenções do Grêmio Africano em abrir uma escola, e questiona em tons discursivos a situação do ensino em Moçambique:

*Um grupo humilde – das tristes humildades dos homens de cor – pretende, aneja, quer fundar, n'esta cidade, uma escola, de instrução primária ministrando também, conforme as posses, alguns conhecimentos uteis aos alumnos. Para este fim appella, esse grupo, para o coração dos que querem a instrução espalhada pelo continente. Graças às muitas missões espalhadas por este território ja muito preto sabe lêr: ma sabe lêr o quê? Landim!!!  
Pode parecer uma parvoice – e talvez seja – mas comprehendemos muito bem que não é o Landim que nós precisamos de saber – queremos fallar e escrever portuguez, o melhor que se pode ser( O Brado Africano, 25/12/1908).*

Nesse caminhar, é possível encontrar nas páginas dos jornais trechos e requisições feitas ao governo, dirigidas ao tratamento e canalização da reforma da educação e formação profissional dada a homens, mulheres e crianças, reivindicando ampliação dos objetivos e fins educacionais, que se resumiam ao ensino da leitura, escrita e cálculo:

*A instrução literária para o indígena sem a instrução profissional, pouco aproveita e de poucos e benéficos resultados futuros será para a província. É pela instrução profissional que o indígena tem de ser levantado do estado social atrasado, em que se encontra, e não pela instrucção literária apenas.  
Esta de hoje, só tem o condão de o lançar na miséria, enquanto que aquela fazendo dele um súdito laborioso e prestimoso, o lançará na*

---

<sup>260</sup> Idem, p. 437.

*senda da vida, aprestado para a grande luta humana (O Africano, 09/09/1911<sup>261</sup>).*

O comentário entoado pelo jornalista aparece em tom crítico, ao descrever e argumentar através de imagens a situação educacional instalada com o ato colonial, direcionada ao ensino usual da língua para desenvolvimento de trabalhos práticos destinados a trabalhos braçais, promovendo a exclusão dos negros ao acesso à educação:

*No estado de civilização em que se encontra o indígena desta colônia tal ensino não tem grande valor para ninguém. O indígena pouco aproveita com ele e os que do indígena tem que servir-se não aproveitam muito mais. O que deste ensino se tem visto resultar, na grande maioria dos casos, é que, o indígena logo que souber ler e escrever e falar mal o português, despreza o serviço braçal e só quer o serviço de ‘coisa direta’. Ora, isto é um mal maior do que deixá-los estar como estão, mas como isto não é possível porque o preto é perfeitamente susceptível de evoluir, e evolui de facto, é necessário dar à instrução indígena uma orientação prática ensinando ao preto a dignidade do trabalho e o amor a este o torne um homem útil a nós que dominamos e dirigimos e à sociedade negra que, penso, nós não podemos privar e extinguir: porque não podemos substituímo-nos a ela e por isso nos convém assimilar (O Africano, 02/01/1911)<sup>262</sup>.*

Na crônica *O filho da roda*, Albasini narra de maneira simbólica o nascimento de uma criança negra, ironizando o drama de seu futuro incerto, marcado pelo preconceito e sofrimento do homem negro. Ao construir a narrativa, trata com ironia o “peso” da exclusão que carregará a personagem por ser filho de um “indígena”, tratado por “Zebedeu”<sup>263</sup>, que vive no anonimato, um negro comum aos outros, sem estudos e

---

<sup>261</sup> Idem, p. 445.

<sup>262</sup> Idem, p. 446.

<sup>263</sup> Indivíduo insignificante; Um João-ninguém. In: <http://www.netdicionario.com.br/zebedeu/>

desinteresse. Em tom jocoso, encena uma brincadeira de adivinhação direcionada a *Zebedeu*, questionando a velocidade do seu raciocínio, numa crítica a educação dada ou não aos negros, caracterizado como um indivíduo que não entende o que é comentado a ele, pois tem dificuldades de compreender. A fim de questionar a identidade e origens, ironiza: “*Mas quê... naceste justamente onde teu nascimento não pode dar alarde, comícios ou romarias sociais. Foste Infeliz[...] Mas, afinal rapaz, de quem és tu filho?*”. Num jogo linguístico, confronta e metaforiza através de imagens literárias as impressões do autor, ao dialogar com as contradições dos caminhos trilhados pelo indivíduo “civilizado e não-civilizado”, tratando com sarcasmo os discursos racistas das autoridades do sistema educacional do país: “*Que é preciso saber-se a verdade sobre o caso para cada pai ficar sabendo a quem é que o governo entrega a educação da mocidade*” (*O Africano*, 31/03/1915).

Assim, as questões em torno do ensino aparecem nas crônicas do João Albasini como atividade reivindicatória, condicionando a separação traçada entre “civilizados e não-civilizados”. Tal discriminação marcava o indivíduo como indígena, reduzindo as suas possibilidades de ascensão social e econômica, tornando-se incapazes de ocupar melhores empregos, enfrentando dificuldades na vida cotidiana. João Albasini também questionou e lutou pela adequação do ensino às mulheres, advertindo que a capacitação da mulher não deveria estar voltada apenas para a qualificação doméstica, mas— para a vida, como um todo. A mulher deveria, portanto, obter além do ensino caseiro, uma formação que a libertasse dos paradigmas tradicionais, elevando a si mesma e à sua família.

Temos, portanto, a imagem de Albasini como um homem crítico, que lutou pelo ensino da população moçambicana, pelo direito das mulheres a alfabetização e a educação, entre outras causas.

## 2 TRATAMENTO DAS LÍNGUAS NAS CRÔNICAS: O RONGA E O PORTUGUÊS

Durante a vida do jornal *O Africano* seus editores utilizaram a língua portuguesa e a língua ronga, na publicação dos artigos. Os textos literários de Albasini são escritos na língua local e colonial, separadamente ou mescladas com a linguagem oral, refletindo um caráter bilíngue.

Neste capítulo, daremos sequência ao nosso estudo, traçando alguns dos pontos referentes ao uso das duas línguas utilizadas nas composições textuais de João Albasini. A referência do ronga nos periódicos aparece como um mecanismo de resgate linguístico num recurso de contestação política.

Durante o período colonial, estiveram as missões católicas como responsáveis pelo ensino da língua colonial, impondo a língua portuguesa como único meio instrutivo para a civilização e a evangelização dos “indígenas”, estabelecendo-se, portanto, como a língua oficial. O ronga, língua materna moçambicana do sul e de origem Bantu (oral), perdia força, e a educação ocidental sufocava as falas urbanas, com aulas ministradas unicamente em português, por meio de tradutores. Com o avanço da colonização, a educação orientada pelas missões católicas passa para as mãos do estado colonial, que assume a direção das normas de ensino, e estipulam o uso do português como única via de instrução aos “indígenas”, restringindo o uso de línguas

locais no ensino e nos campos de trabalho. Conforme Zamparoni (1998:419-420), as escolas e missões estrangeiras, como as protestantes e africanas, adotaram outras línguas, sobretudo, as locais no desenvolvimento do ensino para conservação da língua local. O projeto educacional adotado pelo estado era precário e o tipo de educação ocidental proposto pelo governo não se adequava aos moldes de vida da população, além de não ser para todos dada a sua restrição. Eram poucos os que falavam e escreviam em português, já que existiam poucas escolas, e o acesso era restrito entre homens e mulheres negros, não-assimilados.

O domínio da língua portuguesa tornou-se o meio condutor para a conquista da assimilação e da esperança de assunção social dos nativos, devido à importância e status da língua colonial. Com o avanço colonial, a ausência de alfabetização em língua portuguesa afastava a população do ronga, que sofria restrições diárias dentro da política colonialista implantada no país.

Diante desse quadro de supremacia que exercia o português no seio da sociedade moçambicana, João Albasini imprimiu de maneira política e didática, em português correto, a sua contribuição para a valorização do ronga, exercendo uma atitude de bilinguismo, ao incorporar nos textos dos periódicos elementos da língua local. Podemos encontrar nas suas crônicas empréstimos lexicais de uma linguagem oral, provérbios populares, falas urbanas, reproduzidas em forma de diálogos ou pugnas jornalísticas. A iniciativa de João Albasini revelou um aspecto importante do processo de aquisição do português em Moçambique durante o período colonial.

Podemos notar o uso da língua local mesclada com o português nas edições dos jornais *O Africano* e *O Brado Africano*. Esse movimento além de gerir a ideia de igualdade entre a população, rompia com o monopólio da língua colonial nos meios

de comunicação instaurados pelo poder colonial. Foi assim que Albasini contribuiu e para problematizar as questões em torno da aquisição da língua dominante e da ineficiência da educação colonial, dado o aprendizado acompanhado pela repetição de uma comunicação baseada na imitação da fala. Podemos verificar este processo de imitação da língua oral representada na escrita de um dos textos de Albasini:

*[...] Este regulo adduz a seu favor, o facto de, à hora precisa em que S. Ex.<sup>a</sup> o sr. Administrador o foi visitar, estar longe d'ali a tratar de arranjar tres mancebos para o serviço militar, que pelo mesmo Ex.mo sr. lhe haviam sido exigidos. A carta recebida, nas suas ingenuas linhas, está cheia de verdades e termina com um considerando de muito valor: «**Açim d'este manera noçus preto vai fugir do aqui**». [...] (O Africano, n.º 6, 22 de Maio de 1909, negrito nosso)<sup>264</sup>*

O português, enquanto língua oficial, era utilizado nos centros de administração e nos centros de educação, restritos a poucos. Já o ronga restringia-se ao ambiente popular, preenchendo em uma função mais coloquial, ainda que tivesse sido utilizado pelas missões protestantes como principal veículo de ensino até 1929-1930, conforme Zamparoni (1998:421). Seria este um dos motivos da origem da hierarquização social estabelecida pelo estado colonial, motivando os intelectuais reacionários, assimilados como Albasini e os integrantes do *Grêmio Africano* para a vigilância e crítica dos costumes que já mencionamos.

Podemos verificar nas narrativas do jornal *O Africano* diversas passagens relevantes sobre os empréstimos lexicais da língua ronga e aos moçambicanismos da língua portuguesa, diferentes do português europeu. Tomemos como exemplo desse

---

<sup>264</sup> O Africano, n.º 6, 22/05/1909. IN: BUCUANE, Juvenal. ( 2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

neologismo semântico o uso da palavra “*barraca*” que, em Moçambique, significa quiosque construído de madeira ou blocos de cimento, que funciona como comércio informal. A mesma palavra existente em português europeu, significa casebre, cabana. Dentro do contexto colonial, Albasini apresenta a forma, no sentido do português europeu, e também na variante do português de Moçambique, expressa *palhota*<sup>265</sup>. Observemos, abaixo, o exerto do artigo “Vozes de burro”, como exemplificação deste aspecto:

*[...] Nasceu e viveu num terreno. O Governo um dia exigiu-lhe o pagamento do imposto: pagou; construiu **barracas** de zinco em substituição a **palhotas**.*

*[...] Certamente porque era dono da **barraca** e do terreno e por essa razão a Fazenda lhe recebeu impostos. (O Africano, 22/11/1913, negrito nosso).<sup>266</sup>*

Há, portanto, a introdução de empréstimos de um léxico nativo, que caracteriza e expande o vocabulário, exercendo uma movimentação semântica da língua.

Segundo Ana Mafalda Leite (1998:33), esta expansão entre as palavras reflete o contato entre colono e colonizado, além de cristalizar a transformação da língua:

*Nas literaturas africanas de língua portuguesa, tendo em conta a especificidade de colonização que favoreceu a indigenização do colono e aculturação do colonizado, em graus mais ou menos extremados e substancialmente diferentes das outras colonizações, a relação com as tradições orais e com a oratura, começam por manifestar-se exactamente pelas diferentes “falas” com que os escritores africanos se assenhorearam da “língua”. A pilhagem ou “roubo” da língua portuguesa pelo colonizado mostra que a “africanização”, perversamente, se institui e processa no interior do*

<sup>265</sup> Casa construída, inicialmente, por feixes de paus. In: ZAMPARONI, Valdemir (1998), p. 49.

Segundo o dicionário coordenado por Valle (1906), p. , a *mute* designa a habitação em geral (além de aldeia ou povoação, por metonímia), existindo vários vocábulos diferentes para identificar os diversos tipos de palhota: *kumbana*, se for uma palhota pequena; *shira*, se for provisória, e *shigugo* a palhota aonde vivem os rapazes solteiros. Habitualmente, este modelo de habitação é dividido ao meio, pelo diâmetro da porta: o lado direito é reservado aos homens e às visitas hierarquicamente superiores (*shilawo shikulo*) e o esquerdo, às mulheres e crianças (*shiwalo shityongo*).

<sup>266</sup> O Africano, 22/11/1913. In: ZAMPARONI, (1998:62). (Tese de doutoramento).

*instrumento comunicativo, num processo transformativo e nativizante.*

Esse movimento de troca e de “africanização” da língua do colonizador revela-se na cristalização da língua popular, na oralidade, inversão dos sentidos e nos empréstimos vocabulares dos textos literários. Dentro desta perspectiva, apresentamos outros exemplos, correntes, em João Albasini, no trato da língua colonial e dos “moçambicanismos”<sup>267</sup> inscrustados no português europeu. Seguimos com alguns dos principais empréstimos da língua ronga recorrentes nos textos de João Albasini, já apresentados neste trabalho, como: “*mulungos, shibalo, baneane, gumana, shillings, mahala, macua, bayete, machos, narros, magaica, caramba, shitolo, sope, machamba*”, entre outros.

Destacamos, na nossa análise, o emprego do vocábulo *mulungo*, que aparece em diversas narrativas. Vejamos:

*[...] às duas por três, é o patriota estendido por uma biliosa má, n'aquella figura ignobil dos mortos de desespero, enxovalhado, com a barba por fazer, os olhos ainda espantados da sem cerimonia com que as febres d'africa, estendem assim um **mulungo** inerte n'uma cama, como a biqueira da bota interrogando o infinito! [...] (O Africano, n.º 5, 13/05/1909, negrito nosso).<sup>268</sup>*

*[...] Os indigenas pensam então - com aquella precisão com que pensam os espiritos tacaños - «que todos aquellos **mulungos** espalhados pelo matto, só pensam em ganhar dinheiro, obrigando-os a desfazer-se de gado para o pagamento de multas». (O Africano, n.º 6, 22/05/1909, negrito nosso).<sup>269</sup>*

---

<sup>267</sup> Lindegaard, Vitor Santos. *Moçambicanismos: um glossário com algumas imagens*. 2011. Disponível em: <http://mocambicanismos.blogspot.pt/>

<sup>268</sup> O Africano, nº 5, 13/05/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>269</sup> O Africano, nº 6, 22/05/1909. In: ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:62). (Tese de doutoramento).



*[...] Na grata ocupação de esperar, sempre que “o mulungo” assoma à janela ou transpõe a porta da casa, logo se erguem braços respeitosos: bayete! [...] (O Africano, n.º 407, 11/03/1915, negrito nosso).<sup>270</sup>*

*[...] Os **mulungos** que sabiam ler, leram e tomaram nota da data em que terminava o prazo e, no momento asado caíram na Agrimensura umas chuvas de requerimentos... (O Africano, n.º 22/11/1913, negrito nosso).<sup>271</sup>*

Conforme Valle (1906:116), o termo *Mulungo* é um substantivo, que em ronga significa homem ou mulher brancos, geralmente os “brancos”, os europeus, os asiáticos ou mestiços, também pode remeter para o significado de “patrão”<sup>272</sup>. Os portugueses, por sua vez, eram identificados em ronga como *mumadye* ou *mumadji*, conforme Valle (1906:116), significando pessoa portuguesa, soldado português e português de baixa condição social ou “vulgar”, como podemos verificar no exemplo abaixo:

*[...] O portuguez vulgar, o que é conhecido por **Mumadji** entre o indigena, sempre que sahe de Portugal, traz a sua idéa amadurecida de uma curta estabilidade em terra de pretos, arranjar umas economias e safar-se para Portugal a refastelar-se, a gosar aquella fartura, junta, sabe Deus com que sacrificio, durante 2, 3 e 4 annos! [...] (O Africano, n.º 5, 13/05/1909, negrito nosso).<sup>273</sup>*

Ana Mafalda Leite (1998:35), explica que esse processo de formação lexical e “*recombinações linguísticas*” aparece como uma estratégia de comunicação pelos falantes nativos, que recorrem à língua materna para significar conceitos de que a língua colonial carece em torno da realidade típica do país, ou pela inserção de novos elementos culturais, distintos do contexto africano. Portanto, Albasini, como outros

<sup>270</sup> O Africano, n.º 407, 11/03/1915. In: Idem. p.146.

<sup>271</sup> O Africano, n.º 22/11/1913. In: (1998:62).

<sup>272</sup> O Africano, 22/11/1913. In: ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:62). (Tese de doutoramento).

<sup>273</sup> O Africano, n.º 5, 13/05/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

grandes escritores mocambicanos, que surgiram décadas depois, ao fazer uso da língua portuguesa “tende a «hibridizá-la»” através da recriação lexical, proveniente, por vezes, mas nem sempre, de mais do que uma língua”<sup>274</sup>, na tentativa de retratar esses aspectos específicos das falas moçambicanas.

Sobre este processo, tomemos como exemplos, o uso das palavras *shibalo*, trabalho obrigatório ou gratuito, conforme Valle (1906:116); *bayete* – interjeição que corresponde a uma saudação dirigida aos grandes chefes, significando “*Grande, viva!*”, conforme Valle (1906:71); *sopé* – aguardente, álcool temperado com água, bebida espirituosa; *gumana ou guita* – polícia, conforme Valle (1906:165); *shillings* – unidade monetária<sup>275</sup>; *machamba* – horta, nome dado à parte da cidade de Lourenço Marques, onde existem coqueiros e cajueiros, conforme Valle (1906:104); *machongo*, terra fértil, de terrenos argilosos, conforme Valle (1906:104). A ocorrência destas palavras em ronga, deve-se, provavelmente, à dificuldade de tradução das especificidades e sentidos que cada uma incorpora para o português. Daí, as ocorrências e dramatização da língua ronga nos textos de Albasini.

Vejamos alguns exemplos:

*[...] é obrigado a dar gente para o serviço militar – acarretando com as maldições da sua tribu – é obrigado a dar gente para o **Shibalo** (trabalho gratuito) por uns tants meses[...](O Africano, n.º 6, 22/05/1909, negrito nosso).*<sup>276</sup>

*[...] Na grata ocupação de esperar, sempre que o “**mulungo**” assoma à janela ou transpõe a porta da casa, logo erguem braços respeitosos: **bayete!** – E luzem olhos esperançados: “Ai a rica*

<sup>274</sup> Ana Mafalda Leite (1998, p. 35).

<sup>275</sup> Le mot *shilling* vient du moyen anglais *chelin* du XVI<sup>e</sup> siècle. Le terme *chelin* était aussi employé en vieux français canadien et est employé en français de Jersey. IN : <http://fr.wikipedia.org/wiki/Shilling>

<sup>276</sup> O Africano, n.º 6, 22/05/1909. In:

garrafa de **sópe**; é agora o momento”... (O Africano, n.º 407, 11/03/1916, negrito nosso).<sup>277</sup>

[...] Sucedeu porém que outro dia um **gumana** (polícia) lhe perguntou pela chapa. [...] (O Africano, n.º 307, 27/03/1915, negrito nosso).<sup>278</sup>

[...] Tres **shillings**! A «Empresa do Limpopo cobra por cada preto para o Chai-Chai, oito **shillings** à W.N.L.A e dez **shillings** aos particulares! ( O Africano, 14/07/1909, negrito nosso)<sup>279</sup>

[...] A questão das **machambas**, e “**machongo**”, os conflitos entre barncos e pretos, longe de povir de um intenso amor pela agricultura e desenvolvimento da terra...[...] (O Africano, n 439, 1/07/1916, negrito nosso).<sup>280</sup>

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> o que póde muito bem succeder, um bello dia, com o tal regulamento?

S – contracta 48 pretos para cultivas a **machamba**. Na **machamba** de S – este quer que seja cosinheiro e os outros creados, lavadeiros, carpinteiros, sapateiros. Elles não sabem nada d’estes misteres. O que faz o **mulungo**? Applica o codigo... [...] (O Africano, n.º 10, 31/07/1909, negrito nosso)<sup>281</sup>

Entre outros empréstimos lexicais, destacamos: *chango*, um vocábulo que designa uma espécie de gazela; *magaíça*, indivíduo que se repatria depois de haver emigrado para trabalhar no Transval, conforme Valle (1906:104); *mahala*, advérbio que significa algo sem razão, sem motivo, inutilmente, conforme Valle (1906:104).

Vejamos:

[...] Compra com o dinheiro que muito lhe custou a ganhar e traz a pólvora para Moçambique para caçar - porque a natureza, tendo lhe dado florestas densas onde ha caça com abundancia, não lhe deu

<sup>277</sup> O Africano, n.º 6, 22/05/1909. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>278</sup> O Africano, n.º 307, 27/03/1915. IN: *Idem*.

<sup>279</sup> O Africano, 14/07/1909. In: *Idem*.

<sup>280</sup> O Africano, n.º 439, 1/07/1916. In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI (1992:166).

<sup>281</sup> O Africano, n.º 407, 11/03/1916. In: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

*pernas tão ageis para correr e apanhar, á mão, a gazella e o chango[...]* (O Africano, n.º11, 16/08/1909, negrito nosso).<sup>282</sup>

*[...] cheios de nojo, nos leva a empurrar de nós como crápula que convém afastar, o imundo contágio da burra animalidade do magaiça [...]* (O Africano, 06/06/1914, negrito nosso).<sup>283</sup>

*[...] Assim equipado, o magaiça – e como ele os outros – havia posto o pé no tal deserto com ummontão de bagagens, bicicletas, máquinas de escrever, gramofones, gaitas e o inseparável harmônio*(O Africano, n.º302, 10/03/1915, negrito nosso)<sup>284</sup>

*[...] Mas pelo vale fertilíssimo do Limpopo ecoa de “mahala” a vozearia dos narros dando “bayetes”; o rio corre tranquilo[...]*(O Africano, n.º407, 11/03/1916, negrito nosso).<sup>285</sup>

A respeito do registo desses exemplos, devemos esclarecer, em nossa análise, a preocupação de Albasini em registrar os diálogos regionais pelo uso e valorização da língua ronga do sul e Moçambique e da tradição oral, nas suas crônicas. Essa atitude cristaliza um aspecto de “colagem”<sup>286</sup> das heranças orais da comunidade e respeito pelas línguas locais. Podemos constatar essa atitude no uso dos empréstimos lexicais, aparente nos anúncios publicitários e nas seções especiais, denominada *Secção landina*,<sup>287</sup> e no recorte de diálogos completos escritos em ronga:

*[...] “Inga buyisa hi dyinda dya mpataco, hi ta psi bona si hi pone lepsi ba hlayaca psone”... ( Ora, deixa cá ver um pataco do “tal” para ver se é bem a peste que dizem ser”)... (O Africano, nº 222, 10/06/1914, negrito nosso).*<sup>288</sup>

<sup>282</sup> O Africano, n.º11, 16/08/1909. In: BUCUANE (2001), (Dissertação de licenciatura em linguística).

<sup>283</sup> O Africano, 22/11/1913. In: ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998:316). (Tese de doutoramento).

<sup>284</sup> O Africano, n.º302, 10/03/1915. In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:149).

<sup>285</sup> O Africano, n.º 407, 11/03/1915. In: Idem., p. 146.

<sup>286</sup> LEITE, Ana Mafalda (1998:49).

<sup>287</sup> O Africano, n.º 149, 27/09/1913; O Africano, n.º 329, 12/05/1915; O Africano, n.º 407, 03/07/1915. In: Fotocópias cedidas por Valdemir Donizette Zamparoni.

<sup>288</sup> O Africano, n.º 407, 11/03/1915. In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:162).

[...] *É que não sou toupeira... (ntyhukunyana). Ai, Khona! Para o chão, só depois de morto... (O Africano, nº 353, 4/09/1915, negrito nosso).*<sup>289</sup>

[...] *“Hi to zini ke?” “Que é que havemos de fazer?” – remata o narro, que se sente roubado pelo “mulungo” (O Africano, nº 394, 26/01/1916, negrito nosso).*<sup>290</sup>

O uso da língua ronga aparece como uma forma de suprir as deficiências no conhecimento da língua portuguesa, levando as personagens a utilizar a língua materna, emprestando estes significados à língua colonial, num movimento bilinguista. Estes pequenos e breves exemplos serviram para mostrar como Albasini insere nas suas crônicas a crítica do desconhecimento da língua colonial pela população nativa. Através da ironia, trata o contato e hibridação da língua do colono e colonizado, relativizando os empréstimos lexicais.

Ana Mafalda Leite (1998:48), esclarece que esta relação de trocas gera uma “sobreposição” e “ajustamento” na formação lexical do português, em Moçambique, evidentes nos trabalhos de Mia Couto e Luandino Vieira. Explica, ainda que a variedade do português em Moçambique advém do contato, e alterações da criatividade lexical dos autores atrás referidos. Podemos trazer a mesma explicação para Albasini, que retrata a “*formação num contexto de contacto com línguas do grupo bantu, e se distinguem do padrão europeu por alterações registradas a nível do seu sistema fonético-fonológico, do léxico, e também da sintaxe*”<sup>291</sup>.

Para além destes exemplos do emprego lexical em ronga, marcante na formação do português moçambicano, em seu uso cotidiano, Albasini aborda outros aspectos

<sup>289</sup> O Africano, nº, 353, 4/09/1915. In: Idem. p. 151.

<sup>290</sup> O Africano, nº, 394, 26/01/1916. In: Idem. p. 166.

<sup>291</sup> Idem, p. 49.

linguísticos na dramatização da fala e da cultura popular. Sobre este trato, apresenta ditados e provérbios populares locais ou portugueses recorrendo o uso das duas línguas, numa adaptação lexical e os sentidos. Temos, portanto, abordagens semânticas, que cristalizam os sentidos de ordem cultural. Estas representações são articuladas a imagens metafóricas, ajustáveis ao léxico e às significações da língua ronga, que ocasionam, por vezes, possíveis mudanças ou adaptações dentro de um mesmo contexto.

Vejamos alguns exemplos de provérbios extraídos do interior dos diálogos, simulados pela voz do narrador, que passa da primeira pessoa para a terceira, numa dramatização da voz da personagem, que emprega sua visão crítica e moral ao tema abordado:

[...] *Viva a pândega... e mais aquilo que sabemos...* (O Africano, n<sup>o</sup> 217, 23/05/1914, *negrito nosso*).<sup>292</sup>

[...] *Enfim, de vítimas está a terra bem adubada e o mar também...* (O Africano, 23/10/1915, *negrito nosso*).<sup>293</sup>

[...] *“Vunva que vunva na varriga da vurra”* (O Africano, n<sup>o</sup> 407, 11/03/1915, *negrito nosso*).<sup>294</sup>

[...] *O fim justifica os meios: “Ou vai ou racha!”*<sup>295</sup>

[...] *Ó pai, ajudai-nos, valei-nos, cortando este mal pela raiz* (O Africano, n<sup>o</sup> 394, 26/01/1916).<sup>296</sup>

[...] *O mar revolto também se aquieta com azeite derramado* (O Africano, n<sup>o</sup> 5, 13/05/1909, *negrito nosso*).<sup>297</sup>

---

<sup>292</sup> O Africano, n<sup>o</sup> 217, 23/05/1914. In: SOARES, Paulo, ZAMPARONI, Valdemir (1992:141).

<sup>293</sup> O Africano, 23/10/1915. In: Idem p. 142.

<sup>294</sup> O Africano, n<sup>o</sup> 407, 11/03/1915. In: Idem. p. 147.

<sup>295</sup> O Africano, In: Idem p. 159.

<sup>296</sup> O Africano, n<sup>o</sup> 394, 26/01/1916. In: Idem.p. 165.

<sup>297</sup> O Africano, n<sup>o</sup> 5, 13/05/1909. IN: BUCUANE, Juvenal (2001). (Dissertação de licenciatura em linguística).

Neste sentido, os recortes atrás mencionados caracterizam uma linguagem informal, traduzindo a indignação do autor-personagem sobre as situações narradas. O vocabulário expresso determina particularidades regionais, registrando a conotação subjetiva e emocional às orações. Dessa forma, Albasini retrata um saber popular numa condensação cultural através do uso da língua e suas múltiplas funções.

Ao utilizar o ronga em simultâneo com o português, João Albasini revela uma apropriação e dignificação de uma língua de que participam os colonizados. Deste modo, a inclusão das raízes culturais moçambicanas, textualizadas pelo uso do léxico em alguns dos diálogos, por vezes, completos, é um sinal da inclusão, registro e valorização das duas línguas, europeia e nativa, situadas num mesmo nível. Por outro lado, a utilização do ronga aparece sob a forma de denúncia, por parte do autor, demonstrando a falta de instrução dada à população local na aprendizagem da língua colonial. Podemos encontrar no registro dos dois jornais referências de textos e edições somente em ronga, que imprime a sua dimensão lexical em prol da língua indígena, de certa maneira. Promovendo a legitimação e a força para o não desaparecimento de umas das línguas maternas do país.

Ao utilizar a língua local, Albasini relatou e dialogou com o sistema colonial, se afirmando como intelectual à frente da sua época, ao dissimular a língua em defesa da identidade coletiva por um português moçambicano legítimo.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procuramos evidenciar a presença dos aspectos literários nas narrativas de João Albasini em *O Africano*, bem como a presença dos empréstimos do ronga e a introdução de moçambicanismos nos seus textos como uma valorização da cultura local.

Nas crônicas analisadas, pudemos identificar vários aspectos significativos da produção de João Albasini, caracterizada pelo uso particular da língua e pela amplitude criativa. Seus pequenos artigos detêm para além da função informativa, dada a sua perceptível densidade política, refinada excelência literária. Nas suas narrativas, Albasini comenta sobre os acontecimentos do cotidiano, critica e protesta, com um requinte literário, contra a política discriminatória de cunho colonial implantada no seu país. Cria personagens, passeia pelos espaços geográficos e simbólicos do país, escreve cartas aos governantes, organiza movimentos de protesto, coloca-se no papel de narrador, abre espaço para outros narradores, seus heterônimos e pseudônimos, quebra o silêncio e explora a língua colonial, enriquecendo-a com a língua local, descortinando outras significações para a língua e para os acontecimentos diários impressos nas páginas do jornal *O Africano*.

Neste processo de construção literária, Albasini desenvolve nos seus textos uma sensibilidade em torno da interpretação e figuração dos acontecimentos diários da vida da população de Lourenço Marques. Como narrador-repórter produz crônicas a partir da recomposição dos acontecimentos, numa ampliação e dramatização da vida colonial. Ao recompor a história, Albasini testemunha a história individual e coletiva das suas personagens, informando-nos a respeito da discriminação e da dominação



coloniais que estes sofreram. Nos textos, podemos encontrar marcas correspondentes a este espaço, quase sempre urbanas, a cerca da cidade e da separação dos espaços dos brancos e dos negros, e dos ambientes destinados ao trabalho forçado e as castigos. Entre as personagens, encontramos personalidades públicas, tipos comuns, singulares ou plurais, caracterizados pela posição, encargos e diferenças físicas e sócio-culturais.

A violência e abuso colonial são evidenciados na elaboração dos textos, que selecionam os temas de maior impacto e significado no processo “civilizatório” adotado pela administração colonial. Captamos, a partir da leitura das crônicas, a sólida descrição e o esclarecimento da atmosfera política, com a perversa indução discriminatória da dominação colonial em Moçambique. Albasini elege e descreve as temáticas relevantes no que diz respeito aos preconceitos coloniais, nos episódios narrados.

A criação narrativa de Albasini dá-se pela dramatização, através da representação do real, no interior das cenas descritas, permitindo-nos viajar para um tempo passado, real e marginal, dentro de um contexto histórico marcado pelas desigualdades e injustiças sociais. Essa dramaticidade é notória na condensação e na construção dos tipos sociais, nas falas das personagens, na descrição dos espaços e na representação de um “outro” por parte dos seus heterônimos.

O uso das línguas portuguesa e ronga aparece como um registro dos falares populares. Albasini imprime nos seus textos empréstimos lexicais do ronga para o português, revelando o fenómeno e transparência da língua usada pela população, representada pela fala das suas personagens, cristalizando a ineficiência educacional dada pelo estado à alfabetização e ensino da língua portuguesa, em denúncia e ironia.

Finalizando, deixamos em aberto a importante consideração sobre a necessidade de continuidade de outras pesquisas sobre as narrativas de Albasini, como uma tentativa de resgate histórico e literário do país. Um estudo e edição crítica de todos os textos de Albasini viriam a contribuir para o reconhecimento deste que podemos considerar, para além de jornalista, um grande escritor moçambicano – que lutou contra a desvalorização e desrespeito ao homem –, no período colonial. As crônicas de Albasini possuem densidade literária e marcas linguísticas importantes para a progressão da história da narrativa e da literatura moçambicana.

## BIBLIOGRAFIA

### Periódicos consultados

*O Africano, 1909-1919*

*O Brado Africano, 1918-1935*

### Teoria Literária:

ADAM, Jean-Michel; FRANÇOISE, Revaz, (1997), *A Análise da Narrativa*, Lisboa, Gradiva.

AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de (1939), *Teoria da Literatura*, 8.ed, Coimbra: Almedina.

BASTO, Maria Benedita, (2006), *A guerra das escritas. Literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*, Lisboa: Vendal.

BRAIT, Beth, (1985), *A PERSONAGEM*, (2ª ed.), São Paulo: Ed, Ática.

BARTHES, Roland; GREIMAS; BREMOND; ECO; GRITTI; MORIN; METZ; TODOROV; GENETTE ( 1973), *Análise Estrutural da Narrativa* (2ª ed.), Rio e Janeiro: Ed. Vozes.

BARTHES, Roland, (1973), *Análise estrutural da narrativa, 2 ed. Lisboa:*, Vozes.

\_\_\_\_\_ (1970), *Crítica e verdade*, São Paulo: Perspectiva.

\_\_\_\_\_ (1964), *O grau zero da escrita seguido de elementos de semiologia*, Lisboa: Ed, 70.

BOOTH, Wayne C, (1980), *A retórica da ficção*, Lisboa: Arcadia.

CANDIDO, Antonio, ROSENFELD; PRADO; GOMES; (1981), *A PERSONAGEM DE FICÇÃO*, São Paulo: Ed. Perspectiva.

DIMAS, Antonio, (1942), *Espaço e Romance*, São Paulo: Ática.

GENETTE, Gérard, (1976), *Discurso da narrativa*, Lisboa: Vega.

LAGE, Nilson, (1990), *Linguagem Jornalística*, (3ª ed), São Paulo: Ed, Ática.

LEITE, Ana Mafalda, (1991), *A Poética de José Craveirinha*, Lisboa: Vega.

\_\_\_\_\_ (2003), *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*, Lisboa: Colibri.

\_\_\_\_\_ (1998), *Oralidades e Escritas*, Lisboa: Colibri. 1998.

\_\_\_\_\_ *Tópicos para uma História da Literatura Moçambicana*,  
In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENEZES, Maria Paula [ogs.], (2008),  
*Moçambique das Palavras escritas*, Porto, Edições Afrontamento, pp 47-76.

LEFEBVE, Maurice-Jean, (1975), *ESTRUTURA DO DISCURSO DA POESIA  
E DA NARRATIVA*, Coimbra: Livraria Almedina, pp.153-262.

MOISÉS, Massaud, (1978), *Dicionário de termos literário*, (2ª ed.), São Paulo:  
Cultrix.

NOA, Francisco, (2008), *Literatura Moçambicana: os trilhos e as margens*,  
(2008), RIBEIRO, Margarida Calafate; MENEZES, Maria Paula [ogs.]  
*Moçambique das Palavras escritas*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 35-46.

PAZ, Octavio, (1976), *Signos em rotação*, São Paulo: Perspectiva.

PERRONE-MOISÉS, Leila, (1982), *Fernando Pessoa, alguém do eu, além do  
outro*, São Paulo: Martins Fontes.

REIS, Carlos, (1978), *Técnicas de Análise Textual*, (2ª ed.), Coimbra.

SÁ, Jorge de, (1985), *A Crônica*, São Paulo: Ed Ática.

SEABRA, José Augusto, (1982), *FERNANDO PESSOA OU O POETODRAM*,  
São Paulo: Ed. Perspectiva.

TACCA, Oscar, (1983), *AS VOZES DO ROMANCE*, Coimbra: Almedina.

### **Estudos Culturais e Históricos:**

ANDERSON, Benedict, (2005), *Comunidades imaginadas, reflexões sobre a  
origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa: Ed. 70.

AMOREIRA, José, (1997), *Os Assimilados, João Albasini e as eleições 1900-  
1922*, Maputo: AHM.

BHABHA, Homi K, (1998), *O local da cultura*, Belo Horizonte: UFMG.

BOSI, Alfredo, (1992), *Dialética da colonização*, São Paulo: Companhia das  
letras.

CAPELA, José, (1981), *O movimento operário em Lourenço Marques, 1898-  
1927*, Porto: Afrontamento.

- CASTELO, Claudia, (2007), *Passagens para África, O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto: Afrontamento.
- FANON, Frantz, (1975), *Pele negra máscaras brancas*, Porto: Paisagem.
- Hall. Stuart, (2008), *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*, Belo Horizonte: UFMG.
- ISACMAN, Allen F, (1979), *A tradição de resistência em Moçambique*, Porto: Afrontamento.
- MARTINS, Ferreira, (1957), *João Albasini e a colónia de São Luís*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- M'BOKOLO, ELIKA, (2009), *ÁFRICA NEGRA História e Civilizações*, Salvador: EDUFBA, Casa das Áfricas, pp 302-3015/ 328-369.
- MONDLANE, Eduardo, (1975), *Lutar por Moçambique*, Lisboa: Sá da Costa.
- MOREIRA, José, (1997), *Os Assimilados e as eleições, 1900-1922*, Maputo, AHM.
- NEWITT, Malyn, (1997), *História de Moçambique*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- NOA, Francisco, (2002), *Império, Mito e Miopia, Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho.
- ROCHA, Aurélio, (2002), *Associativismo e nativismo em Moçambique- Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo Moçambicano(1900-1940)*, Maputo: CIEDIMA.
- ZAMPARONI, Valdemir Donizetti, *Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX*. In: GALVES, Charlotte (Org.), (2009), *África-Brasil Caminhos da língua portuguesa*, Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_ (2007), *De escravo a cozinheiro. Colonialismo e racismo em Moçambique*, Salvador: EDUFBA.
- ZUMTHOR, Paul, (1993), *A Letra e a voz, A "Literatura medieval"*, São Paulo: Companhia das Letras.

**Teses, monografias e artigos:**

BUCUANE, Juvenal, *A retórica de João Albasini*, (2001), dissertação de licenciatura, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

THOMAZ, Fernanda do Nascimento, (2008), *Os “filhos da terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)*, tese de mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.

ZAMPARONI, Valdemir Donizetti, (1998), *Entre narros e mulungos. Colonialismo e paisagem social em lourenço Marques c.1890- c.1940*, tese doutoramento, São Paulo: Universidade de São Paulo.

SENGO, Alice Graça Samuel, (2010), *Processo de Enriquecimento do Léxico do português de Moçambique*, tese de mestrado, Maputo: Universidade do Porto.

HOHLFELDT, Antonio; GRABAUSKA, Fernanda, (2010), *PIONEIROS DA IMPRENSA EM MOÇAMBIQUE*, *Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo*, Brazilian Journalism Research, Vol, 6, num,1 [artigo]

PENVENNE, Jeanne Marie, (1996), *João dos Santos Albasini (1876-1922): The contradiction of politics and Identity in Colonial Mozambique*, (1996), Cambridge University Press, n °3, p.419-464, [artigo].

### **Dicionários:**

MOISÉS, Massaud, *Dicionário de Termos Literários*, (1978), (2ª ed.), São Paulo: Ed. Cultrix.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M, *Dicionário de narratologia* (1990), (2ª ed.), Coimbra: Almedina.

VALLE, Ernesto Torre do, *Dicionários Shironga-Portuguez e Portugues-Shironga*, (1906), Lourenço Marques, Imprensa Nacional.

### **Internet:**

Autor desconhecido (Março 2012), *Dieu et mon droit*.

Recuperado em 12 Abril, 2012, de: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Dieu\\_et\\_mon\\_droit](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dieu_et_mon_droit)

ERTSEN, Neo. (Julho 2010). *Deus é o meu direito*.

Recuperado em 12 Abril, 2012, de: <http://www.recantodasletras.com.br/oracoes/2358139>

CHABAD [org], (Novembro 2009), *Uma Pitada de Rapé*.

Recuperado em 12 Abril, 2012, de:

[http://www.pt.chabad.org/library/article\\_cdo/aid/618907/jewish/Uma-Pitada-de-Rap.htm](http://www.pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/618907/jewish/Uma-Pitada-de-Rap.htm)

Autor desconhecido (Fevereiro 2012), *Modus Vivendi*.

Recuperado em 13 Abril, 2012, de: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Modus\\_vivendi](http://pt.wikipedia.org/wiki/Modus_vivendi)

Autor desconhecido. *Dicionário on line de português. Idílio*

Recuperado em 13 Abril, 2012, de: <http://www.dicio.com.br/idilio/>

Autor desconhecido, (2012), Infopédia [Em linha], Porto: Porto Ed, *Roda dos enfeitados*

Recuperado em 13 Abril, 2012, de: [http://www.infopedia.pt/\\$roda-dos-enfeitados](http://www.infopedia.pt/$roda-dos-enfeitados)

Autor desconhecido (Novembro 2008), *Pai contra mãe*.

Recuperado em 13 Abril, 2012, de: [http://pt.wikisource.org/wiki/Pai\\_contra\\_m%C3%A3e](http://pt.wikisource.org/wiki/Pai_contra_m%C3%A3e)

Lindgaard, Vitor Santos, (2011), *Moçambicanismos: um glossário com algumas imagens*.

Recuperado em 13 Abril, 2012, de: <http://mocambicanismos.blogspot.pt/>

Autor desconhecido (Março 2012), *Shilling*

Recuperado em 13 Abril, 2012, de: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Shilling>

Helena Maria, (Janeiro 2008), Moçambicante blogger, *Pena*.

Recuperado em 26 Abril, 2012, de:

<http://mocambicanto.blogspot.com/search/label/Jos%C3%A9%20Craveirinha>



## ÍNDICE DOS ANEXOS

Lista de crônicas utilizada como <i>corpus</i>	p. I
Fotos João Albasini	p. II
Fotos de dois exemplares do Jornal <i>O Africano</i>	p. III

## ANEXOS

## Lista de crônicas utilizadas como corpus

Nº.	Título	Ed.	Data	Escritor	Tema	Corpus
1	Bem vindo	4	24/04/1909	João Albasini	Trabalho Forçado	Juvenal Bucuane
2	O vinho colonial	4	24/04/1909	João Albasini	Vinho Colonial	Juvenal Bucuane
3	Colonização (Sursum Corda !)	5	13/05/1909	João Albasini	Colonização	Juvenal Bucuane
4	Colonização (Sursum Corda !)	6	22/05/1909	João Albasini	Colonização	Juvenal Bucuane
5	Colonização (Sursum Corda !)	7	05/06/1909	João Albasini	Colonização	Juvenal Bucuane
6	“Para servir o paiz eu vim de Fanhões”	7	05/06/1909	João Albasini	Serviço Militar	Juvenal Bucuane
7	Serviço Militar !	8	19/06/1909	João Albasini	Trabalho Forçado	Juvenal Bucuane
8	“Tal em casa do seu sogro estar o villão”	9	14/07/1909	Chico das Pegas	Migração	Juvenal Bucuane
9	Alma do Diabo!	10	31/07/1909	João Albasini	Trabalho indígena	Juvenal Bucuane
10	A onda	18	01/05/1919		Greve	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
11	Polvora Inglesa !	11	16/08/1909	João Albasini	Migração	Valdemir Zamparoni
12	Deus e o meu direito	12	05/08/1919	João Albasini	Migração	Juvenal Bucuane
13	Pitadas de Rapé	21	30/09/1911	João Abasini	Racismo	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
14	Glória a Deus nas alturas e a toda a humanidade	26	22/05/1909	João Albasini	Colonização	Juvenal Bucuane
15	As eleições	26	28/06/1919	João Albasini	Eleições	Valdemir Zamparoni

16	Palavras loucas	51	13/05/1909	João Albasini	Educação	Juvenal Bucuane
17	Amor em vinho (Idílio Pagão)	118	11/06/1913	João Das Regras	Vinho Colonial	Valdemir Zamparoni
18	No que se pensa! “Chuca que é cana doce”	118	11/06/1913	“Um constante leitor”	Vinho Colonial	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
19	Os Asiáticos	177	03/01/1914	Chico das Pegas	Colonização	Valdemir Zamparoni
20	A greve	180	14/01/1914	João Albasini	Greve	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
21	Um senador!	217	23/05/1914	Chico das Pegas	Migração	Juvenal Bucuane
22	Bases	222	10/06/1914	João Abasini	Vinho Colonial	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
23	Coisas de narros	223	14/06/1914	Chico das Pegas	Vinho Colonial	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
24	Coisas de Inhambane / Fitas de cinema	288	20/01/1915	“Virgílio Coimbra”	Imposto de palhota	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
25	Modus vivendi...	302	10/03/1915	João Abasini	Migração	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
26	O filho da roda	306	31/03/1915	João Albasini	Educação	Juvenal Bucuane
27	A chapa moncádica...	307	27/03/1915	Chico das Pegas	Chapas	Juvenal Bucuane
28	Manhiça	335	03/07/1915	F.	Colonização	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni

**Fotos João Albasini**

29	Taxa de Regresso	353	07/09/1915	“T.T.”	Migração	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
30	Governar VI	392	19/01/1915	Anônimo	Vinho Colonial	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
31	Data Memorável		23/10/1915	João das Regras	Colonização	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
32	Viva o sopé	394	01/06/1916	Anônimo	Vinho Colonial	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
33	Indenização de Palhotas no Xai-Xai	407	11/03/1916	Chico das Pegas	Imposto palhota	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
34	Questão séria Cana e sopé no Vale do Infulene	439	01/06/1916	Anônimo	Vinho Colonial	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
35	Outra vez Est modus in rebus...	506	21/02/1917	João Abasini	Imposto palhota	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
36	O ano da paz	543	02/01/	João Albasini	Eleições	Valdemir Zamparoni
37	Obra a executar	555	31/08/1918	João Albasini	Colonização	Valdemir Zamparoni
38	Uma reclamação justa	690	27/11/1918	Anônimo	Vinho Colonial	Paulo Soares e Valdemir Zamparoni
39	Missões portuguesas	750	28/07/1919	João Albasini	Colonização	Valdemir Zamparoni
40	Ano Novo – Era Nova	Num. único.	25/12/1908	Grêmio Africano	Manifesto Grémio Africano	Valdemir Zamparoni



João Albasini

Moreira, José (1997), p. 138.



João Albasini, sentado.

Moreira, José (1997), p. 138.



